

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Gabriel Freitas Reis

**FRONTEIRAS NAS OBRAS DE SIDÔNIO APOLINÁRIO:
DISPUTAS E NEGOCIAÇÕES DE GAULESES COM ITÁLICOS E
GERMÂNICOS (SÉCULO V EC).**

Santa Maria, RS
2019

Gabriel Freitas Reis

**FRONTEIRAS NAS OBRAS DE SIDÔNIO APOLINÁRIO: DISPUTAS E
NEGOCIAÇÕES DE GAULESES COM ITÁLICOS E GERMÂNCIOS (SECULO
V EC).**

Dissertação apresentada ao Curso de **Mestrado** do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM) para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Orientadora: Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva

Santa Maria, RS
2019

REIS, Gabriel Freitas Reis.

Fronteiras nas obras de Sidônio Apolinário: disputas e negociações de gauleses com itálicos e germânicos (século V EC). / Gabriel Freitas Reis. REIS.- 2019.

171 p.; 30 cm

Orientadora: Semíramis Corsi Silva

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2019

1. Fronteiras 2. Obras de Sidônio Apolinário 3. Disputas e negociações 4. Gauleses, itálicos e germânicos 5. Seculo V EC I. Corsi Silva, Semíramis II. Título.

Gabriel Freitas Reis

**FRONTEIRAS NAS OBRAS DE SIDÔNIO APOLINÁRIO: DISPUTAS E
NEGOCIAÇÕES DE GAULESES COM ITÁLICOS E GERMÂNICOS (SÉCULO
V EC)**

Dissertação apresentada ao Curso de **Mestrado** do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM) para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em 17 de julho de 2019:

Semíramis Corsi Silva, Profa. Dra. (UFSM)
(Presidenta/Orientadora)

Thiago Brandão Zardini, Prof. Dr. (Faculdade Saberes)
(Membro efetivo)

Otávio Luiz Vieira Pinto, Prof. Dr. (UDESC)
(Membro efetivo)

Danilo Medeiros Gazzotti, Prof. Dr. (UFMTe UNIC)
(Membro suplente)

Santa Maria, RS
2019

RESUMO

FRONTEIRAS NAS OBRAS DE SIDÔNIO APOLINÁRIO: DISPUTAS E NEGOCIAÇÕES DE GAULESES COM ITÁLICOS E GERMÂNICOS (SÉCULO V EC)

AUTOR: Gabriel Freitas Reis

ORIENTADORA: Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva

Resumo: A temática do presente trabalho concentra-se em conflitos e negociações fronteiriços estabelecidos entre a elite galo-romana e povos germânicos presentes na região da Gália do século V EC. Também tratamos de um movimento que engloba crises e ressignificações políticas gaulesas relativas ao governo republicano romano centrado em Ravena e controlado pela nobreza itálica. Para esses estudos, utilizamos o *corpus* documental de um autor galo-romano que escreveu várias obras no século V EC, Sidônio Apolinário. Sabemos que esse autor nasceu em Lugduno (atual Lyon, França) entre 430/433 e esteve ativo politicamente da década de 450 até sua morte, na década de 480. Durante esse tempo, seguiu uma carreira política ligada à corte do Império Romano do Ocidente, o que lhe proporcionou vários títulos de nobreza, inclusive na esfera eclesiástica, como bispo da Arvêrnia. A proximidade entre Sidônio Apolinário e os governos germânicos estabelecidos na Gália de sua época, bem como entre ele e o governo imperial romano, permitiu que em suas obras aparecessem, de forma densa, as relações histórico-sociais estabelecidas entre as diversas elites que buscavam poder no território gaulês. Nossa pesquisa, dentro desse quadro, pretende analisar a lógica das alianças e dos acordos estabelecidos entre a elite galo-romana com o objetivo de perpetuar seu poder na esfera da Gália, quando as crises políticos-militares ocorridas na Itália impediram que as elites dessa península protegessem as fronteiras renanas do Império. Intentamos compreender a forma de funcionamento de identidades culturais com finalidades políticas, tais como a *humanitas*. Também almejamos entender a lógica das redes de *amicitia*, atentando-nos para a forma como elas foram utilizadas de acordo com as necessidades e com os interesses de Sidônio Apolinário. Atentar-nos-emos para a lógica das identidades cristãs estabelecidas na Gália, bem como para a forma como Sidônio Apolinário utilizou-as em busca de alianças e manutenção de poder e territórios, opondo cristãos arianos e cristãos legais. Buscaremos entender os mecanismos que regeram as representações sidonianas e suas relações de interesse, levando em consideração os elementos retóricos do autor. Diante do que foi apresentado, acreditamos que o trabalho com a documentação sidoniana possa colaborar com o entendimento do processo de transformação de elementos histórico-sociais de seu contexto. Dessa forma, nos inseriremos no complexo debate historiográfico que divide opiniões entre a existência de uma “Queda do Império Romano”, valorizando as rupturas, e entre o pensar do período como um momento de transformações e continuidades.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia; Império Romano do Ocidente; Nobreza galo-romana; Fronteiras; Sidônio Apolinário.

ABSTRACT

BORDERS IN THE WORKS OF SIDONIUS APOLLINARIS: DISPUTES AND NEGOTIATIONS OF GAULS WITH ITALICS AND GERMANICS (CENTURY V EC)

AUTHOR: Gabriel Freitas Reis

ADVISOR: Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva

Abstract: The thematic of the present work concentrates on border conflicts and negotiations established between the Gallo-Roman elite and Germanic confederations present in the region of Gaul of the fifth century CE. We are also dealing with a movement that encompasses Gaulish political crisis and re-significations concerning Roman Republican government centered on Ravenna and controlled by the Italian nobility. For these studies, we used the documentary *corpus* of a Gallo-Roman author who wrote several works in the fifth century CE, Sidonius Apollinaris. We know that this author was born in Lugdunum (now Lyon, France) between 430/433 and was politically active from the 450s until his death in the 480s. During this time he pursued a political career linked to the court of the Western Roman Empire, which gave him several titles of nobility, including in the ecclesiastical sphere, like bishop of Arverni. The proximity between Sidonius Apollinaris and the Germanic governments established in Gaul of his time, as well as between him and the Roman-Italic imperial government, allowed in his works dense appeared the historical-social relations established between the various elites who sought power in the Gallic territory. Our research, within this framework, intends to analyze the logic of the alliances and agreements established between the Gallo-Roman elite with the objective of perpetuating their power in the sphere of Gaul, when the political-military crises that occurred in Italy prevented the elites of that peninsula protected the Rhine frontiers of the Empire. We try to understand the way cultural identities work for political purposes, such as *humanitas*. We also want to understand the logic of the networks of *amicitia*, paying attention to the way they were used according to the needs and interests of Sidonius Apollinaris. We will look at the logic of Christian identities established in Gaul, as well as the way Sidonius Apollinaris used them in search of alliances and maintenance of power and territories, opposing Aryan Christians and Legal Christians. We will try to understand the mechanisms that governed the Sidonian representations and their relations of interest, taking into account the rhetorical elements of the author. In the light of what has been presented, we believe that the work with the Sidonian documentation can collaborate with the understanding of the process of transformation of historical and social elements of its context. In this way, we will insert ourselves in the complex historiographic debate that divides opinions between the existence of a "Fall of the Roman Empire", valuing the ruptures, and between the thinking of the period as a moment of transformations and continuities.

Key words: Late Antiquity; Roman Empire of the West; Gallo-Roman nobility; Borders; Sidonius Apollinaris.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo financiamento dessa pesquisa por meio da bolsa de mestrado.

Em sequência, agradeço à minha orientadora/mãe, professora e amiga Semíramis Corsi Silva. É claro que a gratidão que te tenho não cabe em palavras, e por isso aqui, limito-me a agradecer-te, em primeiro lugar, por um dia ter acreditado que essa Dissertação poderia ficar pronta; em segundo, pela infinita paciência que teve comigo durante todo o tempo, tendo feito-me virar outra pessoa, capaz de escrever uma Dissertação. Ademais, agradeço-te por todos os textos, ideias e autores que me apresentaste; pelo incentivo e insistência para que eu estudasse a Língua Latina e, sobretudo, por ter guiado os meus estudos do nada até aqui, desde abril de 2015. Tu és uma ótima orientadora! E tenho orgulho de ser teu orientando por conta da pesquisadora e da historiadora de sucesso que és!

Agradeço à minha querida amiga/mãe Sandra Michele Roth Eckhardt, em primeiro lugar, por ajudar-me tantas vezes, com a miríade de burocracias que envolve a vida dos pós-graduandos das universidades federais. Também a agradeço pelo carinho que sempre me concedeu, pelos alegres momentos que vivemos e por existir na minha vida.

Agradeço à minha querida amiga e ótima profissional da área da psicologia Mariane de Macedo, que soube entender-me e explicar-me para mim mesmo de uma maneira que eu não imaginava que um ser humano, algum dia, conseguiria. Obrigado por me fazer, finalmente, entender quem eu sou e o que vim fazer neste mundo, e por me fazer alguém capaz de assumir com plenitude as decisões que toma.

Agradeço ao ótimo profissional da área da medicina Fábio Pascotto de Oliveira pelo tratamento eficiente que me concedeu.

Agradeço à querida professora Mariana Flores da Cunha Thompson Flores pelas tantas vezes em que leu sobre Sidônio Apolinário através de mim e por todos os conselhos que me deu, que enriqueceram grandiosamente a minha pesquisa. Agradeço-a também por ter participado da banca de Exame de Qualificação de minha pesquisa.

Agradeço ao professor Otávio Luiz Vieira Pinto por todos os documentos que me enviou em formato pdf, pelos conselhos para a pesquisa que me deu e por ter feito parte das minhas bancas de Exame de Qualificação e de Defesa de Dissertação.

Agradeço ao professor Thiago Brandão Zardini por todos os conselhos que me deu, tanto na banca do Exame de Qualificação quanto nos dias do I Ciclo Internacional e II Ciclo

Nacional do GTHA-RS & V Jornada de Estudos do GEMAM/UFSM; e por ter aceitado fazer parte da minha banca de Defesa de Dissertação.

Agradeço ao professor Danilo Medeiros Gazzotti pela amizade e por todos os conselhos que me deu para a pesquisa e para a vida nos dias VII CIEAM, e por ter aceitado fazer parte da minha banca de Defesa de Dissertação. Agradeço a ele, também, ainda pelo fato de tornar uma parte da minha fonte documental acessível para mim, quando dos dias em que estive em Salamanca: a edição da Editora Gredos dos *Poemas* de Sidônio Apolinário.

Agradeço, imensamente, à professora Maria Medianeira Padoin, à professora Semíramis Corsi Silva, ao professor Adriano Comissoli, ao professor Carlos Henrique Armani, ao professor Luís Augusto Ebling Farinatti, à professora Mariana Flores da Cunha Thompson Flores, à secretária Patrícia Pereira Fernandes e à bolsista Rayssa Almeida Wolf pelas vezes em que me ajudaram com as burocracias necessárias ao funcionamento dos sistemas do PPGH – UFSM.

Agradeço à minha querida amiga Simone Maciel Margis pelas ajudas prestadas no que diz respeito às lidas com as burocracias do PPGH –UFSM; e também pelas nossas diversões, risadas, brincadeiras e discussões sobre a capacidade das cousas de serem elas mesmas.

Agradeço à Luana da Silva de Souza, à Luíza Batú Rubin, à Bárbara Gonçalves Textor, à Taís Giacomini Tomazi, à Giovana Meireles da Rosa Carlos, ao Vinícius de Oliveira da Motta, à Clarice Helena Santiago Lira, à Deise de Siquira Pötter, ao Rodrigo dos Santos Oliveira, ao Henrique Hamester Pause, ao Marcelo Bahlis, à Dandara Perlin Pereira, à Jordana Guidetti Pozzebon, à Jéssica Fernanda Arend, à Anita Maria de Lima Sifuentes, ao Fernando Betti, à Eliza Militz de Souza, ao Ricardo Kemmerich e ao Pablo Dobke por existirem na minha vida, pelas inumeráveis vezes em que me prestaram todas as formas de ajuda e pela amizade que têm para comigo.

Agradeço à Milena Rosa Araújo Ogawa, ao Edward Dutra dos Anjos, ao João Braatz, à Thirzá do Amaral Berquó e ao Tiago Tolfo pela nossa amizade, pelo carinho que me têm e pelas inúmeras ajudas que me prestaram no mundo da academia.

Agradeço, infinitamente, à professora Beatris Ribeiro Gratti, que eu ainda não tive o prazer de conhecer pessoalmente, mas com quem desenvolvi uma amizade multidimensional, por iniciar-me na leitura dos escritos de Sidônio Apolinário na língua original.

Agradeço ao professor Daniel de Figueiredo, que me buscou na rodoviária de Franca ainda de madrugada e acalmou uma de minhas crises de ansiedade, por me receber na casa dele quando do VII CIEAM, divertindo-me tanto naqueles dias e aconselhando-me a respeito de como lidar com uma miríade de cousas e de pessoas.

Agradeço à professora Carolina Kesser Barcellos Dias pelo carinho que sempre teve comigo, tanto quando estive em Santa Maria presenteando-nos com seus valiosos conhecimentos quanto nas inúmeras vezes que, desde 2015, estive eu em Pelotas em função de eventos acadêmicos.

Agradeço à Camila Acosta Queiroz e à Taylini Femi Fabris da Silva pelos alegres dias em que estivemos em Porto Alegre para o II Encontro Internacional de Língua e Linguagens no Mundo Antigo.

Agradeço a todo o resto do pessoal que compõem o GEMAM/UFSM por constituírem esse grupo do qual eu tenho orgulho de fazer parte; e também por todos os eventos que organizamos e pelas valiosas discussões historiográficas que temos empreendido.

Agradeço à Bárbara Soares Marques e à Caroline Siqueira Lena pelas nossas longas conversas, pelos nossos passeios e aventuras, pelas divisões de aflições e alegrias e, sobretudo, por me darem suporte emocional nessa fase tão tensa da minha vida.

Agradeço à minha avó Neli dos Santos Freitas, ao meu avô José Ledo Albarnaz de Freitas, à minha mãe Tibiane dos Santos Freitas, ao meu irmão Eduardo Freitas Reis, ao meu pai Walerio de Almeida Reis, ao meu padrinho Giovanni de Almeida Reis, às minhas tias Maria Alice Garcia dos Santos, Gina Mara dos Santos Marques, Mary Terezinha dos Santos Alves, Viviane Jacob Lopes e ao meu tio Rudinei dos Santos Marques por darem-me suporte, contribuindo direta e indiretamente para que esta dissertação ficasse pronta.

Agradeço à minha prima Paula Pinto Osório por existir na minha vida e por me emprestar o computador dela no dia em que precisei.

Por fim, mas não com menos importância, agradeço a Deus, que é o Universo, a Jesus, à Virgem Maria, ao meu anjo da guarda, à Espiritualidade Superior e ao Espírito Santo por guiarem de volta ao caminho quando me desviei, por me protegerem do mal e por manterem a minha vontade firme da certeza que essa Dissertação ficaria pronta.

Agradeço a todos os que eu esqueci de mencionar por me perdoarem por isso.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - O cenário político das fronteiras do Império Romano do Ocidente ao início do século V EC.....	24
Mapa 2 – O Reino Gótico de Tolosa em sua máxima extensão territorial.....	31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. AS ELITES GOVERNANTES DA GÁLIA TARDO-ANTIGA E O CONCEITO DE ANTIGUIDADE TARDIA	20
1.1 Itálicos, gauleses, germânicos e hunos na Gália tardo-antiga.....	20
1.2 Considerações acerca da gênese do conceito de Antiguidade Tardia	38
2. ENTRE SIDÔNIO APOLINÁRIO, LITERATURAS, IDENTIDADES E TERRITÓRIOS: O AUTOR E SEU CONTEXTO	47
2.1 A carreira política e o contexto cultural de Sidônio Apolinário.	47
2.2 As epístolas de Sidônio Apolinário e o contexto literário de sua produção	65
3. A OBRA E OS OS INTERESSES POLÍTICOS DE SIDÔNIO APOLINÁRIO ..	71
3.1 Sidônio Apolinário e os guerreiros germânicos da Gália.....	71
3.2 Sidônio Apolinário e as estratégias de manutenção de poder dos nobres galoromanos	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
APÊNDICE	127

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco a observação da atuação do escritor galo-romano Sidônio Apolinário, em termos de negociações e disputas de poder e territórios, no seu contexto histórico-social. Em palavras mais precisas, nosso principal objetivo, nesta Dissertação, considera que as obras do autor citado, constituídas de epístolas, panegíricos, epigramas e cartas de apresentação versificadas, podem fornecer-nos subsídios que nos permitam adentrar nos meandros da atuação da nobreza galo-romana tardo-antiga ante à transformação acelerada de seu ambiente histórico-geográfico no século V EC¹.

Antes que expliquemos a partir de que observações consideramos que as obras de Sidônio Apolinário possam ajudar-nos a perceber o espaço social no qual tal personalidade histórica se inserira, é válido dissertarmos a respeito das ideias dos principais autores que nos fizeram pensar o universo galo-italico da época de Sidônio Apolinário e, em consequência, chegar ao objeto de estudo deste trabalho.

O primeiro autor acessado por nós, ainda no período da Iniciação Científica, foi o historiador brasileiro Renan Frighetto. Em *Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações* (2012), obra que trata dos reinos germânicos da Gália e da Itália do século V EC, percebemos quão impactantes e significativas foram, para aqueles que já habitavam tais espacialidades, as entradas massivas de povos germânicos em sua região. Frighetto (2012, p. 179-182), entretanto, ao concluir a obra, afirma que o que ele chama de monarquias romano-bárbaras foi, de certa maneira, a continuidade da estrutura política romano-imperial nas partes do Império em que tais poderes passaram a controlar e governar, considerando uma série de transformações que já vinham acontecendo nas regiões ocidentais antes do tradicional marco histórico da chamada queda do Império Romano do Ocidente, em 476. Mas da leitura que conseguimos fazer naquele momento, percebemos que a presença dos “bárbaros”² originários do além-fronteiras foi fortemente modificadora do que acreditamos em poder chamar de ordem imperial romana.

¹ Consideramos que seja mais adequado usar as definições AEC (Antes da Era Comum) e EC (Era Comum) do que as definições a.C (antes de Cristo) e d.C (depois de Cristo) porque as últimas soam-nos como se estivessem carregadas de uma perspectiva religiosa dogmática.

² Neste trabalho, quando usamos a palavra *bárbaros* sem aspas, estamos explicando ideias de autores que usam o termo; quando usamos a palavra com aspas, estamos usando o termo por arbítrio nosso, sendo que as aspas vêm para descarregar o termo tanto do preconceito imperialista que foi infundido nele pela Modernidade quanto das ideias de superioridade latinas com relação a outras culturas e sociedades: “bárbaros”, para nós, é sinônimo de *estrangeiros*.

Outra leitura importante para a delimitação de nosso objeto de estudo foi a obra *A Queda de Roma e o Fim da Civilização* (2005), de Bryan Ward-Perkins, fruto, em especial, de análises de documentações arqueológicas. Nesse livro, Ward-Perkins expõe as suas conclusões a respeito do que ocorrera materialmente com o Império Romano durante a Antiguidade Tardia. Ainda que suas pretensões se estendam ao desejo de dar conta de demonstrar como ocorreu um drástico empobrecimento material de toda a orla do Mar Mediterrâneo da época aqui estudada, ele foca boa parte de seus estudos no âmbito galo-italico, onde a simplificação da cultura material, em relação aos séculos anteriores, foi maior. Ward-Perkins (2005), ainda que arqueólogo e focado em estudos sobre a cultura material, não deixa de apresentar sua visão a respeito do que se tornou o Império Romano após a chegada massiva dos povos que passaram a governar tal territorialidade, sobretudo do final do século V EC em diante. Assim, o historiador defende que o Império Romano caiu de fato, e nas mãos de quem ele chama de bárbaros, havendo, por conta disso, fortes descontinuidades com relação ao que ocorria anteriormente no modo de vida dos habitantes de tal império.

Mas a atual visão que lançamos sobre a temática que estudamos e, também, a própria temática, começaram a modelar-se melhor após a leitura de um artigo de Edmar Checon de Freitas, intitulado *Entre a Gallia e a Francia* (2008). O autor é um pesquisador brasileiro que estuda as tribos francas do Norte da Gália, focado na mesma periodicidade sobre a qual nos debruçamos aqui. Freitas (2008, p. 76) introduziu-nos nas ideias de Raymond Van Dam (1992, apud FREITAS, 2008, p. 76), que defende que a ausência do poder político romano-imperial na Gália tardo-antiga foi responsável por ressuscitar redes pré-romanas de poder político, às quais os romanos haviam se sobreposto quando da conquista da Gália. O agente incitador mais pragmático dessa ressurreição teria sido a necessidade de defesa bélica pela qual os territórios gauleses passavam durante a Antiguidade Tardia, o que era causado pela ausência do poder político romano-imperial. Conforme as ideias de Freitas, no entanto, essas redes de poder político gaulesas não foram reestabelecidas de acordo os moldes que assumiam na época céltica, tendo sido promovidas no formato do poder político romano-imperial, e isso ainda que não necessariamente estivessem em submissão política a Roma e/ou à Itália, pois que influenciadas por uma miríade de fenômenos histórico-sociais mais amplos da região.

Concordávamos com Freitas (2008) até então, mas foi o historiador Greg Woolf, em *Becoming Roman: The Origins of Provincial Civilization in Gaul* (1998), que nos forneceu alguns subsídios para que enxergássemos de forma mais ampla o contexto,

apresentando melhor consonância com o que encontramos na nossa documentação. Woolf (1998) defende que as antigas redes pré-romanas de poder político nunca foram desarticuladas pela presença romana, pois os romanos estabeleceram seu poder político sobre a Gália em consonância com o formato do poder político das elites célticas. Em nossa leitura, ao final do século II EC, a Gália era governada por uma organização política elitista céltico-romana que continuou nesse formato mesmo depois de todas as contestações do poder do Estado romano por parte dos gauleses durante os séculos III EC, IV EC e V EC, sendo que nesses três últimos séculos citados, determinados elementos que compunham a organização político-social céltica da Gália antes das conquistas cesarianas, e que desapareceram desde então, voltaram a aparecer, como o exemplo dos atávicos ópidos.

Seguindo então as ideias de Woolf (1998), conseguimos perceber que a sociedade que estávamos estudando era excessivamente mais complexa em termos político-culturais do que até então imaginávamos. Mas foi Ralph Whitney Mathisen, na obra *Roman Aristocrats in Barbarian Gaul: Strategies for Survival in an Age of Transition* (1993), que fez com que, finalmente, adentrássemos com maior profundidade nos nossos atuais conhecimentos a respeito da vida e, sobretudo, da atuação política dos membros das elites galo-romanas e, também, dos membros das elites germânicas e itálicas contemporâneas a Sidônio Apolinário. Mais precisamente, Mathisen permitiu que víssemos de perto as negociações e os conflitos políticos das elites galo-romanas tangentes às suas próprias gentes, às tribos germânicas e aos nobres itálicos. A partir de suas ideias, pudemos perceber o papel político da literatura galo-romana da época sidoniana e pudemos refletir melhor sobre as atuações políticas do autor de nossa fonte.

Já não era novidade para nós, nessa altura de nossa pesquisa, que Sidônio Apolinário era o principal escritor da Gália do século V EC, estando seus textos no cerne do conhecimento que se construiu sobre a época na qual ele vivera (VAN WAARDEN, 2009). Essa constatação permitira-nos ver o nível da responsabilidade que tínhamos com os nossos futuros leitores, que aumentava mais ainda porque Sidônio Apolinário é considerado um dos autores dos conjuntos de obras mais ricos da literatura beletrística³.

Nesse momento, e diante de tudo o que já havíamos lido, foi o trabalho *Visigothic Settlement, Hospitalitas, and Amry Payment Reconsidered* (2011), de Andreas Schwarcz, que nos permitiu a modelação do nosso principal objetivo. Tal autor pesquisa repartições

³ A literatura beletrística é a que evoca a arte das “belas letras”, isto é, a literatura que se remonta a uma escrita baseada em moldes antigos e, por isso mesmo, considerados de grande erudição.

de propriedades de terras entre latifundiários latinos e soldados visigóticos por meio de um sistema de leis chamado de *hospitalitas* e questiona se eram apenas partes dos tributos coletados das propriedades latifundiárias galo-hispânicas que eram destinados aos soldados visigóticos como pagamento militar ou se eram partes das próprias propriedades que se prestavam a esse papel. Schwarcz (2011, p. 269) conclui que, mais provavelmente, eram as próprias propriedades que, na maioria dos casos, serviam como pagamento aos soldados visigóticos por suas atividades militares, tanto no Reino de Tolosa (atual Toulouse, França) quanto no de Toledo, e isso mesmo que alguns autores apontem que, nas fontes, a alusão a soldados germânicos usufruindo de bens latifundiários trata-se de uma metáfora representativa do direito que tais soldados teriam sobre tributos coletados das propriedades.

As conclusões de Mathisen e Hagith Sivan (1999 p. 12-13) sobre isso não nos deixaram dúvidas de que, na maioria dos casos, os guerreiros germânicos apropriavam-se dos próprios latifúndios, e não somente dos bens que eles produziam⁴. Concomitantemente, observamos que, em algumas passagens dos textos das epístolas que utilizávamos como fonte documental para a nossa pesquisa, Sidônio Apolinário, em tom crítico, fazia referências à apropriação de terras por soldados germânicos ou, até mesmo, por nobres galo-romanos que se aproveitavam das possibilidades das circunstâncias. Ao mesmo tempo, a partir das leituras de Mathisen (1993, p. 9-16), pudemos concluir que o maior interesse social dos nobres galo-romanos da época de Sidônio Apolinário era a posse de terras, ou melhor, a manutenção de seus poderes políticos baseados, sobretudo, em bens latifundiários.

A partir disso, o objetivo primeiro de nosso trabalho estava, finalmente, delineado, sem que, contudo, deixasse de constituir-se de um engenho bastante complexo de aspirações. Assim, nosso primeiro objetivo consiste em analisar os discursos sidonianos com a pretensão de compreender as intenções do autor em cada texto. Estamos dizendo que nossos olhos historiográficos estão voltados para uma esfera político-literária, antes de tudo, pois temos em mente que, para Sidônio Apolinário, a literatura servia como estratégia político. Chamamos esse tipo de aspirações de complexo porque, por vezes, analisamos como a literatura pôde influenciar no contexto histórico no qual o autor estava inserido ao mesmo tempo em que, outras vezes, analisamos como o contexto histórico

⁴ Não desconhecemos as ideias de Walter Goffart sobre o tema da *hospitalitas*, expressas, sobretudo, na obra *Barbarians and Romans, A.D. 418-584: The Techniques of Accommodation* (1980). Neste trabalho, na ausência de um debate mais aprofundado sobre o assunto, decidimo-nos por assumir uma visão posicionada em uma perspectiva diferente da desse autor.

influenciou na produção literária. Esse duplo viés traz consigo a necessidade de que analisemos não somente os conteúdos dos textos, mas também as suas morfologias, relacionadas, elas também, com os objetivos políticos do emissário do discurso.

Para além desse primeiro objetivo, nosso trabalho, graças, sobretudo, ao que nos possibilitou pensar os estudos de Mathisen (1993) e de Schwarcz (2011), foca-se em compreender como Sidônio Apolinário agiu diante da situação de empobrecimento latifundiário da nobreza galo-romana em consequência das expansões monárquicas germânicas. Tal objetivo liga-se com o fato de que compreendemos que um cenário de distribuição de fatores como propriedades rurais, vilas, cidades, postos militares, selvas, entre outros, é o reflexo de uma ordem política (MENDES; BUSTAMANTE; DAVIDSON, 2005, p. 24). Expusemos essa compreensão para que fique claro que pensamos as causas de Sidônio Apolinário em função da preservação de interesses ligados a propriedades de terras como algo que avassala para uma dimensão que engloba o contexto político do nosso autor como um todo.

Como se num apêndice desse segundo objetivo, buscaremos, nas epístolas sidonianas, indícios da transformação do cenário na Gália de seu tempo, algo que nos mostre em que sentido tal região modificou-se para “abrigar” as quantidades massivas de tribos germânicas que a adentravam e/ou o quanto da antiga ordem, a ordem romano-imperial, foi preservada na Gália, mesmo com e/ou graças à presença germânica. Nesse mesmo sentido, as epístolas também podem informar-nos a respeito do quanto o cenário social gaulês modificou-se na época por desvincular-se do poder político romano-italico ou quanto esse cenário foi preservado por efeito do lento processo de perda do poder da Itália sobre a Gália. Inegável é, contudo, que, no mesmo sentido das duas intenções acima citadas, as epístolas sidonianas podem mostrar-nos o quanto os galo-romanos contribuíram para uma modificação, para uma preservação ou, até mesmo, para uma restauração em modelos sociais célticos do cenário social gaulês contemporâneo ao autor de nossa fonte.

No que diz respeito ao nosso terceiro objetivo neste trabalho, ele configura-se como algo que é englobado pelo segundo e pelo primeiro. Trata-se da percepção das identidades político-culturais que aparecem na obra sidoniana. O nosso trabalho de análise dos panegíricos de Sidônio Apolinário teve essa mesma temática na Iniciação Científica. Aqui, contudo, tal temática vai além de algo que teria um fim em si mesmo. Sempre compreendemos que as identidades culturais da Antiguidade são políticas ou, ao menos, representadas em função de interesses políticos. Mas nosso trabalho pretende ir, agora, além de uma simples reflexão sobre a posição do emissário do discurso diante daqueles a

quem representa. Pretendemos observar com maior precisão até que ponto Sidônio Apolinário era flexível, em suas representações, no que diz respeito a apontar latinos como bárbaros e germânicos como civilizados diante de seus objetivos políticos. Também pretendemos observar, nesse mesmo sentido, até que ponto o nosso autor era capaz de mostrar a fé cristã ariana, por ele considerada herética, como algo perdoável, tendo em vista sua necessidade de afirmar determinadas alianças políticas com arianos. Atentar-nos-emos, ainda, para a possibilidade de Sidônio Apolinário demonstrar inconfiabilidade na fé religiosa de pessoas que, segundo o autor, afirmam-se fiéis ao cristianismo ortodoxo.

Nosso trabalho justifica-se, inicialmente, por estarmos debruçando-nos sobre uma periodicidade polêmica no âmbito historiográfico, disputada por antiquistas e medievalistas. Discorreremos mais amplamente sobre tal encruzilhada historiográfica na segunda parte do primeiro capítulo desta Dissertação. Aqui, sem que nos detenhamos nas obras de cada autor citado abaixo, limitar-nos-emos a apontar suas ideias para fins de entendimento sobre como nos posicionamos na linha de construção do conhecimento histórico a respeito da Antiguidade Tardia através do tempo, e sobre como podemos contribuir para o enriquecimento do mesmo. A primeira ideia é a de queda do Império Romano, que já era explorada por escritores desde o Renascimento, sendo, contudo, o iluminista Edward Gibbon (1776-1788) quem se debruçou mais amplamente sobre o assunto. Graças a Gibbon, a ideia de uma queda do Império Romano fora tida como fato. Não obstante, o arqueólogo alemão Alois Riegl (1901) cunhou o termo *Spatäntike* (Antiguidade Tardia) ao constatar que a cultura material clássica não sofrera uma rotura que se possa definir com especificidade quando do fim da Antiguidade e concomitante começo da Idade Média. Para ele, os objetos arqueológicos da época tardo-antiga foram se diferenciando de forma lenta, ao longo do tempo, em relação ao que era a cultura material da Antiguidade. Outros pesquisadores, como o filólogo Johannes Straub, chegaram a conclusões semelhantes no que tange a seus objetos de estudo (FRIGHETTO, 2012, p. 20). Foi, no entanto, o historiador Peter Robert Lamont Brown (1971) o principal responsável por definir que havia um período histórico que se poderia chamar de Antiguidade Tardia, pois para ele, tal época seria apresentante de uma lenta transformação, sem roturas radicais na maioria dos aspectos da vida humana. Essas ideias foram amplamente aceitas por historiadores da geração de Brown. No Brasil, Norberto Luiz Guarinello (2013) aponta para a Antiguidade Tardia como um período de integração de sociedades distantes do Mar Mediterrâneo. Na visão de Guarinello, após a Antiguidade Clássica ter sido a história de um processo de integração de sociedades em torno do Mar Mediterrâneo, o que veio a

culminar no Império Romano, o fim de tal período corresponde a uma época de descentralização política desse Império, mas, concomitantemente, a uma época de integração cultural entre sociedades cujos núcleos culturais estendiam-se de regiões distantes para a orla mediterrânea.

Tendo em vista os aspectos apresentados acima, aqui diremos que o nosso trabalho considera algumas das ideias de Brown sobre a Antiguidade Tardia, mas tem por base as ideias de Guarinello sobre tal período.

Devido à pequena amplitude do recorte de nosso tema diante do contexto de Antiguidade Tardia com um todo, a principal justificativa de nosso trabalho assume uma pretensão menos audaciosa do que chegar a conclusões sobre como ocorreu a passagem da Antiguidade para a Idade Média, ou seja, dentro do quadro de “evolução” do pensamento historiográfico sobre o período tardo-antigo, apresentado acima, nossa justificativa resume-se no fato de que consideramos que podemos apresentar as situações históricas vivenciadas pela Gália e pela Itália, ao final do século V EC, como um conjunto de eventos que promoveram uma desintegração política de regiões que, após tais eventos, deixaram de fazer parte do Império Romano, e por isso mesmo, não podem mais ser pensadas como potenciais reveladoras sobre se o Império Romano sofreu uma queda ou não, uma vez que já não faziam mais parte do contexto dele.

Mas nem por isso abandonamos nossa intenção de pensar a respeito das continuidades e das rupturas históricas potencialmente observáveis no contexto aqui trabalhado. Pensamos, entretanto, que podemos fugir da dualidade que pensa continuidades *versus* rupturas. Isso quer dizer que direcionaremos este trabalho para a apresentação do fim do século V EC como uma época plena de eventos e conjunturas fortemente transformadores, mas também fortemente ressignificadores, das estruturas histórico-sociais antecedentes a tal século no espaço gaulês.

Sobre os conceitos que usaremos para elaborar o aporte teórico-metodológico deste trabalho, podemos começar pela exposição do de *identidade*. Para isso, usaremos a definição proposta por Stuart Hall (2002), que mesmo sendo um autor preocupado com questões de identidade na Modernidade, é cabível nas reflexões aqui propostas, pois analisa identidades não como algo permanente através do tempo, mas como algo que funciona como uma articulação, uma saturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção (HALL, 2002, p. 106). No conceito de identidade de Hall (2002, p. 108), não há um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir um único pertencimento cultural ou uma unidade imutável que se sobrepõe a todas as outras.

Utilizaremos, também, o conceito de *ordem*, e isso a partir do que é apresentado por Semíramis Corsi Silva (2014, p. 23) a respeito das ideias de Ramsay MacMullen (1966, apud SILVA 2014, p. 23) e de Janet Huskinson (2000, p. 7, apud SIVLA, 2014, p. 23). A partir de MacMullen, a historiadora reconhece ordem como a estabilidade político-administrativa do Império Romano, enquanto Huskinson fá-la pensar em ordem como algo que pode ser mantido a partir da aceitação de significados culturais a serem compartilhados por diferentes culturas em nome de um controle político. Essa conceituação será-nos útil porque pensamos em Sidônio Apolinário como atuante em uma estabilidade político-administrativa estabelecida pelo Estado romano, ainda que não mais, necessariamente, submissa aos interesses itálicos. As ideias de Huskinson fazem sentido para nós porque vemos que, na literatura sidoniana, há um elemento que nunca muda, que é a exaltação da cultura latina.

A observação da sobrevivência, no âmbito gaulês, do compartilhamento de significados culturais latinos e, ao mesmo modo, da sobrevivência de uma lógica administrativa aos moldes romanos, ainda que não mais sob o controle do Estado romano propriamente dito, faz-nos dialogar com o conceito de *ordem* proposto por Norberto Luiz Guarinello (2010, p. 119-120), quando o autor explica ordem como uma força de permanência inerente a tudo o que ele chama de trabalho morto corporificado. Ou seja, algo que equivale a uma incapacidade das pessoas no que diz respeito a romper de maneira abrupta com elementos estruturais que caracterizam a sociedade, como a política e a cultura, por exemplo.

A ideia de *fronteiras* também é parte essencial de nosso trabalho, pois é a partir dessas fronteiras que pensamos todos os aspectos histórico-sociais galo-romanos tardo-antigos dos quais observamos as continuidades e as rupturas. Com efeito, Guarinello (2010, p. 120) define fronteira como algo que se aproxima, etimologicamente, do que significava a palavra *front* no contexto de seu surgimento, isto é, o espaço vazio entre dois exércitos antes da batalha e, portanto, um obstáculo, mas também um lugar de passagem, um campo de negociação, um espaço de ação, um definidor de grupos em ação, etc.

No pensar das relações identitárias entre germânicos, itálicos e galo-romanos, também utilizamos a ideia de fronteira proposta por Fredrik Barth (2000). Para Barth, as fronteiras entre os grupos étnicos são estabelecidas com base em definições de elementos culturais que, quando apropriados por um dos grupos, não podem ser apropriados, concomitantemente, pelos outros. Os elementos culturais que não estão vinculados à totalidade desses estabelecidos de fronteiras podem ser usados por todos os grupos

étnicos em relação fronteiriça. Entretanto, ainda que as ideias de Barth nos sirvam, não trabalhamos com a ideia de etnia no presente texto, e sim restringimo-nos a interpretar as identidades que observamos como político-culturais.

Também lançamos mão do conceito de *representação* elaborado por Roger Chartier (1991). Tal autor define que as representações são formas de +explicação e de organização da realidade por parte daqueles que as desenvolvem, sendo sempre contraditórias e antagônicas umas às outras (CHARTIER, 1991, p. 66), ou seja, estando em um espaço de *lutas de representações*. A partir das definições de Chartier, pensamos as representações feitas por Sidônio Apolinário sobre gauleses, germânicos e itálicos em negociações e conflitos políticos como algo que atua no sentido de legitimar as causas políticas do autor por meio da evocação de uma realidade de forma codificada a partir das premissas da cultura literária vigente em seu contexto.

Para este trabalho também usamos da análise retórica dos textos de Sidônio Apolinário. O orador e escritor de manuais de oratória Quintiliano (*Instit. Orat.* II.15.38) define retórica como “a ciência de bem dizer”. Já Aristóteles, segundo o próprio Quintiliano (*Instit. Orat.* II.15.13) pensava retórica como “a faculdade de encontrar no discurso tudo o que é adequado a persuadir”. Não desconhecemos que há, não obstante, e ainda segundo Quintiliano, controvérsias entre os autores antigos a respeito de se a retórica era apenas um fenômeno que se prestava a finalidades de discursos políticos num âmbito foral ou se estava presente em toda a forma de linguagem escrita. Hoje pensamos retórica como inerente a qualquer tipo de linguagem. Mas para tratarmos da retórica nos escritos sidonianos, destacamos que Quintiliano (*Instit. Orat.* II.13.1-14) aponta a necessidade de que a retórica, enquanto fenômeno literário, traga embelezamento, metaforizando isso com os mais variados exemplos, entre os quais podemos destacar a comparação de uma estátua ereta com estátuas em posições inusitadas. É nesse sentido que compreendemos que a retórica necessita de figuras de linguagem. Não é em vão que as destacaremos em nossas análises dos textos sidonianos, pois observamos que quanto maior é a importância que o autor dá a uma determinada causa política retratada em uma epístola, mais figuras de linguagem utiliza.

Por fim, organizamos a dissertação em três capítulos. O primeiro capítulo subdivide-se em duas partes. A primeira é uma contextualização histórica sobre a Gália de Sidônio Apolinário. Já no que diz respeito à segunda parte do primeiro capítulo, trata-se de um debate historiográfico a respeito das formas como o período que estudamos foi interpretado por diversos escritores ao longo do tempo. Iniciamos discorrendo sobre os

próprios pensadores contemporâneos aos fatos e concluímos falando sobre as interpretações historiográficas mais atuais a respeito da época que chamamos de tardo-antiga. Essa última parte serve para nos posicionarmos em tal debate.

O segundo capítulo do trabalho também se subdivide em duas partes. A primeira parte foca-se na vida de Sidônio Apolinário e intercala narrativas a respeito dela com considerações a respeito de elementos e ideias culturais de sua época que se manifestam em seus escritos. Entre esses elementos, podemos citar a *humanitas*, a *romanitas*, o cristianismo, o conceito de *bárbaro* e as relações de *amicitia* entre os membros da nobreza latina. Na segunda parte do segundo capítulo, discorremos a respeito das principais características da literatura do contexto sidoniano, bem como da constituição da mesma ao longo do tempo e de como o nosso autor se insere nela. No mesmo sentido, tratamos a respeito do formato da organização da obra sidoniana, bem como da relação dessa mesma organização com as organizações de obras de autores que antecederam a Sidônio Apolinário.

O terceiro capítulo, no mesmo formato dos anteriores, está organizado em duas partes. A primeira trata das fronteiras histórico-sociais da Gália do século V EC a partir das representações de reis e de guerreiros germânicos nas obras de Sidônio Apolinário. Nessa primeira parte, não descartamos a análise histórico-social dos personagens de reis celtas como Riotamo. A segunda parte faz o mesmo que a primeira, mas a partir das representações de nobres galo-romanos nas obras de nosso autor. Uma questão a ser observada é que a parte que trata de germânicos não exclui da análise documental a presença e a atuação histórico-social de nobres galo-romanos que se relacionaram com tais povos. A segunda parte também inclui os germânicos na análise documental, ainda que o foco seja nos galo-romanos. Ambas as partes estão plenas de análises documentais e considerações a respeito do papel histórico-social da nobreza itálica nas situações representadas nas fontes.

Após a apresentação de todas as referências documentais e bibliográficas que utilizamos para compor este trabalho, expomos, como Apêndice, um catálogo das epístolas sidonianas a partir da temática das fronteiras político-culturais condizentes ao círculo de relações de nosso autor.

1. AS ELITES GOVERNANTES DA GÁLIA TARDO-ANTIGA E O CONCEITO DE ANTIGUIDADE TARDIA

1.1 ITÁLICOS, GAULESES, GERMÂNICOS E HUNOS NA GÁLIA TARDO-ANTIGA

Entre os anos 235 e 284, o Império Romano viu-se mergulhado na tradicionalmente chamada Anarquia Militar, período no qual aclamações de imperadores numa escala local ou regional ocorreram de forma rápida e gradativa. Tais “subversões” ocorriam em detrimento do reconhecimento da autoridade do imperador oficial. Foi nesse período que, em 253, houve o reconhecimento pelo Senado da qualidade de Augusto do imperador Galieno (253-268). As dificuldades encontradas por ele e por alguns dos imperadores que o sucederam para controlar subversões internas ou externas às fronteiras do Império fizeram com que focos de poder político-militar baseados em cidades e províncias não itálicas se expandissem. Enquanto Galieno e o imperador que a ele sucedeu, Cláudio II (268-270), tiveram de assistir impotentes a expansão para todo o Oriente do poderio militar da princesa de Palmira, a Augusta Zenóbia (267-272), eles também tiveram de reconhecer sobre a Gália, sobre a Britânia, sobre a Hispânia e sobre a Germânia romana, a autoridade do imperador Póstumo⁵ (260-268) (FIGHETTO, 2012, p. 81-86). A autoridade de Póstumo teve de ser reconhecida pelos imperadores itálicos porque eles não dispunham de poder militar para desfazer o foco de subversão. Tanto isso que eles não puderam fazer frentes às invasões francas que ocorreram, a partir do Reno, no ano de 260: o motivo por trás da usurpação de Póstumo (FRIGHETTO, 2012, pp. 82).

Nesse período conturbado, tanto os francos quanto outros povos advindos da Germânia, como saxões e alamanos, assolaram a Gália. Eles saquearam diversas cidades e localidades rurais, fazendo com que camponeses abandonassem suas propriedades. Abandono esse que também teve como consequência a pirataria e o aumento dos tributos por parte da República, que precisava financiar seus constantes embates bélicos internos e externos às fronteiras imperiais. As massas de camponeses fugitivos juntaram-se a tropas “bárbaras” ou tornaram-se colonos sob a proteção de patronos (MINOR, 1976, p. 1; FREITAS, 2008, p. 53). Presumimos que essas fugas de camponeses estejam por trás da

⁵ Tal organização política, conhecida como Império das Gálias (*Imperium Galliarum*), ainda teve outros três imperadores além de Póstumo: Mário I (269-269), Vitorino I (269-271) e Tétrico I (271-273). O imperador Aureliano (270-275), contudo, o mesmo que derrotou Zenóbia no Oriente, reanexou o Império das Gálias ao governo republicano (AURÉLIO VICTOR, 33, apud ANTIQUEIRA, 2016, p. 213-214).

formação, no século III EC, do vultuoso movimento chamado de Bagauda e bastante forte no século V EC.

Muitas transformações ocorridas na esfera gaulesa, contudo, foram além das questões apontadas acima: o exército republicano⁶, durante a Anarquia Militar, encontrava-se fortemente necessitado de mais contingentes, quando a população romana, diminuída por conta das crises, não era mais capaz de fornecer-los. Por conta desse fato, a política de assentamento de germanos⁷, tanto guerreiros quanto camponeses, em terras romanas, durante os séculos III e IV EC, foi algo notório, e muitos dos generais republicanos tardos-antigos tinham origens germânicas (FREITAS, 2008, p. 53). Wolfgang Liebeschuetz (1993) nos mostra que, no século V EC, uma vasta quantidade de soldados romanos tinha origens estrangeiras, num exército com fronteiras identitárias fluidas. Para além disso, também sabemos que, ao final do século IV EC, povos estrangeiros foram assentados em terras romanas na qualidade de *foederati*, exercendo grande influência político-econômica sobre as regiões que ocupavam, na Gália e na Itália (FREITAS, 2008, p. 53).

Ao longo do século IV, a instabilidade militar das fronteiras renanas da Gália foi neutralizada graças às reformas militares lá empreendidas por imperadores como Diocleciano I (285-305) e Constantino I (306-337). Esses imperadores mantiveram sempre a presença de um César na Gália e controlaram as tropas francas e alamanas que atuavam na região norte do mundo gaulês.

Antes disso, porém, a sorte dos francos já começara a mudar, o que ocorreu, precisamente, nos tempos de Diocleciano, quando, na tetrarquia, os Augustos Maximiano (286-305) e Constâncio Cloro (305-306) venceram esses povos no âmbito da Gália. Eles os converteram em aliados e os assentaram em regiões ao Norte da província, como na Armórica (FREITAS, 2008, p. 53-59). Entretanto, os francos mantiveram sempre uma situação dúbia com os romanos desde que estiveram em seu Império, ora atuando como aliados e mantenedores da ordem, ora sendo os próprios ameaçadores dessa ordem

⁶ Utilizaremos a terminologia Império Romano para tratar do que foi historicamente o mundo mediterrânico conquistado por Roma, isto no que diz respeito às mudanças históricas ocorridas nas diversas regiões governadas pela Itália, num sentido que transcende o governo romano burocratizado propriamente dito. Contudo, utilizaremos o termo República para tratar do Estado romano propriamente dito, pois ainda que a historiografia tradicional considere que a República Romana tenha acabado em 29 AEC, essa ideia não estava presente no período por nós estudado, e nosso autor utiliza a palavra *republica*, mostrando que Império e República não eram conceitos mutuamente excludentes na época, sendo isso uma construção histórica conceitual moderna.

⁷ Neste trabalho, trataremos por “germanos” os indivíduos nascidos na Germânia e por “germânicos” os indivíduos descendentes, culturalmente, de germanos, mas nascidos no Império Romano, como no caso dos guerreiros de origem estrangeira com os quais o nosso autor se relaciona.

(BARTHÉLEMY, 2010, p. 64). O imperador Constantino I, seu filho, o imperador Constâncio II (337-361) e seu sobrinho, o imperador Juliano (361-363), tiveram de enfrentar fortes subversões francas ao norte da Gália, sendo que alguns dos chefes militares advindos desse povo atuaram no exército republicano. É em decorrência dos constantes enfrentamentos dos germânicos nas fronteiras renanas que vemos diversos imperadores residindo ou passando longos períodos na Gália ao longo do século IV EC. Ligado à instabilidade de tais fronteiras também está o estabelecimento da sede da Prefeitura do Pretório das Gálias na cidade de Augusta dos Tréveros (atual Trier, Alemanha) (FREITAS, 2008, p. 59-64).

Para além das questões sócio-políticas apontadas até aqui, é válido dizermos que, como que numa herança dos tempos do Império das Gálias, tornou-se um costume a evasão por parte de nobres no que diz respeito a colonos deles que teriam de atuar no exército republicano. Essa resistência ao governo republicano permitiu à Gália retornar ao seu estado de prosperidade anterior à invasão dos francos. A não recuperação militar do governo republicano desde a Anarquia Militar fez com que Roma nunca conseguisse oferecer repressão efetiva a esses desmandos gauleses. Camponeses retornaram a suas propriedades e retomaram suas produções (MINOR, 1976, p. 2). É Mathisen (2011, p. 17-26) que nos diz que a Gália, tanto quanto outras regiões do Império a partir das crises do século III EC, assumiu uma posição de rebeldia e não submissão ao governo dos itálicos.

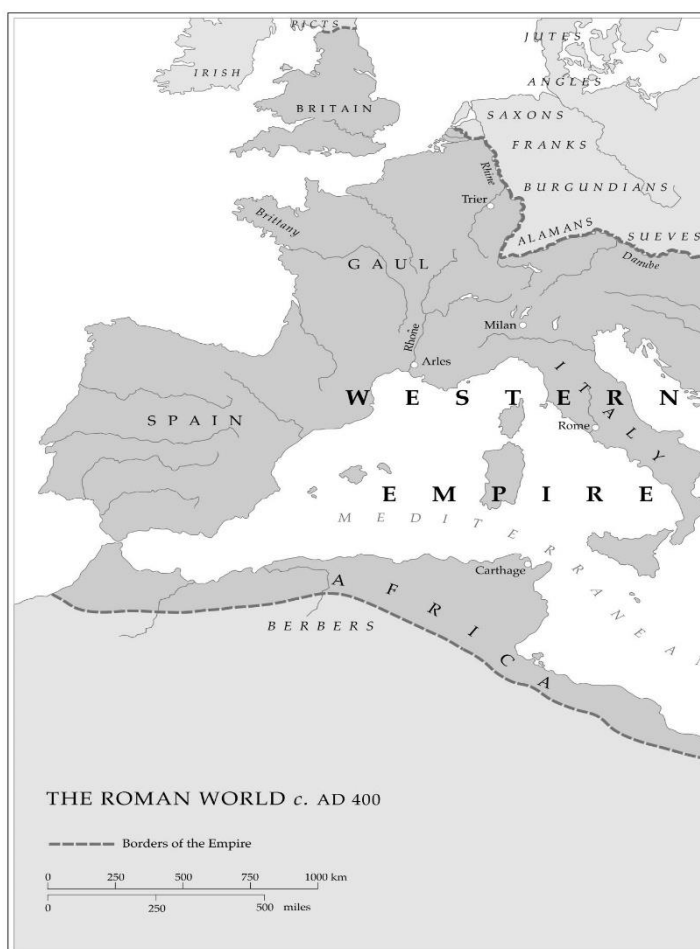
Apesar de tudo isso, pode-se ver o século IV como uma época de reorganização e prosperidade para o Império Romano. Tal situação, contudo, não se manteve assim. Durante o século V EC, a maior parte da Gália estava sob constante disputa político-territorial, o que envolvia bagaudas, soldados itálicos, guerreiros bretões e também povos como os saxões, os francos, os burgúndios, os turíngios, os alamanos, os alanos e os godos (WARD-PERKINS, p. 28-62).

Os problemas começaram quando, em 405, uma confederação de povos liderada pelo godo Radagaiso ameaçava Roma. O mestre militar da Itália (*magister militum per Italiam*), Estilício, dando continuidade à sua estratégia política já promovida na Britânia no começo da década, ordenou a ida para a Itália das legiões renanas do Império, para que guarnecessem a península. A consequência disso foi a entrada na Gália de vândalos silingos, vândalos asdingos, suevos e alanos (FRIGHETTO, 2012, p. 139).

Andy Merrill e Richard Miles (2010, p. 35-36) apontam que a maioria das bibliografias contemporâneas dizem que os povos que cruzaram o Reno e adentraram a Gália graças ao efeito da evacuação militar renana efetivada pelo mestre militar Estilício,

o fizeram no dia 31 de dezembro de 406, quando o Reno estava congelado. Apesar de as Grandes Invasões⁸ serem hoje tratadas como um dos eventos mais importantes quando da

Mapa 1 - O cenário político das fronteiras do Império Romano do Ocidente ao início do século V EC.



Fonte: (WARD-PERKINS, 2005, p. VIII).

desintegração do Império Romano, elas foram pouco contempladas por textos contemporâneos, e não há evidência nenhuma de que o Reno estivesse congelado, exceto a imaginação do historiador iluminista Edward Gibbon. Além disso, historiadores contemporâneos têm questionado até mesmo o ano da invasão, apontado para a

⁸ Assim é conhecida, na historiografia tradicional, a travessia do Reno por vândalos asdingos, vândalos silingos, suevos e alanos, no dia 31 de dezembro de 406.

probabilidade de 406 ser uma data muito tardia. Aqui, podemos afirmar, somente, que vândalos, alanos e suevos entraram na Gália no meio do inverno de 405/406, ou, mais provavelmente, no meio do inverno de 406/407, em um ponto inespecífico entre as cidades de Mogonciaco (atual Mainz, Alemanha) e de Borbetômago (atual Worms, Alemanha).

Entre 406 e o verão de 409, vândalos, suevos e alanos ficaram restritos às províncias do norte da Gália, enquanto a sede da Prefeitura do Pretório foi transferida de Augusta dos Tréveros para Arelate (atual Arles, França), onde estaria mais segura, uma vez que não somente os “bárbaros” de além-fronteiras, mas também os próprios armoricanos rebeldes contra os altos tributos cobrados lá pelo governo republicano, ameaçavam a integridade das instituições estatais que se faziam presentes naquela região (FREITAS, 2008, p. 64-66; MERRILLS; MILES, 2010, p. 40).

Apesar de os quatro povos em questão terem conseguido entrar efetivamente na Gália, eles permaneceram politicamente marginalizadas, e um dos maiores responsáveis por isso foi o imperador usurpador Constantino III (407-411). Tratava-se de um soldado comum chamado Flávio Cláudio Constantino, cujo movimento de usurpação iniciou-se na Britânia, e rapidamente expandiu-se à Gália (MINOR, 1976, p. 8). Ele era a terceira, e única bem-sucedida⁹, tentativa das legiões britânicas de aclamarem com sucesso um novo imperador. Encontrou pouca ou nenhuma resistência ao assumir o poder na Gália, e instalou sua sede em Lugduno no meio do ano de 407 (FREITAS, 2008, p. 76; MERRILLS; MILES, 2010, p. 37). Historiadores como Charles Paul Minor (1976, p. 8) e Edmar Freitas (2008, p. 64-65) veem isso como um movimento por parte dos gauleses no sentido de promoverem a autodefesa, uma vez que o Reno, e conseqüentemente a Gália, estavam desassistidos pelo governo da Itália desde que os godos advindos do Oriente ameaçavam essa península. Para Mathisen (2011, p. 17-26), isso se apresenta até mesmo como uma herança dos processos históricos ocorridos quando do Império das Gálias.

As usurpações que ocorreram no Império Romano do século V EC preocuparam aos imperadores itálicos muito mais do que as invasões germânicas. A despeito do não entendimento do porquê dessas resoluções políticas por parte de Minor (1976, p. 21), é óbvio para nós que isso se deve ao fato de que as investidas germânicas no Império Romano seriam responsáveis pela cessão, por parte do Império, de apenas partes de suas terras aos estrangeiros, enquanto que as usurpações tinham como potencial objetivo final tomar todo

⁹ Os pretendentes anteriores, Marco (406-406) e Graciano (406-406), não obtiveram aceitação significativa e caíram em desgraça.

o Império e derrubar a dinastia governante. Por conta disso, é interessante notar que, diferentemente do que ocorrera quando das chamadas Grandes Invasões, o mestre militar Estilício enviou uma tropa de godos federados como força de oposição à Gália quando do sucesso da usurpação do imperador usurpador Constantino III. Tal força, inicialmente, obteve sucesso, mas em seguida foi derrotada pelas forças do imperador usurpador Constantino III. É importante notar que depois desse evento, o imperador usurpador Constantino III enviou suas tropas aos Alpes para servirem como bloqueio de passagem entre a Gália e a Itália (MINOR, 1976, p. 7-8; MERRILLS; MILES, 2010, p. 37).

Constantino III chegou à capital das Gálias, Arelate, em maio de 408, e a nobreza galo-romana, movida pela necessidade gritante de defesa, o aceitou. Por trás dessa aceitação estava a ressurreição de um cargo extinto desde 380¹⁰, a saber, o de prefeito do Pretório das Gálias (*praefectus praetorio Galliarum*), que foi ocupado por Apolinário, avô do autor trabalhado nesta pesquisa. Ele provavelmente recebeu o ofício a partir de Lugduno.

Durante o mandato de Constantino III, houve a fortificação das fronteiras do Reno com o despacho das próprias tropas do governante, ou, mais provavelmente, através da revitalização dos acordos de federação com os germânicos estabelecidos naquela região. Houve também, como vimos, a fortificação das fronteiras alpinas da Gália (MERRILLS; MILES, 2010, p. 38).

Enquanto Constantino III consolidava seu poder nas províncias ocidentais e negociava sua posição com o imperador itálico Honório I (395-423), ele enviou seu filho, o general Constante, à Hispânia, juntamente com o general Gerônimo, com o objetivo de tomar para si o poder sobre a península Ibérica (MERRILLS; MILES, 2010, p. 38). Teria sido por volta de setembro de 409 que esses dois generais cruzaram os Pirineus, estando apoiados pelos povos germânicos que cruzaram o Reno em 406 (GAZZOTTI, 2013, p. 268). Tais povos ficaram no Norte da Gália até o meio do ano 409, quando os habitantes da Armórica e do sul da Bretanha, ao constatarem a ausência efetiva de qualquer poder republicano lá, combateram-os por si próprios, usando suas técnicas bélicas pré-romanas. Foi isso o que fez com que vândalos, suevos e alanos marchassem em direção a Aquitânia e lá, se juntassem aos generais Constante e Gerônimo na travessia dos Pirineus (WARD-PERKINS, 2005, p. 66; MERRILLS; MILES, 2010, p. 40-41).

¹⁰ Na metade do século IV EC, a Gália novamente se rebelara contra a Itália, num movimento liderado pelo imperador usurpador franco Magnêncio I (350-353).

Liebeschuetz (1993) explica-nos de forma bastante precisa esse processo de adesão de tropas estrangeiras aos exércitos imperiais romanos. Segundo ele, a vasta maioria dos soldados que lutavam pela República¹¹ no século V EC não se identificavam como romanos.

Em 408, o imperador Honório, juntamente com Estilício, chegou a planejar uma invasão à Gália com o objetivo de derrubar Constantino III, contudo essa foi impossibilitada pelo assassinato de Estilício. Devido a essas circunstâncias e também por conta da conquista da Hispânia pelo general Constante em 408, o imperador Honório reconheceu o governo de Constantino III no ano seguinte, e foi daí em diante que ele passou a ser intitulado dessa forma (MINOR, 1976, p. 10).

Contudo, a sorte de Constantino III começou a mudar quando o general Gerônimo, na Hispânia, associado aos vândalos, aos suevos e aos alanos, rebelou-se contra o poder do imperador usurpador, que novamente enviou seu filho Constante à península Ibérica, com o objetivo de derrotar a Gerônimo (GAZZOTTI, 2013, p. 272).

Enquanto isso acontecia no âmbito galo-hispânico, os godos saqueavam Roma, em 410. Tal povo, depois de não conseguir ir da Itália à África na sequência do saque, rumou à Gália em 411. Honório, por conta dessa evasão dos godos, viu suas tropas livres para enfrentarem Constantino III na Gália. Esse fato coincidiu com a derrota e com a execução de Constante por Gerônimo, em Viena Alóbro (atual Vienne, França). Contudo, o último teve problemas com suas tropas, que desertaram nessa região para se juntarem ao novo mestre militar (*magister militum*) de Honório, Flávio Constâncio, enviado à Gália para enfrentar Constantino. Devido a esse fato, Gerônimo acabou tendo de retornar à Hispânia, onde enfrentou uma nova revolta de seus homens, que cercaram sua casa e acabaram fazendo com que ele tomasse a decisão de suicidar-se (MINOR, 1976, p. 14-15).

Enquanto isso, ao mesmo tempo em que os armoricanos davam prosseguimento às revoltas já iniciadas anos antes, Constantino III foi cercado pelo mestre militar Flávio Constâncio em Arelate, onde foi derrotado e, então, finalmente, executado no caminho para Ravena, quatro anos depois de tornar-se imperador na Britânia (MINOR, 1976, p. 15; GAZZOTTI, 2013, p. 276).

Porém, antes da execução de Constantino III em 411, já havia surgido outro imperador usurpador na Gália, que se valeu da estrutura política de usurpação já estabelecida por Constantino III para assumir o vazio de poder deixado pela derrota do

¹¹ O autor em questão usa o termo Império.

último. Nativo de Narbona, o novo usurpador chamava-se Jovino (411-413) e era apoiado pelo rei Gundário, dos burgúndios, pelo rei Goário, dos alanos, e por alguns francos e alamanos (MINOR, 1976, p. 15).

Como já dissemos, também foi em 411 que, após a morte de seu rei Alarico, os godos deixaram a Itália em direção à Gália. Eles estavam agora sob o rei Ataulfo (411-416), que trazia consigo, como refém, a irmã de Honório, a princesa Gala Placídia, capturada desde o saque de Roma pelos godos, em 410. O rei em questão teria prestado ajuda a Jovino em sua usurpação e o auxiliado na derrota das tropas republicanas (KULIKOWSKI, 2007, p. 210). O rei Ataulfo fez isso mesmo após ter acertado um tratado de federação com o mestre militar Flávio Constâncio, no qual ficaria com terras na Narbonense em troca de derrotar o imperador usurpador Jovino (MINOR, 1976, p. 16).

No entanto, logo os problemas começaram a surgir entre o rei Ataulfo e o imperador usurpador Jovino, quando ambos começaram a desentender-se no que diz respeito às atividades de governar a Gália. Ataulfo fez acordos com Honório com o objetivo de conseguir, para os godos, as prometidas terras na Gália em troca da cabeça de Jovino. A derrota de Jovino pelos godos deu-se em 413, quando ele foi executado em sua terra natal, Narbona (MINOR, 1976, p. 15-17).

Data desta época o restabelecimento do *Concilium*, uma reunião anual que passou a ocorrer em Arelate sob a orientação do prefeito do Pretório, Agrícola. Nesta reunião, grandes latifundiários das Sete Províncias¹² encontravam-se com o objetivo de discutirem assuntos de seu interesse e questões de ordem pública. O objetivo principal desse projeto era fazer com que os nobres se responsabilizassem pelo controle da ordem de suas regiões, uma vez que o governo republicano já não mais estava conseguindo obter sucesso nesse sentido (FREITAS, 2008, p. 66).

Em contrapartida, Flávio Constâncio intensificou a militarização da região ocidental da Gália nesse período, com o objetivo de acabar efetivamente com a insistente rebelião armoricana. Contudo, sabemos que a Armórica nunca se submeteu à ordem romana e, quando do fim da República, essa região estava quase completamente reorganizada em sua ordem política pré-romana (FREITAS, 2008, pp. 66-67).

Quanto aos godos de Ataulfo, eles não conseguiram apossar-se das terras romanas que buscavam desde que entraram no Império, no limiar do último quartel do século IV EC

¹² A Gália estava dividida em duas dioceses durante a época aqui trabalhada, elas eram chamadas *Galliae* e *Septem Provinciae* (WOOD, 1994, p. 5).

(KULIKOWSKI, 2007, p. 211). Nesse quadro, contudo, eles tentavam firmar um acordo com os romanos que também implicava no recebimento de grãos advindos de Ravena. A escassez de grãos fez com que Honório impusesse a Ataulfo outra condição para que o acordo fosse cumprido: a devolução da princesa Gala Placídia. Ataulfo, percebendo a impossibilidade de Ravena cumprir seu acordo com os godos, fez com estes tomassem a cidade de Narbona, onde, no começo do ano de 414, o rei casou-se com a princesa capturada. Como resposta, Honório fez com que Flávio Constâncio estabelecesse um bloqueio naval e terrestre à cidade de Narbona (FRIGHETTO, 2012, pp. 142-143). Foi durante esse bloqueio que o romano Prisco Átalo (414-415), associado com os godos desde a Itália, foi aclamado, pela segunda vez em sua vida, e pela primeira em território gaulês, como Augusto (MINOR, 1976, 18-19; KULIKOWSKI, 2007, p. 211). Eram óbvios os planos de Ataulfo de valer-se da estrutura de usurpação presente na Gália desde Constantino III para estabelecer seu governo sobre tais províncias: sua posição seria legitimada a partir do poder que ele tinha sobre um imperador fantoche, Prisco Átalo, e a partir de seu casamento com uma membra da casa imperial romano-ocidental, a teodosiana Gala Placídia.

Na sequência, porém, os godos, tomados pela fome em Narbona graças ao cerco de Flávio Constâncio, abandonaram a cidade em direção à Hispânia (FRIGHETTO, 2012, p. 143). Prisco Átalo sofreu humilhação pública por parte das forças de Flávio Constâncio ao tentar escapar de Narbona, durante o cerco (MINOR, 1976, p. 19). Gala Placídia, contudo, foi com os godos à Hispânia, e tornou-se uma força política ao conseguir a lealdade de uma tropa de godos que a acompanharia até mesmo depois de sua viuvez e retorno à Itália (KULIKOWSKI, 2007, p. 211).

O período de evasão dos godos na Gália foi marcado por uma série de conflitos civis na região. Entre eles podemos destacar a intensificação da revolta civil armoricana contra o aumento incessante dos tributos, instituído, agora, por Flávio Constâncio com o objetivo de obter maiores recursos para o suprimento da demanda militar. Podemos destacar também novas insurreições do movimento da Bagauda (FREITAS, 2008, p. 66).

A Bagauda se constituía por grupos formados a partir de bandos de camponeses que, de alguma sorte, foram desapropriados de suas terras. Juntamente com tais bandos, estavam escravos fugidos e soldados descontentes (MINOR, 1976, p. 23). Renan Frighetto (2012, p. 145) diz que o movimento ocorreu na Gália, mas, principalmente na Bretanha, na Armórica e nas áreas alpinas. Esse movimento atuava no sentido de saquear e pilhar propriedades rurais e cidades pequenas. Os ataques bagaudas situaram-se junto de uma

série de movimentos político-sociais que surgiram como consequência do afastamento do governo republicano com relação às províncias.

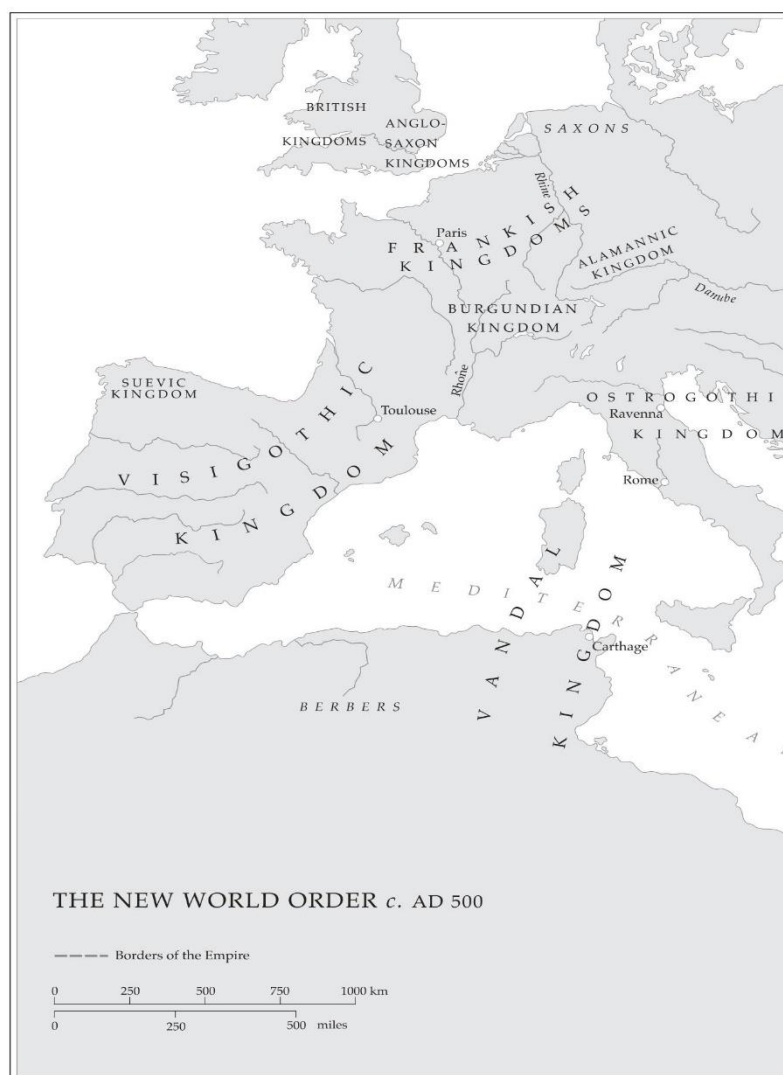
A despeito de diferentes historiadores considerarem a Bagauda como um movimento popular ou de elite, de acordo com suas inclinações ideológicas, podemos dizer que temos aqui um movimento de subversão e de contestação à ordem vigente que englobou diversos setores descontentes da população.

Após os godos terem estabelecido-se na Hispânia, eles fizeram um tratado com a República novamente. Conforme o tratado, os godos deveriam aniquilar os outros germânicos estabelecidos na Ibéria. Antes, contudo, de obterem essa vitória, em 417, depararam-se com a oferta de um novo tratado de *foederati*, no qual eles receberiam terras na Gália (MINOR, 1976, p. 21-22). Eram terras minúsculas comparadas ao que os godos conseguiram arrancar depois do governo republicano ou dos chefes provinciais. A fixação centrava-se no vale do Garona, na Aquitânia Secunda, entre Burdígala (atual Bordéus, França) e Tolosa (WARD-PERKINS, 2005, p. 28-29). Entretanto, esta última cidade, a capital do que se tornou um reino gótico, não ficava na Aquitânia Secunda, e sim na Narbonense Prima. O novo território também englobava algumas regiões da província da Novempopulânia (FRIGHETTO, 2012, p. 143-144).

O motivo exato pelo qual Flávio Constâncio estabeleceu tal tratado com os godos é causa de discussões, tanto quanto também é o fato de eles terem sido estabelecidos na Aquitânia. As explicações mais convincentes dizem respeito ao controle da Bagauda (MINOR, 1976, p. 23-24). Idácio de Chaves aponta para o ano de 418 no que se refere à consolidação do evento, enquanto Próspero de Aquitânia diz que o fato ocorreu em 419 (SCHWARCZ, 2011, p. 267). O assentamento dos godos no vale do Garona possibilitou certa pacificação do Sul da Gália ao final dos anos 410. Mas, ao Norte, a situação de guerra civil armoricana e a Bagauda, bem como o descontrole franco, continuavam (MINOR, 1976, pp. 24-26).

Honório morreu em 27 de agosto de 423. O herdeiro do trono era Teodósio II (402-450), imperador em Constantinopla. Sabemos, contudo, que já não era mais possível um único imperador governar os dois Impérios. E isso se comprovou por conta da usurpação do oficial João (423-425), de quem era afilhado político o suboficial Aécio (MINOR, 1976, p. 26-27).

Mapa 2 – O Reino Gótico de Tolosa em sua máxima extensão territorial.



Fonte: (WARD-PERKINS, 2005, p. X).

O imperador Teodósio II não reconheceu o oficial João como imperador ocidental e designou Gala Placídia para ocupar o trono, como regente de seu filho, o príncipe Valentiniano. Enquanto a princesa e seu filho se locomoviam à Itália para assumirem sua herança, o suboficial Aécio partia para a corte dos hunos com o objetivo conseguir apoio para o oficial usurpador João contra Placídia. Quando, porém, ele retornou, acompanhado de legiões hunas, João já estava morto, e Gala Placídia era a regente do Império do Ocidente.

Graças ao suporte huno, contudo, Aécio conseguiu o posto de comandante militar gaulês. O general tentou controlar as rebeliões e instabilidades políticas da Gália, que nas

duas últimas décadas, havia estado com o cenário preparado para a promoção de usurpações. Suas atividades políticas nesse sentido são visíveis a partir do momento em que os godos aproveitaram as instabilidades políticas itálicas causadas pela morte de Honório para invadirem a Provença e cercarem Arelate. Aécio empreendeu-os a primeira das muitas derrotas que os aplicou durante o período no qual atuou politicamente na Gália. Os súditos do então rei, Teodorico I (418-451), tiveram de retornar aos limites das terras a eles concedidas no vale do Garona. O mesmo movimento ocorreu novamente dois anos depois (WOOD, 1994, p. 7).

Não somente os godos, mas também os francos ripuários, que lutaram contra os outros germânicos nas invasões de 406, sofreram derrotas pelas mãos de Aécio. Eles haviam tomado terras nas margens esquerdas do Reno, mas tiveram de retornar aos limites das terras a eles concedidas pela República. Isso não ocorreu somente quando da ascensão do general, mas novamente em 432, quando Aécio já havia recebido o título de *magister militum per Gallias* (MINOR, 1976, pp. 29-30).

Gala Placídia manteve uma política de equilíbrio de poder entre três comandantes-em-chefe. Aécio na Gália e na Hispânia, Bonifácio na África e Félix na Itália. Ela estaria atenta a qualquer rivalidade dentre os três, pois a ascensão do poder de um sobre os outros ameaçaria sua posição. Por conta disso, Gala Placídia informou a Aécio, em 430, que Félix estava conspirando contra ele. Aécio não invadiu a Itália, mas incitou uma rixa entre soldados, o que levou ao assassinato de Félix e de sua família. O acontecimento fatalmente faria com que o poder de Aécio no âmbito romano-ocidental aumentasse (MINOR, 1976, p. 31-32).

Todavia, em 430, dessa vez lutando contra os burgúndios de Borbetômago, os hunos de Aécio foram derrotados. Aécio não perdeu todos, mas uma boa parte de seus soldados. Gala Placídia aproveitou-se da situação para, em 432, tirar Aécio de seu posto. Ela convocou Bonifácio, na África, para isso. Aécio moveu-se para a Itália para enfrentá-lo e foi derrotado nas margens do rio Arímimo, tendo de fugir para a corte huna novamente. Três meses depois, devido a um ferimento recebido na batalha, Bonifácio morreu enquanto Aécio voltava com um exército de soldados hunos renovado. Graça a isso, Aécio conseguiu coagir Placídia a elevá-lo ao cargo de mestre militar de todo o Império Romano do Ocidente e pôde continuar a busca pela estabilização política da Gália. Assim, em 436, ele e seus hunos promoveram uma derrota esmagadora contra os burgúndios de Borbetômago, como forma de revanche pela derrota recebida em 430 (MINOR, 1976, p. 34).

Nesta época, alguns dos bagaudas também foram derrotados, em 437, após um novo surto de revoltas, o que contribuiu grandiosamente para o projeto de Aécio de pacificação da Gália. Para isso também contribuiu o assentamento de um grupo de alanos, sob o rei Goário, nas proximidades de Cenabo (atual Orleans, França) (MINOR, 1976, p. 34).

Mas, mesmo após as duas derrotas recebidas na década de 420, os godos não desistiram de aumentar seus controles territoriais sobre a Gália. No meio do ano de 430, os godos atacaram Narbona e outras cidades da área. Em 437, porém, as forças de Litório, um general de Aécio, recuperaram Narbona. É importante observarmos que, dois anos depois da derrota sofrida pelos godos, eles novamente faziam investidas expansionistas para além do vale do Garona e, dessa vez, os termos do restabelecimento do acordo romano-gótico foram negociados pela pessoa de Epárquio Ávito, o representante de diversas famílias nobres associadas que ascenderam na Gália durante o governo de Aécio (MINOR, 1976, p. 35; WOOD, 1994, p. 7).

Os burgúndios, por sua vez, em 443, seis anos depois de terem desaparecido do cenário político gaulês, foram realocados por Aécio. Os remanescentes do povo foram chamados de seus assentamentos na região de Borbetômago e estabelecidos no Sul, na Sapáudia (atual Saboia, França). Eles foram colocados lá para controlarem os bagaudas na região (THOMPSON, 1956, p. 67, apud MINOR, 1976, p. 35; WOOD, 1994, p. 9). No entanto, a única ocasião em que germânicos enfrentaram bagaudas foi em 444-445, quando os alanos de Goário avançaram contra os bagaudas na Armórica, sendo freados pela ação do bispo Germano de Auxerre (MINOR, 1976, p. 35).

Neste período, pode-se dizer que Aécio conseguiu concluir o seu projeto de pacificação da Gália (MINOR, 1976, p. 31). Em contrapartida, a nobreza galo-romana prestava grande suporte ao governo de Aécio, e ocupou importantes cargos oficiais no governo republicano, depois de vinte e seis anos longe deles graças às usurpações do início do século V EC (MATHISEN, 1993, pp. 17-26).

As famílias mais proeminentes da Gália durante o século IV EC tiveram sua posição política tomada por um grupo de famílias inter-relacionadas e representadas pela personalidade política de Epárquio Ávito, prefeito do Pretório das Gálias de 439 a 440. Entre estas famílias estavam, além dos próprios Ávitos, os Firminos, os Enódios, os Magnos, os Siágrios, os Ferréolos e os Apolinários. Essas famílias mantiveram importantes cargos oficiais na Itália até o século VI EC, e nunca deixaram de realizar casamentos cruzados. Temos importantes nomes de aristocratas galo-romanos parentes de Ávito

retendo cargos oficiais importantes na Gália e na Itália desse período, como Félix Magno, Enódio, Tonácio Ferréolo e Sidônio Apolinário. Entre esses cargos importantes estavam os de prefeito do Pretório, prefeito urbano, cônsul, patrício e, no caso de Epárquio Ávito, imperador. Essas famílias alcançaram sua posição política por darem suporte bélico ao governo de Aécio, mas não perderam sua posição nem depois que as monarquias germânicas já haviam controlado todo o Império Romano. Dentro dessa lógica política galo-romana, como era de se esperar, as famílias em questão buscaram amenizaram as taxas tributários sobre a Gália (MINOR, 1976, pp. 40-43).

Um dos eventos mais importantes ocorridos na Gália no período em que Aécio esteve no poder foi a Batalha dos Campos Cataláunicos, empreendida entre Aécio e os reis germânicos da Gália contra os hunos que, liderados pelo rei Átila (435-453), atravessaram o Reno em 451 (WOOD, 1994, p. 7-8). Os preparativos romanos para a luta começaram quando Átila, percebendo que seus planos de casamento com Honória, a irmã do imperador Valentiniano III (425-455), não seriam bem-sucedidos, enviou a este imperador uma série de embaixadas confusas nas quais não ficava claro se ele estava ou não em guerra contra Ravena, mas apenas que pretendia atacar Teodorico I e os godos de Tolosa. O imperador uniu-se aos godos para enfrentar o rei huno no Norte da Gália, uma vez que se os godos fossem vencidos, nada impediria Átila de atacar Ravena. Valentiniano III teve de enviar reforços a Aécio, sem deixar de saber que tanto o mestre militar da Gália quanto os próprios godos, caso vencessem a batalha, ficariam muito poderosos e poderiam pôr a posição dele em perigo (KELLY, 2009, pp. 237-238).

Os hunos sitiaram Cenabo, Mogonociaco, Durocortoro (atual Reims, França) e Augustobona dos Tricasses (atual Troyes, França). Aécio e Átila, com seus respectivos exércitos, se encontraram em Cenabo. Do lado de Aécio estavam os romanos e os godos, os últimos liderados por Teodorico I e Torismundo, o mais velho dos seis filhos homens do rei. Eles eram reforçados por unidades burgúndias e bagaudas (KELLY, 2009, p. 245-246). Sob Átila estavam os vários povos germânicos que se tornaram súditas do Império Huno. Dentre elas, a mais importante era a dos godos descendentes daqueles que, setenta e cinco anos antes, haviam ficado ao Norte do Danúbio. Eles estavam liderados por seus respectivos reis, Valamiro, Teodomiro e Vidimiro. A batalha, como sabemos, aconteceu nos Campos Cataláunicos. Não se trata de uma localidade específica, mas de um acidentado triângulo geográfico entre Durocortoro e Augustobona dos Tricasses (KELLY, 2009, p. 245-246).

Segundo Christopher Kelly (2009, p. 247-252), a batalha começou ao meio dia, e aconteceu no cume de um monte. Teodorico I, o rei dos godos de Tolosa, foi assassinado. A batalha continuou no dia seguinte. Entretanto, no segundo amanhecer após o começo da batalha, ao perceber as numerosas perdas de soldados que teve, Átila decidiu retornar o mais depressa possível ao outro lado do Reno. Enquanto isso, Aécio convenceu Torismundo a voltar a Tolosa para garantir que nenhum de seus outros cinco irmãos reivindicasse o trono do Reino Gótico, do contrário, poderia haver uma dispendiosa guerra civil na Gália. Há vultuosos debates históricos a respeito desse acontecimento. É possível que Aécio estivesse planejando unir-se a Átila contra o Império Romano, ou mesmo que realmente estivesse preocupado com a posição de Torismundo, que de fato foi assassinado dois anos depois através de uma conspiração em benefício de seu irmão e próximo herdeiro do Reino de Tolosa, que viria a se tornar o rei Teodorico II (453-466). Pesquisadores, no entanto, apontam que, ainda que fosse melhor para a posição de Torismundo regressar a Tolosa depois da vitória consolidada¹³, ele poderia ter tido fortes dificuldades para impor sua posição se seus soldados estivessem exaustos. Além do mais, certamente se Torismundo chegasse vitorioso a Tolosa, havia a possibilidade de decisão dos godos por novamente tentarem expandir as fronteiras do Reino de Tolosa.

Para além disso, teorias sobre a existência de conspirações apontam que Aécio preferiu não acabar com a vida de Átila, pois a guerra civil que se seguiria no Império Huno poderia fazer com que novas massas de imigrantes huno-germânicos entrassem no Império Romano, sem que pudessem ser controladas (KELLY, 2009, p. 452). Seja como for, foi a perda de poder militar por parte de Aécio na batalha que permitiu que ele fosse assassinado, pelas próprias mãos do imperador Valentiniano III, em 21 de setembro de 454. Conspirações políticas ligadas aos interesses de Aécio, contudo, não tardaram a eliminar, em 455, Valentiniano III também, o último descendente masculino da casa teodosiana. Em consequência, Petrônio Máximo (455-455), um oficial do exército republicano, foi elevado ao cargo de imperador (MINOR, 1976, p. 47).

Epárquio Ávito, representante das famílias nobres galo-romanas de então, foi elevado ao cargo de mestre militar durante os três meses em que Petrônio Máximo esteve no governo republicano. Ávito efetuou novas embaixadas ao Reino Gótico de Tolosa com

¹³ Não havia qualquer previsão de que Átila perderia a batalha, uma vez que ambos os exércitos estavam iguais em número e em munição bélica (KELLY, 2009, p. 251).

o objetivo de controlar as investidas expansionistas do rei Teodorico II (MINOR, 1976, p. 53).

Não foi, contudo, somente aos godos que Ávito repeliu, mas também aos burgúndios, aos gépidas, aos francos e aos alamanos, tendo ainda freado uma invasão à Gália por parte dos saxões. Na verdade, Ávito buscava imitar a política de Aécio dentro da Gália (MINOR, 1976, pp. 53-54). Foi assim que, ao negociar com Teodorico II para que o rei gótico mantivesse seu tratado com o governo republicano, Ávito foi aclamado Augusto por godos e galo-romanos assim que se soube do assassinato do imperador Petrônio Máximo pelos vândalos (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Carm. 7, 489-518*).

Mas no ano seguinte ao que Ávito (455-456) foi guiado a Ravena para assumir sua nova posição, um conflito envolvendo o descontentamento dos romanos com relação aos valores pagos ao exército gótico levado por Ávito à Itália fez com que o último tivesse de fugir para a Gália (DANTAS, 2015, p. 100). Na verdade, tratava-se de um pretexto itálico para tirar os galo-romanos da península. Nem por isso os galo-romanos desistiram de sua posição, mas retornaram à Itália com um número maior de soldados góticos para enfrentar os itálicos, tendo sido derrotados em Placentia (atual Placência, Itália), em 17/18 de outubro de 456 (MINOR, 1976, p. 56-57).

Depois da queda de Ávito, o Império Romano do Ocidente ficou sem imperador de outubro de 456 até a aclamação de Majoriano em dezembro de 457 (MINOR, 1976, p. 60), período no qual as pretensões dos galo-romanos relativas a pôr um de seus compatriotas no trono romano-ocidental não se esvaeceram, caindo suas expectativas sobre Marcelino, um militar que governava a Dalmácia (DANTAS, 2015, p. 100). Esse movimento político ficou conhecido como Conjuração Marcelina (*coniuratio Marcelliniana*).

Os burgúndios se aliaram aos galo-romanos na Conjuração Marcelina, recebendo terras em Lugduno como parte do acordo de associação. Majoriano expulsou-os da cidade, retirando-lhes a condição de *foederati* (KINDLER, 2005, p. 23). Na Gália, o então imperador também desfez outro cerco gótico em Arelate, sendo que, sob Ávito, o Reino Gótico de Tolosa assimilara vastas regiões hispânicas, muito além daquelas que adquirira logo após seu estabelecimento no vale do Garona (MINOR, 1976, p. 63).

Nesse período, na Hispânia, derrotas sofridas por Majoriano pelas mãos dos godos fizeram com que ele tivesse de começar a dialogar com os interesses da nobreza galo-romana e dos monarcas germânicos novamente. Como Majoriano teve que se retirar à Itália e tirar suas tropas da Gália e da Hispânia, ele fez acordos com os burgúndios e com os

godos para que tais povos ajudassem-o a derrotar os vândalos de Cartago. Majoriano ficou todo um ano na Gália e recebeu a homenagem de Sidônio Apolinário em forma de panegírico. Ele foi calorosamente recebido por toda a nobreza galo-romana, tendo lutado contra as investidas expansionistas dos reinos germânicos e elevado Egídio ao cargo de comandante militar da Gália (MINOR, 1976, p. 63-64).

No entanto, antes de Majoriano assumir o poder, isto é, no período no qual um mestre militar da Itália chamado Ricímero, de origem gótico-sueva, esteve no poder sozinho, a Gália ficou quase totalmente desassistida pela República em questões militares, situação que se perpetuaria após a queda de Majoriano e a elevação ao trono do imperador fantoche Lívio Severo (461-465). O comandante militar da Gália elevado por Majoriano, Egídio, não reconheceu a qualidade augusta de Lívio Severo e ameaçou marchar sobre a Itália. O mestre militar Ricímero, então, atizou os burgúndios e os godos contra os galo-romanos, permitindo que os primeiros ocupassem Lugduno e que os segundos ocupassem Narbona. Gundóco (455-473), rei dos burgúndios, tornou-se mestre militar da Gália, no lugar de Egídio (MINOR, 1976, p. 65-67).

Após a queda do imperador fantoche Lívio Severo, entretanto, o governo de Constantinopla conseguiu impor ao mestre militar Ricímero um pretendente de seu interesse ao Império Romano do Ocidente. Tratava-se de Antêmio (467-472), genro do imperador romano-oriental. Um dos projetos do governo do imperador Antêmio era restabelecer a boa relação da Itália com a aristocracia galo-romana. O imperador Antêmio queria que os galo-romanos controlassem as expansões dos reinos germânicos na Gália e impedissem que a nobreza galo-romana se aliasse aos germânicos (MINOR, 1976, pp. 67-69).

O projeto do imperador Antêmio não se materializou por longo tempo, pois o trono gótico de Tolosa do rei Teodorico II foi usurpado por um de seus rivais: Eurico (466-484). Sob o rei Eurico, os godos tentaram fazer novas investidas expansionistas sobre a Gália, cercando Arelate novamente. Antêmio enviou forças republicanas para enfrentá-lo, mas elas não foram vitoriosas, e o rei Eurico expandiu ao vale do Ródano as fronteiras do Reino de Tolosa (MINOR, 1976, pp. 66-69; DANTAS, 2015, p. 133-134).

Para tentar frear a expansão do rei Eurico, Antêmio fez alianças com os bretões ao norte do Loire e com os francos no Reno, associando-se, também, aos interesses de Siágrio, filho de Egídio, o antigo comandante militar da Gália estabelecido por Majoriano. Siágrio controlava tropas entre os rios Loire, Saône e Mosa (MINOR, 1976, p. 69).

Eurico, contudo, conseguiu derrotar os bretões em 470, sob o rei Riotamo, e ocupou Avárico (atual Bourges, França). Eurico também anexou partes da Gália Narbonense, só tendo ficado faltando a Arvéria, cuja defesa foi levada a cabo pelo bispo da região, Sidônio Apolinário (MINOR, 1976, p. 69). A capacidade de tal homem de oferecer resistência aos godos na sede de seu bispado, em Augustenêmeto (atual Clermont-Ferrand, França), é bastante representativa do poder político adquirido pela Igreja durante os últimos anos da existência da República Romana. É Mathisen (1993, p. 89-104) que apresenta-nos a ideia de que, como já explicamos anteriormente, a vida eclesiástica representou uma alternativa para a nobreza galo-romana do século V EC no que diz respeito à possibilidade de manter seus privilégios, uma vez que muitos aristocratas perderam suas terras ou parte delas durante a expansão dos reinos germânicos na Gália do século V EC. Os bispos usavam sua influência para apropriarem-se de propriedades rurais adjacentes a suas sés ao mesmo tempo em que assumiam funções governamentais nas cidades, sobretudo no que diz respeito à implementação urbana delas, uma função que outrora fora do governo romano. Disso decorre que os bispos exerceram grande influência sobre as populações de suas sés, chegando a despertar rivalidades com os reis germânicos e, mesmo que estivessem sob controle político destes, os bispos se tornaram focos de poder para onde a nobreza galo-romana convergiu após o fim de suas possibilidades de carreira política na Itália e a escassez de possibilidades da ocupação de cargos estatais oficiais nas cortes germânicas.

Enquanto a situação política da Gália permanecia nesse nível de instabilidade, a guerra civil entre Ricímero e Antêmio começava. Era o ano de 472, quando, em julho, temos a derrota e o assassinato de Antêmio. Seus vencedores, porém, não saborearam a vitória por longo tempo, pois tanto Ricímero quanto aquele que foi elevado ao trono em substituição a Antêmio, Olíbrio (472-472), não chegaram vivos ao final de 472¹⁴ (MINOR, 1976, p. 69-70; EGEA, 1997, p. 126).

Ainda que Gundebaldo, príncipe dos burgúndios e sobrinho de Ricímero, tenha tentado suceder o tio no cargo de *magister militum* da Itália, ele não conseguiu firmar seu pretendente, Glicério (473-474), no trono romano-ocidental, tendo de fugir à Burgúndia novamente quando Júlio Nepos (474-480), com o apoio do Senado e da maioria das tropas ítalo-germânicas, conseguiu tomar o trono romano-ocidental para si. O agora rei burgúndio Gundebaldo (473-516, imediatamente, planejou confrontar Eurico e os godos no Sul da Gália, mas aqueles planos rapidamente se mostraram impotentes (MINOR, 1976, pp. 74).

¹⁴ Olíbrio era genro do já morto imperador Valentiniano III.

O poder militar de Eurico conseguiu fazer com que o imperador Júlio Nepos lhe cedesse a Arvêrnia em troca da devolução da Provença à Itália (WARD-PERKINS, 2005, p. 81-82). A partir daí, em menos de dois anos, quase toda a Gália estaria dividida em reinos germânicos independentes e nunca mais tornaria a ser governada pela Itália (FREITAS, 2008, p. 70).

Até 486, contudo, na pessoa de Siágrio, o filho de Egídio, a Gália romana sobreviveu ao fim da República. Siágrio tentou manter a área entre o Loire, o Saône e o Mosa sobre sua chefia, centralizada em Augusta dos Suessiões (atual Soissons, França). Era como qualquer outro reino germânico, e tanto quanto o Reino de Tolosa, foi destruído pelos francos de Clóvis (481-511).

1.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA GÊNESE DO CONCEITO DE ANTIGUIDADE TARDIA

A respeito das transformações políticas que ocorreram no Império Romano entre os séculos III EC e V EC, diversos autores, de toda a sorte de formações intelectuais, têm dissertado ao longo do tempo. Alguns associam as crises políticas que ocorrem no século III EC com as que ocorreram dois séculos depois ou dissociam-nas. No presente texto, buscamos apresentar, em linhas gerais, essas diferentes visões, ainda que nosso foco na presente pesquisa seja analisar apenas o século V EC no contexto específico da Gália.

No século V EC, o Império Romano já havia firmado a ideia de um cristianismo legal em contraposição com o chamado paganismo, com o judaísmo e com os cristianismos ilegais, as heresias. Disso decorre que, por conta das fortes crises em que a população romana viu-se imersa, alguns escritores da época, como Agostinho de Hipona (atual Annaba, Argélia) em *A Cidade de Deus* e *Contra os Pagãos* (410), Paulo Orósio em *História Contra os Pagãos* (417) e Salviano de Marselha (ainda hoje com esse nome, França) em *Sobre o Governo de Deus* (440), por serem cristãos, escreveram obras nas quais buscam explicar a relação de sua crença com os problemas históricos que vêm tomando forma ao seu redor (SARTIN, 2009, p. 17). O primeiro destes autores, Agostinho, intentou desassociar os problemas políticos do mundo comum com o Reino de Deus. Já o segundo, buscou defender a ideia de que os problemas enfrentados pelo Império Romano em sua época deviam-se a um castigo divino consequente das perseguições sistemáticas feitas aos cristãos no período pré-constantiniano. O terceiro, por sua vez, associou os problemas de sua época com os próprios pecados praticados pelos cristãos.

No Renascimento, ressurgem autores que trazem à tona ideias de fim de mundo associadas ao contexto da Antiguidade Tardia. Entre eles está o humanista veneziano Flávio Biondo, autor de *Das Décadas de História desde o Declínio dos Romanos* (1453) e o primeiro a utilizar o conceito de *declínio* para tratar dos acontecimentos que envolveram o Império Romano na época aqui estudada (SARIN, 2009, p. 16). Segundo Flávio Biondo, o declínio começou imediatamente após o mandato do imperador Teodósio I (379-395), tendo uma dimensão político-militar que se refletiu no âmbito cultural. Além dele, temos Jean Magnus, escritor de *História dos Godos e dos Suevos* (1544), que diz que os bárbaros livraram o Império Romano do despotismo dos céсарes (CARRIÉ; ROUSSELLE, 1999, p. 14-17). Num contrabalanço das ideias do último, podemos citar o florentino Nicolau Maquiavel, que, em sua obra *História Florentina* (1520-1525), apontou como causa do fim do Império Romano a infeliz prática de se fazer alianças com os invasores, o que teria reduzido a autoridade imperial e incitado outros povos à invasão (SARTIN, 2009, p. 17-18).

Na Idade Moderna, temos a obra como a do jurista napolitano Michele Zappulo, *História das quatro principais cidades do mundo: Jerusalém, Roma, Nápoles e Veneza* (1603), que aponta que os povos bárbaros eram um instrumento de Deus para castigar os pagãos e que após a expulsão dos bárbaros pelo general oriental Belizário, Roma teria recuperado o seu esplendor, pois era a residência papal (SARTIN, 2009, p. 18).

Ao final do século XVII, vemos os escritos de Louis-Sébastien Le Nain de Tillemont na obra *A História dos Imperadores e outros Príncipes que reinaram durante os primeiros seis séculos da Igreja* (1690). Le Nain de Tillemont foi um dos primeiros escritores a responsabilizar o cristianismo pelo declínio do Império Romano (CARRIÉ; ROUSSELLE, 1999, p. 14-17).

No século XVIII, na mesma linha de responsabilização do cristianismo pelos problemas do Império Romano do Ocidente ao final da Antiguidade, temos a obra de Charles Montesquieu, *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência* (1734). Este escritor não aponta os cristãos¹⁵ como culpados pelo fim do Império Romano do Ocidente, mas fala deles como responsáveis pela degeneração dos ideais republicanos dos romanos, relacionando isso com o fracasso dos ocidentais de defenderem sua metade do Império com relação aos invasores estrangeiros (SARTIN, 2009, p. 19).

¹⁵ Na obra, Montesquieu trata os cristãos por *gregos*.

Também na esteira do iluminismo, aparece a obra do já citado Edward Gibbon, *A História do Declínio e da Queda do Império Romano* (1737-1794). Além de responsabilizar o cristianismo pela queda do Império Romano, tal autor culpou o amolecimento e a perda de virtudes da população romana pela conquista desta pelos estrangeiros, fortes e viris. Além disso, tal autor culpou a perda de controle político romano sobre as províncias ocidentais pelo regresso econômico imperial, associação da qual ainda hoje somos reféns.

Para além disso, no século XIX, temos o Materialismo Histórico trazendo uma nova forma de interpretação dos fatos a partir de suas premissas. Para Marx e seus seguidores, a passagem da Antiguidade para a Idade Média significou a substituição do modo de produção escravista pelo feudal. Não houve estudo *per se* do período de transição entre essas duas fases da história humana, mas apenas uma análise dos elementos materiais e da força de trabalho quando da transição. Nessa interpretação materialista, a chamada civilização clássica teria desaparecido porque o escravismo era incapaz de acompanhar a evolução das forças produtivas quando, nesse sentido, o feudalismo seria um avanço (SARTIN, 2009, p. 19-20). J. B. Bury, em *Uma História do Império Romano Tardio, de Arcádio a Irene. 395 EC a 800 EC* (1889), também escreveu sobre a decadência do Império Romano, mas se afastou do sentido das interpretações marxistas, tentando apresentar uma história de natureza político-militar (SARTIN, 2009, p. 20).

Na transição do século XIX para o século XX, temos as ideias de Max Weber sobre o fim do Império Romano. Suas obras são *A História Agrária Romana e o seu Significado para o Direito Público e Privado* (1891), *As Causas Sociais do Declínio da Civilização Antiga* (1896) e *Condições Agrárias na Antiguidade* (1909). Weber faz uma análise agrária muito próxima das ideias do materialismo histórico a respeito do fim do Império Romano, apenas com o diferencial de que, para ele, as pessoas da Antiguidade não buscavam riqueza em função do acúmulo de capital, e sim em função da elevação do status social (SARTIN, 2009, p. 20), interpretação que será bem significativa mais tarde para uma revisão historiográfica sobre a economia e sobre a sociedade antigas.

Nos primórdios do século XX, o arqueólogo alemão Alois Riegl, como apontado anteriormente, cunhou o termo *Spatäntike* (Antiguidade Tardia), para definir um período no qual a cultura material não se definia entre antiga ou medieval, mas estava entre uma e outra. Essa definição do período ganhou força com os estudos filológicos elaborados por

Johannes Straub sobre a *História Augusta*¹⁶. Straub defendia que a época clássica da civilização greco-latina era sempre usada como elemento legitimador de novos cenários históricos, dando ênfase a permanências em detrimento de rupturas (FRIGHETTO, 2012, p. 20).

Neste século, temos a obra, de Mikhail Rostovtzeff, *História Social e Econômica do Império Romano* (1926). Tal homem era um historiador refugiado da Revolução Russa nos Estados Unidos e apoiador no regime czarista. Rostovtzeff defendia que, sobre as ruínas da próspera civilização romana, cujo eixo era a economia política das cidades, edificou-se uma sociedade baseada na ignorância, no constrangimento, na violência, na servidão, na corrupção e na desonestidade (SILVA; SOARES, 2013, p. 148).

No ano seguinte à publicação da obra de Rostovtzeff, temos o francês Ferdinand Lot com *O Fim do Mundo Antigo e o Começo da Idade Média* (1927). Este autor defendia que no século II EC teria se iniciado um movimento regressivo relativo à economia romana monetária, de modo que quando do governo de Diocleciano, ao final do século III EC, a economia romana já estava totalmente naturalizada. Além disso, Lot apresentava uma dicotomia entre a época do Império e o período que se seguiu no que diz respeito à dicotomia civilização/barbárie. A partir disso, ele dizia que o exército romano havia se barbarizado já no tempo de Teodósio I por conta do aumento de poder dos *magistri militum* semibárbaros ou totalmente bárbaros (SARTIN, 2009, p. 24).

Em oposição à visão de Lot, estaria a visão do historiador belga Henri Pirenne, que, em *Maomé e Carlos Magno* (1937), aponta que a cultura romana não desapareceu senão nas regiões mais setentrionais dos limites do mundo controlado por Roma, quando as regiões mais mediterrâneas mantiveram a cultura romana, uma vez que eram aquilo que ele chama de *România*. Para ele, a ascensão da barbárie apontada por Lot não existiu e a economia continuou monetária e rica até a parte sul da România ser conquistada pelos árabes (SARTIN, 2009, p. 24).

No ano seguinte à publicação de Lot, temos as ideias de Henri-Irinée Marrou (*Santo Agostinho e o Fim da Cultura Clássica*, 1938). Este historiador, ainda que se foque sobretudo em analisar o campo religioso do período sobre o qual se debruça, é um dos precursores na proposição de uma ideia na qual a Antiguidade Tardia se configuraria como

¹⁶ Uma obra que narra a vida de alguns imperadores dos séculos II EC e III EC, de datação específica incerta, mas que se sabe que foi escrita no século IV EC (TEIXEIRA; BRANDÃO; RODRIGUES, 2013, p. 10).

um período aparte do que lhe antecedeu e do que lhe sucedeu na linha temporal histórica (SARTIN, 2009, p. 25).

Na mesma lógica de pensamento desses escritores da primeira metade do século XX, temos Sergei Kovaliov com sua *História de Roma* (1959), um materialista histórico que empreende uma análise marxista a respeito do fim do Império Romano, apontando para uma luta de classes na qual os escravos e camponeses resistiram aos desmandos da elite imperial (SILVA; SOARES, 2013, p. 148-149). Há uma forte associação entre as obras de Rostovzteff, pois apesar de terem ideologias diferentes, ambos concordam a respeito do protagonismo dos pobres no processo em questão.

Nos anos 1960, temos uma série de autores se debruçando sobre a temática do fim do Império Romano. Entre eles está o alemão Franz Georg Maier, escritor de *A Transformação do Mundo Mediterrâneo* (1963), que, de acordo com as ideias vigentes em sua época, voltava-se para ver a Antiguidade Tardia como um período em si, no qual a cultura clássica já não mais se fazia presente de forma ativa. Ele aponta para um declínio da economia e para uma ascensão da monarquia do âmbito imperial romano (SARTIN, 2009, p. 26).

Em oposição a Maier, temos A. H. M. Jones com sua obra *O Império Romano Tardio 284-602. Um Esboço Social, Econômico e Administrativo* (1964). Jones defendeu que a crise populacional do Império do Ocidente tornou deficiente a defesa das fronteiras e fez com que tal Estado se manifestasse em reino estrangeiros. Em contrapartida, a menos poderosa elite latifundiária do Império Romano do Oriente teria dificuldade menos o trabalho de coleta de impostos do Estado e possibilitado uma melhor defesa das fronteiras (SARTIN, 2009, p. 25).

Ainda temos a publicação da obra de Joseph Vogt, intitulada *A decadência de Roma: metamorfoses da cultura antiga* (1964). Este autor aponta que foi no século III EC que teve início um grande rearranjo sociopolítico e cultural que culminou com o esfacelamento do Império Romano, quando os constantes ataques aos *limes* fizeram com que o regime estatal passasse por um processo de ascensão do absolutismo que transformou os cidadãos em súditos (SILVA; SOARES, 2013, p. 149).

Na década de 1970, temos a publicação da obra de um dos principais defensores do conceito de Antiguidade Tardia. Peter Brown, em *O Mundo da Antiguidade Tardia*¹⁷

¹⁷ Aqui, traduzimos literalmente os títulos das obras a partir do idioma original, contudo, a obra de Peter Brown foi publicada na língua português com o nome de *O fim do Mundo Clássico. De Marco Aurélio a Maomé*.

(1971), faz uma análise das transformações culturais que ocorreram no mundo romano do século II EC ao VIII EC, apontando que a Antiguidade Tardia foi um período de transformação e não de fim abrupto da cultura clássica (FRIGHETTO, 2012, p. 21-22).

Mesmo com as inovações nos estudos da Antiguidade Tardia propostas por Brown, vemos, na época, a publicação da obra de Perry Anderson (*Passagens da Antiguidade ao Feudalismo* (1974)). Uma pequena parte dessa obra é dedicada a tratar do processo de transição da economia clássica à feudal, vista da perspectiva do declínio do escravismo e da ascensão comunismo primitivo trazido pelos povos germânicos. Da mesma época, temos Géza Alföldy com sua *História Social de Roma* (1975), que na mesma linha de raciocínio de Jones, apresenta uma análise da crise do Império Romano como sendo impulsionada por uma miríade de fatores histórico-sociais.

Nos anos 1980, temos uma das obras marxistas mais recentes sobre a Antiguidade Tardia, de G. E. M. de Ste. Croix, e intitulada a *A Luta de Classes no Mundo Grego Antigo: Da Era Arcaica às Conquistas Árabes* (1982). Tal autor foca-se, sobretudo, em analisar a luta de classes na parte oriental do Império Romano. Segundo Gustavo Henrique Soares de Souza Sartin (2009, p. 31), Ste. Croix defende que as sociedades da Antiguidade só podem ser estudadas a partir de categorias marxistas de análise, pois se há exploração social, há classes, ainda que não houvesse consciência a respeito delas.

A autora Averil Cameron, em *O Império Romano Tardio, 284-430 d.C* (1993) e em *O Mundo Mediterrâneo na Antiguidade Tardia, 396-600 d.C.* (1993) mostra as principais correntes de pensamento sobre a Antiguidade Tardia que existiram no século XX. Ela também apresenta uma análise das descobertas arqueológicas ao longo deste século para afirmar que as crises que político-sociais que ocorreram na sociedade romana ao longo do século III EC foram uma consequência de processos históricos que já estavam em andamento, tendo a Anarquia Militar sido um desequilíbrio político resultante desses processos (SARTIN, 2009, p. 33).

Do século XXI, temos a obra *A Queda de Roma e o Fim da Civilização* (2005), de Bryan Ward-Perkins. Tal historiador defende que o Império Romano teve vitória no século III EC, quando conseguiu sobreviver à crise militar e social que poderia tê-lo levado à perda do controle político sobre o território conquistado até então. Segundo Ward-Perkins, contudo, não recuperação total do mundo romano com relação aos eventos do século III EC foi o que causou, no século V EC, a queda do Império Romano do Ocidente nas mãos dos bárbaros. A crise populacional ocasionou uma crise econômica, que, por sua vez, teve como consequência uma crise militar que levou ao descontrole fronteiriço e que permitiu

que os bárbaros tomassem o Império Romano. O Império Romano do Oriente sobreviveu porque estava, no que diz respeito à maior parte de suas terras, protegido pelo mar (WARD-PERKINS, 2005, p. 85-90).

No Brasil, Renan Frighetto (2012) defende a ideia de que o Império Romano, entre os séculos II EC e VIII EC, sofreu um lento processo de transformação política. Para ele, a regionalização do Império teria começado numa época muito anterior à entrada dos bárbaros. O autor observa, contudo, que à medida que o tempo avançava Antiguidade Tardia adentro, os imperadores começaram a ter cada vez um caráter mais forte de divinização, ao mesmo tempo em que generais vitoriosos no campo de batalha eram vistos como possíveis substitutos da autoridade central imperial. Esses processos possibilitaram a fragmentação do Império Romano do Ocidente, e os reis romano-bárbaros nada mais eram do que substitutos regionais da autoridade do imperador (FRIGHETTO, 2012, p. 179-182).

Norberto Luiz Guarinello (2013) esforça-se para ver o Mar Mediterrâneo da Antiguidade Clássica como um composto de pólis com uma lógica própria de funcionamento social típica dos arredores desse mar. Esse composto foi centralizado por Roma, como num movimento que fizera parte da história mediterrânea. A decomposição do Império Romano, no raciocínio de Guarinello (2013, p. 161-171), aparece como uma consequência histórica de sua ascensão. Essa decomposição fez com que regiões que foram governadas por Roma integrassem-se com outras mais distantes, o que levou a um enriquecimento cultural da bacia do Mar Mediterrâneo.

De todos os autores aqui tratados, os três últimos parecem oferecer boas bases de raciocínio para que possamos montar nossa interpretação e opinião a respeito dos processos históricos ocorridos no Império Romano no período que, aqui, por opção historiográfica, chamamos de Antiguidade Tardia¹⁸. Sobre tal período, estamos de acordo com o intelectual prussiano Friedrich Nietzsche (1885/1887, p. 60, apud CAMARGO, 2008, p. 107), que fala que não há fatos, somente interpretações. Ou seja, enxergamos a Antiguidade Tardia como um conjunto de processos históricos demasiadamente ricos em realidade e verdade a ponto de possibilitarem as mais diversas interpretações.

Ward-Perkins (2005) não se equivoca ao afirmar que o Império Romano foi tomado pelos “bárbaros”, mas nem por isso discordamos de Renan Frighetto quando ele expõe que os reinos que ele chama de romano-bárbaros eram uma reinterpretação regional

¹⁸ Consideramos que tal nomenclatura seja a mais adequada para tratar dos processos histórico-sociais ocorridos nessa temporalidade pelo fato de que o autor de nossa fonte usa o passado clássico como um dos elementos legitimadores de suas ideias e causas.

da autoridade que fora do imperador. Para uma solução dessa equação que há entre as ideias desses dois autores, podemos observar os dados estatísticos que Wolfgang Liebeschuetz (1993, p. 266) apresenta-nos quanto à proporção de soldados estrangeiros que compunham o exército romano-ocidental nos primórdios do século V EC. Tal autor possibilita-nos dizer que, já na segunda década do século sobre o qual nossa pesquisa se debruça, o Império Romano do Ocidente funcionava em semelhança ao que seria um grande reino germânico. A fragmentação desse Império em vários desses reinos, contudo, poderia não ter acontecido. Por isso estamos de acordo com os dois autores: com o primeiro porque vemos que todo o Império Romano do Ocidente se desfez em monarquias “bárbaras”; com o segundo porque vemos que, durante um longo período de tempo, enquanto uma lógica germânica já havia sido aplicada ao exército romano em sua totalidade, continuava-se considerando a existência do Império do Ocidente e de seus cidadãos.

Para além disso, também concordamos com Guarinello (2013), porque não vemos o Império Romano e nenhum outro Estado como uma unidade, mas sim como um conjunto de realidades locais imperfeitamente centralizadas por forças exteriores. À medida que essas forças exteriores deixam de existir, não há mais nenhum Estado. Afirmamos isso porque observamos um certo vício em se analisar as regiões que foram controladas por Roma como se elas ainda estivessem, de alguma sorte, conectadas após o Império Romano mediterrânico não mais existir. Intelectuais compõem discursos sobre o fim do Império Romano como se ele houvesse existido por essência e como se as regiões que ele governou pertencessem a uma mesma realidade. Nessa visão generalizada, o empobrecimento ou não das várias regiões estava relacionado a um declínio ou não do “grande” Império. Mas, em nossa análise, o que aconteceu com as províncias e dioceses romanas depois que elas já não eram mais romanas são processos históricos que não dizem mais respeito à história de Roma, e sim a história de outros Estados. Falamos isso sem desprezar o fato de que a cultura romana influenciou as sociedades que controlou, e até outras muito além, para sempre, mas nem por isso acreditamos que essas localidades eram somente romanas de fato.

Após as considerações feitas neste capítulo, a respeito do ambiente histórico-social da Gália tardo-antiga e da gênese do conceito de Antiguidade Tardia, é válido que, a seguir, tratemos a respeito do autor de nossa fonte de forma mais específica, explicando alguns dos principais elementos culturais que nortearam a vida do mesmo num sentido político-social.

2. ENTRE SIDÔNIO APOLINÁRIO, LITERATURAS, CRISTIANISMOS, IDENTIDADES E TERRITORIALIDADES: O AUTOR E SEU CONTEXTO

2.1 A CARREIRA POLÍTICA E O CONTEXTO CULTURAL DE SIDÔNIO APOLINÁRIO

Neste capítulo, pretendemos tecer algumas considerações a respeito da inserção de Sidônio Apolinário em seu contexto social, político, religioso e cultural. Levaremos em consideração tanto o contexto histórico mais restrito do nobre galo-romano do século V EC que ele foi, quanto o contexto histórico mais amplo de um homem pertencente à elite greco-romana como um todo, o que ele representou. Temos o objetivo de explicar algumas temáticas que, a partir de seus escritos dentro da cultura clássica, se inseriram pragmaticamente no cenário histórico e influenciaram na atuação sócio-política de nosso autor. Entre essas temáticas estão a *humanitas*, a *romanitas*, o cristianismo, os bárbaros e a literatura. Para além de tais temáticas, também pretendemos explicar o processo de perda do poder imperial da Itália sobre a Gália, pretensão que nos faz ter que esclarecer pontos importantes a respeito de conquista da última pela primeira.

Começamos, assim, dissertando a respeito da construção do nome de Sidônio Apolinário de acordo com a forma de se nomear membros da aristocracia latina em sua época. Conforme o *incipit* dos manuscritos, o nome do autor de nossa fonte era *Gaius Sollius Apollinaris Sidonius*. Contudo, na maioria das vezes em que seu nome aparece em suas obras, temos apenas uma parte do nome. Sabemos que a partir do século II EC, o *tria nomina*¹⁹ desapareceu, tendo sido substituído por um acúmulo de nomes derivados tanto da família materna quanto da paterna. O último nome, todavia, designava somente o indivíduo, no caso aqui, Sidônio. Assim, foi somente a partir do século XIII, com o surgimento de uma tradição literária de inversão da ordem de nomes clássicos, que ele passou a ser chamado de Sidônio Apolinário.

Uma vez esclarecida essa questão nominal, mas antes ainda de avançarmos para os objetivos principais deste capítulo, falemos a respeito do nascimento do indivíduo aqui tratado. Tal evento se deu na Gália romana, mais especificamente na região de Lugduno, na província da Gália Ludgunense Prima, no dia 05 de novembro de um ano definido entre

¹⁹ Tratava-se dos três nomes que designavam os cidadãos romanos (MCMANUS, 2007).

429 e 433. Aqui, seguiremos com a maioria das conclusões que dizem que ele nasceu, possivelmente, em 432 (VAN WAARDEN, 2009, p. 10).

Sidônio era membro de uma das famílias mais importantes da Gália do século V EC, a dos Apolinários. Sua mãe, entretanto, pertencia à casa arvernesa dos Ávitos, com a qual ele estreitou ainda mais os laços por meio do casamento com Papiânia, filha de Epárquio Ávito (KINDLER, 2005, p. 21).

Seu pai e seu avô paterno haviam ocupado o cargo de Prefeito do Pretório das Gálias no período de seu nascimento. O primeiro sob o governo do imperador usurpador Constantino III, e o segundo sob o imperador Valentiniano III (KINDLER, 2005, p. 21).

Dizer que Sidônio Apolinário nasceu na Gália romana é uma afirmação cujo sentido mais profundo pode passar despercebido, porque se trata da Gália tardo-antiga, quando a conquista da Gália céltica já era uma certeza política para a Itália. Estamos, contudo, diante de um autor que manifesta um discurso retórico que dialoga com os poderes de vários grupos político-identitários aristocráticos que atuavam no espaço gaulês durante a segunda metade do século V EC. E, para que entendamos o complexo cenário político-cultural que norteava a atuação dessas aristocracias, bem como o papel que nosso autor desempenhou nele, é necessário que compreendamos sua formação.

Ainda que Sidônio orientasse seus discursos no sentido da adequação às situações políticas que se faziam vigentes, considerando as relações com itálicos, gauleses, burgúndios, francos e godos, sabemos que o autor lutou o máximo que pôde para impedir que os “bárbaros”, na forma dos godos de Tolosa, sob o rei Eurico (466-484), conseguissem anexar a Arvênia (WARD-PERKINS, 2005, pp. 26-27). Observamos, assim, que estamos diante de uma entidade política para a qual fazia sentido a ordem imperial romana, isto é, ele não via vantagem em ser governado por uma monarquia “bárbara”, fosse ela qual fosse. Afirmamos isso porque acreditamos que o motivo pelo qual Sidônio não queria ser governado pelos godos de Tolosa era territorial, ou seja, não estamos considerando que Sidônio gostasse do governo do Estado que ele chamava de *republica*, mas simplesmente que a lógica de organização do espaço geográfico no qual ele se inseria enquanto cidadão latifundiário romano lhe agradava mais do que aquela na qual ele se viu pertencente ao tempo de sua morte como súdito do rei gótico. Isto é o mesmo que afirmar que Sidônio não desejava ser governado pelos guerreiros “bárbaros”, fossem eles do povo que fossem. E isso se deu pelo fato de que ele não gostaria de ser obrigado a dividir com esses guerreiros suas propriedades rurais. Essas afirmações específicas não nos são possibilitadas somente

pela análise da documentação, mas também pela observação da atuação pragmática do nosso autor em seu universo político.

Mesmo assim, trabalhamos com um homem que viu o Império Romano, no âmbito da Gália, desagregar-se e se tornar um mosaico de reinos “bárbaros”. Isso se dá ao mesmo tempo em que, em seus discursos, inevitavelmente, aparece sempre uma lógica política que está de acordo com seus interesses, que, necessariamente se alteram toda a vez que precisam se adaptar a novas circunstâncias. É por conta dessas alterações, tratadas na obra do autor de forma retórica, que acreditamos poder ver nas obras sidonianas o processo de transformação do mundo galo-romano em um mundo galo-franco, galo-gótico e galoburgúndio.

Devido a todas as questões apresentadas acima a respeito do papel de nosso autor em seu contexto político-territorial, acreditamos que seja necessário, neste capítulo, explicar o que foi o processo de perda da Gália pela Itália. Mas para que possamos compreender tal processo em sua amplitude, é válido que entendamos o que foi, também, a anexação da Gália pela Itália.

A principal questão por trás desse entendimento é a observação de que a Gália nunca foi um objeto passivo do governo romano, mas sim um conjunto de corpos políticos atuantes que souberam reconfigurar suas formas de poder preexistentes para se adaptarem a uma nova ordem. Essa atuação política por parte dos gauleses pôde acontecer porque o Império estabelecia o mínimo maquinário possível nas regiões conquistadas, se valendo de estruturas preexistentes para governar (WOOLF, 1998, p. 24-36).

Ainda assim, a ordem romana alterou profundamente o cenário do espaço geográfico da Gália. Mais precisamente, em um mundo com um grau de ruralidade significativo, os imperadores atuaram decisivamente no incentivo da adoção de modos de vida urbanos. Eles estabeleceram uma capital em cada reduto colonial, mesmo que alguns fossem bastante pequenos, e permitiram que poucas comunidades rurais continuassem existindo. Essas capitais poderiam mudar de lugar de acordo com o deslocamento de núcleos prósperos em cada região (WOOLF, 1998, p. 26-44).

A conquista da Gália foi impulsionada por um momento de transição no governo republicano romano. Era uma transição de um poder consular e cambiante para um poder baseado em dinastias. Tal conquista foi impulsionada, também, pela ampliação do poder militar no âmbito imperial, fator imediatamente ligado à transformação política acima citada. Esse poder militar ampliado fazia com que políticos advindos da ordem equestre tivessem de se manter em estado de constantes empreendimentos de conquista em função

de expansões territoriais, o que legitimava os níveis de poder cada vez maiores que esses homens adquiriam. A conquista da Gália foi um desses empreendimentos (WOOLF, 1998, p. 29).

Era através de uma aliança entre as elites gaulesas conquistadas e o imperador romano que o poder se exercia e que os impostos eram cobrados (GUARINELLO, 2013, p. 142-143). Essas elites compunham-se de líderes comunitários, sacerdotes ou leigos, que passaram, além da liderança comunitária, a exercer funções públicas ligadas ao governo republicano romano, o que os fez ganhar a titulação de *primores Galliarum*. Entre as novas funções dos *primores Galliarum* estava a certificação da coleta correta de tributos, relacionada com a quantidade de membros que havia em cada família da comunidade (WOOLF, 1998, p. 40).

Ao mesmo tempo, entretanto, gauleses não pertencentes às elites comunitárias, viram grande quantidade de suas antigas terras, conquistadas pelos romanos, serem divididas novamente, de forma a considerar colonos romanos recém-chegados. Esse tipo de evento, contudo, não veio a se repetir no período pós-augustano (WOOLF, 1998, p. 43). Assim, podemos dizer que houve uma reconfiguração espaço-geográfica na Gália. Esta correspondia ao surgimento de um centro de poder governamental novo e mais amplo, que, por sua vez, se ligava a outro centro ainda mais amplo, que centralizava toda a orla do Mar Mediterrâneo na cidade de Roma.

Inicialmente, antes da conquista inteira da Gália, o objetivo dos romanos na região era controlar Narbona, pois essa cidade representava uma posição estratégica contra o poder hispano-cartaginês. Mas a dificuldade de mantê-la protegida de ataques por parte de tribos gaulesas mais setentrionais, fez com que os romanos precisassem avançar até o Reno, bem como até o sul da Britânia. Lá, certamente, foi mais difícil controlar as tribos, que eram mais belicamente resistentes a invasores, uma vez que estavam mais próximas da Germânia e mais acostumadas ao ambiente de guerra. Assim, houve diversos levantes gauleses, e isso mesmo depois que as fontes já haviam passado a representar a Gália como uma região plenamente conquistada por Roma. Uma das causas desses levantes era o fato de que, durante o Principado, poucos gauleses ocupavam cargos importantes junto ao governo romano. Situação essa que se estendia à maioria dos então habitantes das províncias (WOOLF, 1998, p. 29-41).

Desde essa época, contudo, já observamos membros da elite gaulesa se dividirem entre aqueles que apoiavam interesses romanos e aqueles que apoiavam interesses de grupos políticos nativos (WOOLF, 1998, p. 30). Essas discordâncias se repetiram quando

do Império das Gálias e no contexto das expansões dos reinos germânicos (WOOLF, 1998, p. 31; MATHISEN, 1993, p. 9-16). São as observações destas mesmas discordâncias que nos levam a concordar com Woolf (1998, p. 34) em sua afirmação de que as alianças militares dos romanos com os líderes das comunidades gaulesas representaram a consolidação do poder romano sobre a Gália, pois o fato de representações de dissidências políticas de gauleses com o governo republicano terem chegado até nós, mostra que as elites gaulesas tinham influência no sucesso romano em controlar a Gália.

Esse controle governamental dos romanos sobre os gauleses se viu ameaçado no século III EC, depois dos dois prósperos séculos que haviam antecedido e que viram a cultura romana ser assimilada no espaço gaulês. A ameaça se deu por conta de que a elite político-militar gaulesa reestabeleceu o Império com centro na própria Gália. Um movimento intimamente ligado à necessidade da expulsão de invasores germânicos, o que o governo republicano não realizara.

Também foi no século III EC que ocorreram crises político-sociais que ocasionaram uma diminuição da população gaulesa. Essas crises estavam relacionadas às tais invasões germânicas. Foi graças a essas invasões e crises que os antigos ópidos célticos foram revivificados. Eles haviam sido os pontos de concentração e de proteção de organizações sociais voltadas à guerra. Organizações essas que se manifestavam na Gália antes da conquista romana. Suas funções, não obstante, não se resumiam nas de um centro de defesa: eram centros políticos cuja importância ia além do fato de que poderiam guardar guerreiros e camponeses: cada ópido funcionava como centro irradiador do poderio de um determinado povo (LARES, 2005, p. 3). Mas sim, na Antiguidade Tardia os ópidos célticos funcionavam como fortalezas, e aqueles que já estavam, no século III EC, com suas paredes destruídas pelo tempo, foram reconstruídos. As populações suburbanas que haviam se espalhado para fora desses antigos limites durante os séculos I e II EC acabaram retornando para dentro deles e muitos monumentos, muitos templos, muitos teatros e muitos anfiteatros foram abandonados, tornando-se ruínas. O devir histórico viu as cidades da Gália ficarem, até uma avançada época do período medieval, concentradas dentro dessas fortalezas, em territórios que não excediam os quinze hectares, sendo Tolosa, com seus cem hectares, e Augustenêmeto, com três, exceções (VAN WAARDEN, 2009, p. 16).

O século IV viu o mundo gaulês se recuperar parcialmente dessa crise, e nos primórdios do século V, o poder itálico já estava novamente consolidado sobre a Gália. Mas a cultura latina nunca acompanhou esses movimentos, pois desde o século I EC até então, não havia perdido seu status no âmbito da vida aristocrática galo-romana. Entretanto,

no campo da política, a relação geral entre gauleses e itálicos, no século V, seguiu no sentido oposto da aproximação obtida no século anterior. Foi um afastamento que se deu depois dos movimentos de usurpação imperial por parte de Constantino III e de Jovino. Esses movimentos de usurpação, por sua vez, já se ligavam a um espírito anterior de isolamento e de independência que sempre subsistiu entre os gauleses e que foi revivificado sempre que houve o não atendimento ou a negligência dos interesses dos últimos por parte da República (MATHISEN, 1993, p. 9-16).

Uma das consequências do antagonismo galo-itálico no século V foi a rejeição, por parte dos gauleses, das atividades relativas à ocupação de cargos oficiais do governo republicano. Tratava-se de uma rejeição que costumava ocorrer mesmo quando os gauleses tinham a oportunidade de agir no sentido oposto. Algo que demonstrava um estiramento dos laços entre gauleses e itálicos que se tornou cada vez mais notório à medida que se aproximava o século VI (MATHISEN, 1993, p. 9-16).

Mas essa política de distanciamento não se estendeu para todos os membros da nobreza galo-romana. Uma exceção a essa regra foi justamente o caso do autor de nossa fonte, que assumiu vários cargos no governo republicano, quando a maioria dos nobres galo-romanos contemporâneos a ele sequer deixou a Gália em direção à Itália alguma vez em sua vida, além de ter trocado um número cada vez menor de cartas com os itálicos (MATHISEN, 1993, p. 9-16).

Sidônio pôs em prática um ideal que fora cultivado pela aristocracia da Gália durante séculos I EC, II EC, III EC e IV EC, mas que careceu de exemplos concretos ao longo do século V: receber uma educação nos moldes romanos e assumir cargos oficiais no governo republicano (MATHISEN, 1993, p. 9-16).

Em contrapartida a esse distanciamento político galo-itálico, os nobres galo-romanos do V século tenderam a perseguir cargos oficiais ligados ao contexto provincial, e que poderiam estar vinculados ao governo republicano ou aos governos “bárbaros”. Esses últimos, por sua vez, não deixaram de se utilizar das rixas galo-itálicas para buscar a expansão de seus próprios territórios na Gália (MATHISEN, 1993, p. 9-16). Mas, para que nos debruçemos satisfatoriamente sobre os “bárbaros” e sobre suas atividades políticas na Gália, é adequado que esclareçamos a respeito de quem eles eram.

A ideia de *bárbaros* foi uma invenção do mundo greco-romano a partir de um discurso que considerou traços visíveis em diversas sociedades estrangeiras para criar estereótipos em cima desses mesmos traços. Foram os bárbaros uma alteridade que careceu de elucubrações histórico-geográficas satisfatórias por parte dos greco-romanos.

Assim, no século V, os contatos que aconteceram entre romanos e estrangeiros foram responsáveis por mesclar, nos discursos retóricos, formas antigas de representações de bárbaros com as surgidas no período em questão. As últimas tinham por objetivo responder, dentro das ideias romanas a respeito de sua superioridade, o porquê de relações romano-estrangeiras dramaticamente desvantajosas para os romanos estarem acontecendo, e para isso seguiam uma velha tradição de associar os estrangeiros com os bárbaros (GEARY, 1999, p. 102-110). Mas as representações de estrangeiros como bárbaros assumiram uma peculiaridade na Antiguidade Tardia, porque mesmo os romanos, não viram a presença dos estrangeiros como algo totalmente negativo nessa época pelo menos, pois, na verdade, em dados momentos, chegaram a considerá-los uma forma de solucionar problemas administrativos do Império. Essa peculiaridade poderia ser responsável pelo afastamento dos estrangeiros da ideia que eles eram bárbaros.

O que ocorreu na Antiguidade Tardia foi um grande movimento de povos estrangeiros que se uniam em diversos tipos de confederações com o intuito de forjar organizações guerreiras mais eficientes e que pudessem obter melhores sucessos em suas empreitadas de invadir o Império Romano, e assim usufruir mais intensamente das riquezas do último, traduzidas em armas, ouro e grãos (GEARY, 1999, p. 108-110).

O primeiro tipo de “bárbaros” a entrar em contato político-territorial mais amplo com o mundo romano diz respeito a povos como os godos ou como os francos, ou seja, confederações de povos menores que eram assimilados por um só, assumindo a identidade político-cultural deste, bem como sua história e suas origens. Já o segundo tipo diz respeito a povos que se formaram a partir dos desmembramentos e das reconfigurações identitárias provocados pelo regime imperial dos hunos: assim que Átila morreu e seus exércitos se enfraqueceram devido a lutas internas, os povos que ele havia controlado e desintegrado refizeram-se de outras formas. O terceiro tipo, por sua vez, englobou povos não centralizados politicamente e sem consciência identitária. Esses povos de terceiro tipo, por conta disso, eram capazes de assumir com facilidade outros tipos de identidades culturais. De qualquer forma, contudo, todos os tipos de povos estavam sempre modificando suas definições e configurações identitárias para corresponderem a necessidades políticas (GEARY, 1999, p. 108-127).

Para além disso, mas ainda sobre os “bárbaros” na Antiguidade Tardia, é graças à já citada informação de Wolfgang Liebeschuetz (1993) que sabemos que a maior parte do exército romano era composto por soldados “bárbaros” desde o começo do século V. Com relação a essa informação, Patrick Geary (1999, p. 115-122) diz-nos que os guerreiros

“bárbaros” que ocupavam altos cargos no exército romano não perdiam os laços identitários com o seu povo, mas justamente agiam no sentido de perseguir benefícios territoriais para esse. A partir dessa informação de Geary, deduzimos que essa lógica de não quebra de identidade por determinados soldados “bárbaros” que atuavam no exército romano também pode ser vista quando se observa o fato de que os povos assentados dentro das terras do Império Romano em sua região renana não perdiam a conexão com a parte do respectivo povo que havia ficado do outro lado do Reno.

Mas a posição elevada de alguns guerreiros estrangeiros no exército romano, relacionada a seu papel político importante para com o povo do qual advinham, vinha a um preço: tais guerreiros eram motivo de desconfiança dos romanos porque poderiam conspirar com o seu povo contra os interesses republicanos; eram, também, objeto de desconfiança por parte do povo dentre o qual se originaram, pois poderiam traí-lo em favor dos interesses romanos, e essa última desconfiança era motivo suficiente para que os guerreiros em questão fossem impedidos de assumir cargos importantes junto ao povo dentre o qual nasceram (GEARY, 1999, p. 115). Exemplos de personagens como esses são Estilício e Ricímero.

Mas, para além desses guerreiros que atuavam no exército romano sob ordens estatais republicanas itálicas, todos os “bárbaros” que eram assentados em terras romanas tinham a obrigação de prestar serviços militares a esse exército, ainda que atuassem sob as ordens de seus próprios chefes (GEARY, 1999, p. 117-122)

Voltando à vida de Sidônio Apolinário para tratarmos de sua formação educacional, diremos que ele aprendeu a fé cristã com a família e que assistiu aulas de gramática em Lugduno e de retórica em Arelate. Sua formação final se deu nos distintos ramos da filosofia: aritmética, geometria, astronomia e música (KINDLER, 2005, p. 21-22).

Sobre essa formação filosófica, aqui diremos que a palavra *filosofia* ocorre frequentemente na correspondência de Sidônio.²⁰ Elas designavam um amplo alcance de conhecimento (cultura, aprendizado, etc.), que Sidônio mantinha em alta consideração. Em seu círculo de relações, por exemplo, era lisonjeiro ser associado com a filosofia, mesmo para aqueles que não eram filósofos de fato. Neste círculo também era considerado importante se conhecer a história da filosofia. Contudo, se acreditava que, naquela época específica, as habilidades filosóficas daqueles que se dedicavam a tal ramo do conhecimento, eram inferiores às que existiram em épocas mais clássicas. Eram

²⁰ Como o exemplo da *Epístola 4.1.4*.

pouquíssimos os que se dedicavam à filosofia na Gália do século V. Entre eles, podemos citar Claudiano Mamerto e Polêmio²¹. Sidônio, mesmo tendo tido sua formação inicial em filosofia, deu preferência para a literatura em sua carreira intelectual (VAN WAARDEN, 2009, p. 20-21).

Já sobre outros paradigmas culturais que nortearam o processo educacional de Sidônio, é válido que tenhamos explicações a respeito dos contornos gerais de dois deles, que eram elementos de natureza filosófico-educacional que caracterizaram a cultura latina: a *humanitas* e a *romanitas*. A partir dessas explicações, observaremos o processo de ressignificação desses elementos culturais na Gália do século V. Ressignificação essa que tinha o objetivo unir, num novo contexto político e cultural, uma camada social com interesses comuns.

A partir do momento no qual a Gália se tornou parte do Império Romano, ela passou a ser vista, dentro da lógica discursiva da política romana, como tendo sido civilizada²². Isto quer dizer que os romanos consideraram retoricamente que os gauleses haviam adquirido a *humanitas*, ou seja, um complexo de ideias que se manifestava, na perspectiva romana, como um conjunto de virtudes que definia o que era ser civilizado em qualquer lugar do mundo, em oposição ao que era ser bárbaro. Era a *humanitas* que dava autoridade aos líderes de comunidades gaulesas. Estes deveriam guiar a população governada no rumo da civilidade (WOOLF, 1998, p. 54-74).

Os gauleses teriam assimilado, também, os mitos romanos e adequado seu *ethos* aos interesses romanos. Essa última informação não pretende afirmar que eles se subsumiram completamente ao *modus vivendi*²³ itálico. Não sabemos, porém, se cada um dos gauleses se moveu no sentido de tal adequação por interesse ou convicção (WOOLF, 1998, p. 54-74).

Mas o fato dos mitos romanos terem sido adotados pelos gauleses mostra que para que os membros das elites gaulesas fossem definidos como romanos não bastava que eles

²¹ Os estudos filosóficos de Claudiano Mamerto são conhecidos, sobretudo, através de sua obra *De Natura Animal*; já Polêmio é conhecido como filósofo, sobretudo, devido ao *Carmen 14* de Sidônio Apolinário, que, honrando Polêmio por seu casamento com Aranéola, fala da profissão do noivo.

²² A ideia de *humanitas* latina, assim como a de *paideia* grega, que foi apropriada pelo Império Romano, e que, conforme Woolf (1998, p. 55), equivale à *humanitas*, tem sido comumente traduzida como civilização. Cumpre apresentar, no entanto, que este termo aparece, muitas vezes, carregado de um juízo de superioridade moral nos contextos imperialistas do século XIX e XX. Ainda assim, o mesmo nos parece adequado para a tradução do ideal de superioridade que autores como Sidônio Apolinário propõem para sua cultura frente aos considerados bárbaros. Nem por isso desconhecemos a ligação do conceito de civilização com investidas imperialistas da Contemporaneidade.

²³ Aqui, tratamos *ethos* e *modus vivendi* como sinônimos.

assimilassem uma existência nos moldes das quintessências definidoras da *humanitas*, pois eles necessitavam para isso, também, assumir uma comunhão de cultos advindos da religião romana, bem como elementos do direito romano (WOOLF, 1998, p. 59). Assim, a *romanitas* pode ser vista como o resultado final da assimilação de alguns aspectos da cultura romana. Ela era um ideal cultural representado como absoluto, mas que mantinha atrás de si modos de viver muito diversos (HUSKINSON, 2000, p. 19-20).

Contudo, nem no campo próprio das representações, a assimilação da cultura romana pelas sociedades conquistadas pode ser definida como algo objetivo, pois não é possível hoje, a partir da utilização dos diversos tipos de fontes dos quais dispomos, definir um modelo padronizado do que foi a cultura romana. Portanto, tornar-se romano era assimilar a ideologia estrangeira dos conquistadores traduzida para traços culturais subjetivos e relativos (WOOLF, p. 6-11). Podemos dizer então que a *humanitas* fazia parte da *romanitas*, sendo um requisito dela, mas também podendo ser apresentada por alguém em quem a *romanitas* não se fazia presente.

É importante que digamos, ainda sobre os paradigmas norteadores da educação nobre de nosso autor, que a inserção dos cidadãos romanos na política se baseava nos laços de *amicitia*. Tais eram estabelecidos levando-se em consideração o nascimento e o prestígio da pessoa. A importância social da *amicitia* afirma que o Império Romano era um Estado baseado no poder pessoal. Um Estado no qual aqueles que pretendiam ascender dependiam de serem queridos por aqueles que já ocupavam altas posições de poder. A recomendação de amigos para o exercício da vida pública era, dessa forma, um veículo reprodutor da estrutura de poder, ao mesmo tempo em que para a ascensão individual era necessária a habilidade de adquirir amigos, formando grupos de interesses comuns (VILANOVA; VENTURINNI, 2007).

Podemos assim dizer que a *amicitia* era uma ligação baseada na *fides*, ou seja na lealdade entre os *amici*, que garantia a reciprocidade entre eles. Os *amici* eram indivíduos da mesma posição social e com os mesmos objetivos políticos, ou então estavam cada um de um lado da relação patrono/cliente. Sobre este último tipo de relação, bastante notório e influente na vida política galo-romana do século V, aqui diremos que era essencial para o homem romano rico ter um grande número de clientes para se manter na vida pública, uma vez que os clientes, seus protegidos, tinham o dever de o auxiliá-lo em empreendimentos bélicos (VILANOVA; VENTURINNI, 2007).

Sobre a *amicitia* na Gália romana, Greg Woolf (1998, p. 25-35) nos mostra um sistema equivalente ao itálico. Ele afirma que os líderes comunitários gauleses estabeleciam

alianças de auxílio mútuo com fins de ascensão política na ordem romana, criando redes que funcionavam de forma não oficial.

Considerando essa informação, podemos observar que as regras que nortearam a *amicitia* durante a história da República Romana continuaram vigentes na Gália do século V EC. Entretanto, neste trabalho, é necessário que expliquemos os contornos que as relações aristocráticas assumiram na Gália e no Império Romano como um todo durante tal época, a fim de que venhamos a conseguir entender a lógica da utilização da *amicita* por parte do autor de nossa fonte.

Segundo Ralph Mathisen (1993, p. 9-16), ao final do século IV, o título de *senator* não se restringia mais somente aos membros dos Senados de Roma ou de Constantinopla, mas se estendia a todos aqueles que detinham alguma titulação dentro do que ele chama de “ordem senatorial”. Essas titulações incluíam os *clarissimus*, os *spectabilis* e os *ilustrissimus*. Todos os que retinham alguma titulação dessas tinham o direito de reivindicar para si o título de *senator*. E até mesmo os filhos ou outros descendentes desses retentores também poderiam ser chamados de senadores. O resultado disso era uma ordem senatorial alargada que reconhecia a seus membros como *boni e optimi*, e isso tanto na Gália quanto em qualquer outra região do Império. O que diferenciava esses membros do resto da população eram as suas boas ancestralidades, as suas riquezas baseadas em latifúndios, as suas conexões sociais elitistas e a sua educação clássica, sendo as três últimas condições e consequências da primeira. Neste trabalho, nos referiremos a essa ordem social como “nobreza”, e a seus membros como nobres, pois no período por nós trabalhado, a ideia *nobilitas*, anteriormente aplicada apenas a uma determinada parte dos homens de status mais elevado dentro dos Senados, agora aparecia como englobando toda a ordem senatorial.

Foi nesse cenário, em momento entre 452 e 455 que Sidônio Apolinário, num ritual de estreitamento de laços entre famílias nobres, se tornou genro de Epárquio Ávito. Os Apolinários e os Ávitos formavam duas das famílias nobres que ascenderam na Gália durante o período em que o general Aécio exerceu influência ante o governo imperial. O casamento de Sidônio com Papiânica rendeu a Sidônio, além uma propriedade rural chamada *Avitacum*, que ficava nas margens do lago Aydat, na Arvéria, quatro filhos: Apolinário, Róscia, Severiana e Alcima; a última, conhecida por suas atividades político-religiosas, somente aparece em outras literaturas que não as de seu pai (KINDLER, 2005, p. 22).

Nesse contexto algumas embaixadas possibilitaram a associação de Epárquio Ávito com Teodorico II, o então rei gótico de Tolosa. Foi com essa ajuda do exército gótico

que Ávito, sogro de Sidônio, se tornou imperador romano. Tratou-se de uma ascensão política que estaria fadada a durar pouco tempo, mas que possibilitou o conhecimento por parte da nobreza romano-ocidental a respeito das habilidades literárias do autor de nossa fonte. Habilidades essas que, a despeito da política de antagonismo com os galo-romanos, desenvolvida então pelo *magister militum* itálico Ricímero, possibilitaram a Sidônio ocupar importantes cargos políticos republicanos e receber títulos durante os governos do imperador Majoriano e do imperador Antêmio. Tanto Ávito quanto Majoriano e Antêmio receberam, cada um, um panegírico escrito por nosso autor. Para além dessas composições, Sidônio também escreveu outros poemas e epístolas artísticas (KINDLER, 2005, p. 22-25).

O panegírico de Ávito foi recitado em Roma no dia 01 de janeiro de 456. Já o de Majoriano foi lido em Lugduno no dia 28 de dezembro de 457, por ocasião da recepção das tropas desse imperador na cidade após a derrota da Conjuração Marcelina. O panegírico de Antêmio, por sua vez, foi declamado em Roma também no dia 01 de janeiro 468, quando havia partido para lá uma delegação arvernesa cujo objetivo era estar presente na coroação do imperador para registrar a contrariedade com a expansão do Reino Gótico de Tolosa pela Gália. Os *Poemas* de Sidônio foram publicados no ano de 469, mesmo ano em que foi publicado o primeiro livro do *Epistolário*. Já os livros que vão do segundo ao sétimo foram publicados juntos em 477. O oitavo foi publicado em 479. E o nono, por fim, em 482.

Como muito provavelmente aconteceria, ao longo de sua carreira política, Sidônio tornou-se *senator*. Também recebeu os títulos de patrício e de conde, sem que saibamos o que este último lhe significou num sentido pragmático. Ele também chegou a ser Prefeito de Roma. Sua carreira política durou aproximadamente uma década e meia: desde a ascensão de seu sogro ao trono romano-ocidental, em 455, até o momento em que ele se retirou de vez da Itália para a Arvêrnia, em 469. Na sequência, ele se tornou bispo da Arvêrnia, cuja sede ficava na cidade de Augustenêmeto, próxima à sua propriedade de *Avitacum* (KINDLER, 2005, p. 25).

A questão religiosa cristã, assim, é outra que permeia tanto a história do Império Romano quanto a da vida do autor de nossa fonte propriamente dita. Durante o período de mudanças sócio históricas que acometeu o mundo romano sobretudo nos séculos IV EC e V EC, o poder dos bispos cristãos aumentou devido à centralização de sua posição, que era baseada no aumento de sua riqueza. Aumento esse que era propiciado pelo papel social importante que a Igreja havia passado a desempenhar ante a população empobrecida e necessitada. Os bispos adquiriram, devido a isso, uma autoridade local enquanto

controladores de multidões urbanas, sendo considerados os salvadores de cidades decaídas cuja ordem curial estava falida (VAN WAARDEN, 2009, p. 24).

Nestes aspectos, os bispos somavam em si uma autoridade ascética obtida através de esforços pessoais em direção à perfeição espiritual e uma autoridade pragmática legitimada por seus esforços pelo bem-estar dos outros. Eram eles como pais e patronos para seus fiéis, praticando a caridade e assumindo uma posição discursiva de pobreza e humildade (VAN WAARDEN, 2009, p. 24).

A respeito das atividades político-religiosa tanto dos bispos galo-romanos, quanto de Sidônio especificamente, temos as elucubrações de Mathisen (1993, p. 89-104) e de van Waarden (2009, p. 23-27). Antes, contudo, que tenhamos explanações a respeito da estrutura de poder político-religioso que assimilou uma vasta quantidade de nobres galo-romanos no âmbito eclesiástico, é necessário que expliquemos o porquê desse movimento: a divisão de propriedades rurais com os guerreiros germânicos. A respeito disso, Ian Wood (1994, p. 10) diz que é mais comumente assumida a ideia de que os germânicos foram assentados de acordo com a prática romana do aquartelamento, a partir do que qualquer soldado deveria receber um terço de uma propriedade. Têm havido muitas discussões entre os estudiosos a respeito de se as propriedades foram de fato divididas ou se somente a coleta de tributos sobre seus habitantes que o foi. Ward-Perkins (2005, p. 92-94) afirma, com certeza absoluta, que muitos dos proprietários de terras do período pós-romano eram germânicos, sem que saiba como eles haviam obtido essas terras às custas dos anteriores proprietários e em que proporções exatamente isso havia se dado. Sabe-se apenas que os germânicos usaram seu poder político-militar para aumentar sua riqueza latifundiária, o que se deu muito depressa dentro do Império Romano, ainda que em diferentes lógicas de divisão de propriedades. Ainda segundo Ward-Perkins (2005, p. 94), seria ingênuo acreditar que em todas as regiões do Império as citações documentais a respeito das tropas bárbaras terem recebido terras se devam sempre a uma forma figurativa de se referir à divisão de tributos.

Assim, diante da perda de riquezas e de prestígio enquanto latifundiários, os nobres galo-romanos tiveram de encontrar novas alternativas e/ou aperfeiçoar alternativas antigas para manterem suas altas posições. Essas alternativas apelavam tanto para um âmbito mais pragmático, relativo a novas formas de se adquirir terras e de se acumular clientes, quanto para um âmbito mais cultural, de reafirmação de uma educação greco-romana. Uma dessas alternativas novas, talvez a principal, foi a adesão à vida eclesiástica, a qual vastamente se buscou, na verdade, desde a época constantiniana. Sendo que, porém,

essa busca se deu de uma maneira particular na Gália do século V EC (MATHISEN, 1993, p. 89-104).

Na Gália, as sés reproduziam poderes monárquicos, além de reunirem o antigo poder leigo da nobreza galo-romana em outra esfera, livre da atuação dos guerreiros “bárbaros”. Estes últimos, ainda que eventualmente desrespeitassem a autoridade dos bispos, tendiam a agir no sentido oposto. Diante de tudo isso, os concílios bispais podem ser comparados às reuniões conciliares que aconteciam entre membros da nobreza galo-romana durante o século IV EC e nos primórdios do V EC. Essa estratégia de perpetuação do antigo poder leigo através da Igreja é notada quando se observa a adoção, por parte da camada eclesiástica, da mesma nomenclatura que definia o status superior da nobreza leiga com relação àqueles que não faziam parte dela: tratava-se, respectivamente, dos *boni* e dos *mali*; a tradução dessa identificação para o contexto eclesiástico não se ligava, entretanto, mais a riquezas materiais, somente espirituais (MATHISEN, 1993, p. 89-104).

Sobre a centralização das sés, na Gália ela seguia a decisão tomada no concílio de Niceia, que dava o poder de liderança dos complexos de igrejas provinciais para os metropolitanos. Estes atuavam como *primi inter pares*, e, entre outras funções que eles desempenhavam, deviam estar presentes sempre que um novo bispo estivesse em vias de ser eleito. Os papas, contudo, ainda que respeitassem a autoridade dos metropolitanos, mantiveram uma autoridade centralizadora sobre a Gália também, sobretudo no que diz respeito ao sul. Essa autoridade papal, contudo, não impediu que a parte meridional da Gália promovesse fortes disputas relativas à centralização do poder episcopal. Tais foram protagonizadas por duas cidades específicas: Viena Alógobro, a sede das sés do sul da Gália; e Arelate, que teve o prestígio de ser a residência de imperadores por diversas vezes ao longo dos séculos IV e V EC, sendo, por isso, tanto a residência do prefeito do Pretório das Gálias (*praefectus praetorio Galliarum*) quanto o centro administrativo da Gália, desde 407. A divisão das sés vigente até 450 fora determinada pelo sínodo de Augusta dos Taurinos (atual Turim, Itália), que ocorrera em 398. Essa cidade sediou um segundo sínodo em 450, liderado pelo papa Leão I. Foi quando as sés da Gália meridional foram divididas em um grupo maior e um menor, ligados, respectivamente, à sé metropolitana de Arelate e à de Viena Alógobro. Acreditamos que aqui caiba a nós dizer que não só famílias tais com a dos Apolinários e a dos Ávitos, às quais Sidônio pertencia diretamente, mas também famílias como a dos Gregórios, a dos Rústicos, a dos Perpétuos e a dos Simplícios dominaram o mundo eclesiástico gaulês por um longo tempo. Não há como saber o que essas famílias, e cada indivíduo específico, de fato sentia com relação à posição social

ocupada por elas na Igreja, mas acredita-se que a defesa de Augustenêmeto por parte de Sidônio, nas condições nas quais se deu, tenha sido mais um exercício religioso do que propriamente político (VAN WAARDEN, 2009, p. 21-25). Essa última conclusão não nos parece completamente lógica, pois se os bispos atuavam como monarcas nos territórios que controlavam, faz sentido pensá-los como protetores militares desses mesmos territórios, e, portanto, agentes políticos, ainda que não necessariamente fiéis insinceros.

Também é importante falar que a grande adesão da nobreza aos cargos eclesiásticos, a partir do final do século IV, ajudou a abastecer as demandas da Igreja por ocupantes desses. Esse movimento teve como consequência a hereditariedade do ofício eclesiástico. Embora não fosse oficialmente considerado que isso deveria ocorrer, dinastias episcopais chegaram a ser formadas. A consequência disso foi a quase impossibilidade de que, em algumas regiões, alguém que não pertencesse às famílias que controlavam o poder eclesiástico, ocupasse cargos junto a tal poder (MATHISEN, 1993, pp. 89-104).

Um importante fator que estava por trás da busca da nobreza leiga por uma ascensão eclesiástica era o anseio pelo retorno de uma maior plenitude das atividades de patronagem. Essas atividades assumiram uma estrutura peculiar na Gália do século V, o que permitiu que, em muitos caminhos, os bispos reproduzissem os papéis políticos que os patronos leigos já desempenhavam. Entre tais atividades, estavam a busca pelo aumento do número de clientes e de propriedades latifundiárias e uma forma de substituição local do poder estatal, típica do mundo tardo-antigo, e que atingiu notória intensidade no contexto espaço-temporal sobre o qual nos debruçamos (MATHISEN, 1993, p. 89-104).

Todavia, as atividades dos bispos diferiam das atividades dos patronos leigos porque os últimos não controlavam a vida espiritual de seus subalternos. Eram os bispos que eram responsáveis por defender a fé considerada correta e instruir o rebanho no caminho desta. Eles tinham o poder e expulsar fiéis da Igreja através da excomunhão e de recebê-los de volta a partir de uma penitência adequada, além de serem responsáveis por receberem novos fiéis. Uma crença em torno de uma aura de invulnerabilidade envolvia esses bispos, e ocorriam festivais na cidade cujo objetivo era honrar a glória deles (MATHISEN, 1993, p. 89-104).

Ainda sobre os bispos galo-romanos tardo-antigos, é válido que digamos que, por consequência da ascensão das já citadas dinastias eclesiásticas, eram fortes os conflitos partidários em torno das eleições de homens para ocuparem os cargos de bispos nas sés (MATHISEN, 1993, p. 89-104).

Os bispos também serviram como mediadores entre a República, ou entre os reinos germânicos, e a população local. Essa mediação, frequentemente, resultou em movimentos dialéticos inversos, quando os bispos coordenaram fugas e esconderijos da população em fortalezas ou castelos, ou negociaram a libertação de prisioneiros e cativos dos germânicos (MATHISEN, 1993, p. 89-104).

Além dessas atividades de natureza político-religiosa mais ampla, os bispos também desempenhavam uma série de atividades que tinham consequências práticas no dia-a-dia das pessoas comuns das cidades. Eles se dedicavam, por exemplo, a mediar conflitos mundanos, como brigas por animais ou por escravos, ou acusações relativas a crimes. Essas mediações de conflitos mundanos estavam vinculadas a ideias a respeito da necessidade de performance de deveres religiosos cujo objetivo era enfatizar um papel diferente, no mundo, daqueles que se dedicavam aos serviços eclesiais. Tais serviços eram conhecidos a partir de nomenclaturas sinônimas como *militia Christi*, *militia spiritualis* ou *militia caelestis*. Em contraposição estavam os *militia saecularis*. Entre esses serviços também se encontravam o direito bispal de libertar escravos ou prisioneiros e os deveres de castigar hereges e de construir novas igrejas e reformar velhas. Funções como essas serviam também para exibir a autoridade dos bispos e, conseqüentemente, aumentar o número de seus clientes e seu poder político (MATHISEN, 1993, p. 89-104).

Sobre essa questão de construir novas igrejas e reformar velhas, aqui falamos que foi após a virada de destino do cristianismo através de Constantino que foi possível que os bispos se estabelecessem, com suas igrejas, dentro das paredes das cidades. Antes, os cultos eram realizados somente do lado de fora das cidades, em lugares como catacumbas e vilarejos. O fenômeno que vemos no momento da transformação em questão demonstra uma nova ordem político-religiosa, na qual a Igreja e o Estado funcionam como duas esferas de poder ligadas uma à outra. O próprio imperador Constantino promoveu vários programas de construção de igrejas em regiões que eram importantes focos de poder dentro do Império Romano, como Roma, Constantinopla e na Palestina.

Dentro deste quadro, e a despeito da depressão econômica e da agitação política que se faziam vigentes no século V, uma nova onda de bispos investiu no esplendor de suas cidades e de seus ofícios. A primeira catedral de Augustenêmeto, por exemplo, foi construída pelo bispo Namácio (446-462), sendo, portanto, ainda nova quando Sidônio assumiu seu episcopado, em 470. Augustenêmeto e sua igreja eram tão pequenas que não havia espaço para um batistério, e o que havia do lado de fora da cidade permaneceu em uso por causa disso. Esse, juntamente com várias outras igrejas e oratórios, bem como com

o cemitério cristão, estavam situados a noroeste do castro²⁴, num distrito que era, provavelmente, o mesmo que o *vicus Christianorum*, mencionado por Gregório de Tours (VAN WAARDEN, 2009, p. 26-27).

Sidônio foi um bispo um tanto peculiar em seus dias, tendo encabeçado uma sé modesta em uma posição vulnerável. Essa situação nos exemplifica de forma rica o importante papel social de substituição do Estado que os bispos do contexto em questão desempenharam. Isso porque foi enquanto bispo que Sidônio enfrentou um dos maiores desafios de sua vida política: liderar a resistência de Augustenêmeto ao cerco gótico de Eurico de Tolosa. Esse cerco durou de 471 a 474. A quebra do tratado de *foedus* por parte de Eurico com o governo republicano e a anexação de toda a Aquitânia Prima pelo Reino de Tolosa, entretanto, haviam se dado entre 469 e 470, quando a ofensiva gótica e o processo de assédio à Arvêrnia começaram (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 7.1*; VAN WAARDEN, 2009, p. 16-24).

O cerco se manteve por tanto tempo graças à ajuda bélica dos burgúndios, que viam Augustenêmeto como uma barreira contra a agressão gótica a seu reino. Mas nem por isso, o mérito de Sidônio enquanto líder moral dos habitantes de Augustenêmeto diminuiu. Foi graças a ele que o ópido recebeu auxílios como o de abastecimentos de comida levado a cabo pelo nobre Paciência de Lugduno (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 7.12*). Também foi o nosso autor que garantiu que as informações necessárias fossem levadas a Augustenêmeto, pela ação do bispo Constâncio (SIDÔNIO APOLINÁRIO; *Epístola 3.2*). Ao mesmo tempo, Edício, cunhado de Sidônio, por sua vez, tem o mérito de ter sido o líder militar de Augustenêmeto durante o cerco gótico, e por ter repellido três ataques de Eurico (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 3.3*).

Em 475, após um longo processo de negociação envolvendo Eurico; e no qual se envolveram vários bispos, como Greco de Marselha, Basílio de Aix, Fausto de Riez, e Leôncio de Arles; a Arvêrnia foi cedida aos godos em troca da Provença. A resolução final desse processo teve uma repercussão retórica dramática para Sidônio, sem que por isso ele tenha deixado de readequar seus interesses às novas circunstâncias políticas (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 7.6*; SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 7.7*; VAN WAARDEN, 2009, p. 16-17).

Sidônio foi prisioneiro de Eurico após o fim do cerco, tendo estado cativo na Fortaleza de Livia, próxima a Cárcaso (atual Carcassone, França). Ficou lá entre 475 e 477,

²⁴ Equivalente a ópido.

tendo saído graças à influência de um amigo seu, o nobre Leão, que havia se tornado ministro do rei gótico. Este último não deixou de cobrar uma homenagem poética em troca da libertação sidoniana (VAN WAARDEN, 2009, p. 12).

Aqui, portanto, devemos explicar com mais profundidade o círculo de relações no qual Sidônio se inseria e a extensão dele. Nas epístolas, há vinte e cinco destinatários bispos; e trinta e seis epístolas episcopais, isto é, vinte e cinco por cento das cento e quarenta e sete cartas que há. Todos esses vinte e cinco bispos enquadravam-se dentro de dois grupos: um que se concentrava no Norte e outro que se focava no Sudeste gaulês, o primeiro entre Condevinco (atual Nantes, França), Tulo Leucoro (atual Toul, França) e Augustoduno (atual Autun, França), e o segundo em torno da Provença (VAN WAARDEN, 2009, p. 25-26).

Mas, para além dos bispos, também havia os amigos leigos de Sidônio, que eram membros de sua família, residentes em sua terra natal, ou intelectuais que o conheceram já durante a sua vida adulta.

A última carta de nosso autor é do ano de 481, mas estima-se que sua morte tenha se dado em 486. Sua sepultura, contudo, só foi redescoberta em 1991 (VAN WAARDEN, 2009, p. 12).

Já no que tange às discussões teológicas, a Gália do século V se aproximava do pelagianismo, isto é, a doutrina do monge Pelágio. Tal, havia sido pregada por ele em Roma, ao final do século IV e início do século V. Assim, os pensadores teológicos galoromanos se distanciavam parcialmente do pensamento agostiniano ligado à predestinação das almas, chegando a defender ideias ligadas a uma salvação baseada no livre arbítrio dos homens em cooperação uns com os outros. Esses pensadores não chegavam a descartar, todavia, a ideia da graça de Deus na edificação da perfeição dos homens, ainda que esta só fosse chegar ao final do processo de salvação. Essa doutrina era chamada de semipelagianismo. Eram ideias que nasciam de uma mentalidade monástica e ascética que predominava na Gália por conta das várias ilhas mediterrânicas próximas da costa, que abrigavam mosteiros, tendo sido moradas de abades que vieram a se tornar bispos. Um dos mais ferozes defensores dessas ideias era Fausto de Riez, amigo e mentor de Sidônio, e um dos mais antigos abades de Lerina (atual Lérins, França), a ilha próxima a costa de Marselha. Por conta desta educação, Sidônio também tinha uma mentalidade monástica e uma admiração pela vida dos monges (VAN WAARDEN, 2009, p. 23-28).

As ideias semipelagianas chegaram a ser contestadas por um sacerdote da sé de Fausto de Riez, chamado Lúcido. Essa contestação foi o motivo, ou ao menos o pretexto,

para a realização do concílio de Arelate de 470. Van Waarden (2009, p. 28), contudo, afirma que o verdadeiro objetivo dessa reunião era discutir a respeito de alternativas políticas a serem tomadas contra a expansão do Reino Gótico de Tolosa.

Trinta bispos advindos de diversas províncias da Gália foram recebidos nesse concílio de 470. Seus nomes são conhecidos por causa das cartas de Fausto de Riez para eles, os convocando ao concílio, e também por causa das cartas de retratação de Lúcido. Sidônio, por algum motivo que acreditamos que seja a situação militar na qual Augustenêmeto encontrava-se, não foi convocado ao concílio. É, no entanto, bastante discutida essa ausência entre os estudiosos do autor de nossa fonte (VAN WAARDEN, 2009, p. 28-29).

Outro importante elemento do panorama espiritual da Gália diz respeito aos cultos aos santos, às relíquias e aos milagres. Eles afetaram tanto as elites quanto a população, e influenciaram a liturgia geral. Estiveram, também, por trás da resistência da população de Augustenêmeto ao cerco gótico, pois impulsionavam a fé comunal, o patriotismo local e o prestígio episcopal.

2.2 AS EPÍSTOLAS DE SIDÔNIO APOLINÁRIO E O CONTEXTO LITERÁRIO DE SUAS PRODUÇÃO

Ao longo da Antiguidade, desde que os persas controlavam a maior parte do Oriente, até o começo da Idade Média, as cartas eram o meio mais significativo de comunicação escrita (ALEXANDRE JÚNIOR, 2015, p. 167-168). No período aqui tratado, elas podiam ser de natureza pública ou privada. As cartas públicas, ou epístolas, foram um fenômeno literário que se formou ao longo da Antiguidade Clássica como consequência de um processo no qual a aristocracia foi tornando mais complexos os seus engenhos literários considerados sinônimo de beleza eloquente. Chamamo-las de fenômeno literário porque passaram a pertencer ao domínio da literatura no momento em que foram publicadas, tendo sido essa publicação um desejo do autor ou mesmo uma decisão posterior à sua morte (VAN WAARDEN, 2009, p. 29-30).

Nas escolas, a escrita de epístolas não era ensinada senão para exercitar os alunos a retratarem situações de forma escrita. Mas, embora não tenham sofrido análises teóricas na Antiguidade, hoje é possível que se estabeleça classificações relativas aos temas em torno dos quais orbitam a maioria das epístolas antigas: elas contêm informações, pedidos de socorro, congratulações e recomendações (VAN WAARDEN, 2009, p. 30).

Mesmo sem estudos a seu respeito na Antiguidade, a epistolografia assimilou grandiosamente o estilo retórico, no mesmo sentido em que a literatura o havia feito, e isso dentro de uma perspectiva que acreditava que a retórica clássica retinha em si maneiras polidas de comunicação. O maior estandarte de escrita de epístolas da Antiguidade está contido na *litterae curatius scriptae*, de Plínio, o Jovem. É nesse autor que se baseia uma série de outras coleções públicas de epístolas, entre as quais encontramos vários nomes de aristocratas e nobres tardo-antigos por todo o Império. É possível que se observe, nesse período, a íntima relação que a escrita de epístolas foi adquirindo para com a implementação das relações de *amicitia* entre os membros da elite. O despacho de cartas se tornou uma obrigação social entre os *amicus* (VAN WAARDEN, 2009, p. 30-31).

Sobre as regras internas de constituição das cartas, elas deveriam ser curtas, claras e elegantes, tendo, preferencialmente, apenas um tema. Sua linguagem deveria reproduzir uma tônica de conversação natural. E seu estilo deveria se utilizar de elementos como provérbios, citações, palavras gregas, interjeições, frases de devoção, etc. (VAN WAARDEN, 2005, p. 31).

Já no que tange ao estilo de Sidônio propriamente, ele escreve cartas mais longas e mais complicadas do que seus antecessores haviam feito, e seus livros contém menos cartas do que a maioria dos livros dos outros autores. Mesmo assim, é possível que se observe que ele se baseou nas obras de Plínio, o Jovem, e de Símaco, para escrever o seu *Epistolário*. As cartas em si podem ser de vários tipos, como as que contém admoestações, ou como as que contém orações, ou mesmo como as que contém avisos. Pode-se observar, também, que Sidônio não é obediente à recomendação de que cada carta deve se dedicar somente a uma temática (GOLDBERG, 1995; VAN WAARDEN, 2009, p. 32).

Também era recomendado que as epístolas tivessem uma escrita luxuosa e graciosa. No que diz respeito a isso, Sidônio também desenvolveu seu próprio estilo. E esse tinha uma exuberância tal que confundia até mesmo os leitores contemporâneos de nosso autor. Por conta disso, ele é apontado como tendo intenções ocultas por diversos de seus leitores ao longo da história. Contudo, essa complexidade de estilo se deve a quatro fatores já facilmente inteligíveis hoje: o primeiro deles diz respeito à necessidade de Sidônio de defender a *romanitas* de sua decadência sob as novas configurações políticas nas quais o mundo latino se via mergulhado, o que o fazia levar a Língua Latina aos limites de suas possibilidades; o segundo nasceu de uma necessidade de se refrear a exacerbação de emoções relativas à perda de um mundo familiar e amado, o que tirou das epístolas um demasiado senso de tragédia; o terceiro veio da necessidade de se dar informações

subliminares a respeito das atividades bélico-políticas nas quais Sidônio estava envolvido; e o quarto e último diz respeito a uma necessidade imposta pelo contexto histórico-literário, que era a de que ele exibisse os dons literários que tinha e dos quais poucos dos outros dispunham em mesmo nível (VAN WAARDEN, 2009, p. 32).

No que tange a este quarto e último fator, aqui, cabe a nós dizer que a assimilação da vida eclesiástica foi uma forma da nobreza galo-romana manter seus privilégios materiais, bem como uma forma dela estabelecer um novo meio de identificação que potencializasse sua diferença para com os invasores estrangeiros que passaram a se apropriar de terras e riquezas gaulesas. Contudo, essa não foi a única via pela qual os nobres galo-romanos do V século seguiram para unirem-se em função de sua preservação enquanto camada social distinta. Eles também se aferraram às velhas literaturas greco-latinas. Fizeram delas um negócio e um meio de ascensão nobre e de perpetuação da lógica cultural de consideração da inferioridade dos bárbaros. Esses últimos, muito raramente se dedicavam a atividades literárias, e quando o faziam, não eram aceitos nos círculos colegiais dos literatos da elite galo-romana, que buscavam enfatizar justamente sua *romanitas* e seus laços de sangue.

Foi justamente neste período, quando os nobres galo-romanos mais manifestaram lamentações a respeito da decadência da cultura literária, que eles mais produziram trabalhos sobre ela e mais consideraram-na como um meio de afirmação do status nobre. Essa observação é análoga outra que diz que enquanto as lamentações tendiam a enfatizar o perecimento da literatura clássica, também havia uma inclinação retórica para afirmar a superioridade daqueles que continuavam se dedicando à mesma (MATHISEN, 2005, pp. 105-118).

Contudo, o que ocorreu de fato, foi um decréscimo no número de membros da elite galo-romana que se dedicavam à literatura, em vez de um declínio da qualidade e da quantidade literária em si. Esse decréscimo também foi motivo de clamor por parte dos gauleses, mas se deveu a uma retração do sistema educacional no período, com escassez de escolas e de professores com relação à proporção deles que havia no século IV EC. Escassez essa que veio acompanhada de um certo empobrecimento de várias *gens* aristocráticas e de um certo desinteresse literário por parte delas. As críticas sociais feitas pelos nobres que se debruçavam sobre a literatura, contudo, estavam ligadas a uma lógica moralizante da qual eles se utilizavam retoricamente para mostrar o enfraquecimento do poder republicano e a associação de vários nobres galo-romanos com os governos “bárbaros”. Eram acusações que se baseavam na afirmação da inferioridade daqueles que não eram letrados, uma vez

que a cultura greco-latina enfatizava a associação da beleza, do ócio e da arte com o que era bom (MATHISEN, 2005, p. 105-118).

As composições literárias galo-romanas tardo-antigas assumiram a forma de atividades públicas e grupais. As cidades continham círculos literários próprios que assimilavam tanto aristocratas leigos quanto eclesiásticos. As reuniões promovidas por esses círculos significavam oportunidades de socialização e de demonstração de unidade de espírito. Elas tinham como objetivo o compartilhamento de opiniões literárias e a promoção da uniformidade literária. Importantes círculos literários podem ser observados em cidades gaulesas como Arelate, Marselha, Narbona, Burdígala e Lugduno. Novos trabalhos eram sempre compostos e expostos, ao mesmo em que obras confeccionadas em regiões específicas, eram copiadas e circulavam pela Gália. Tais obras eram lidas e avaliadas por todos os literatos, e não havia quaisquer restrições quanto às temáticas que poderiam ser abordadas, bastante que as regras retóricas fossem sempre rigidamente respeitadas. A aguda observação dessas regras retóricas levou os gauleses a desenvolver um estilo obscuro que até mesmo eles próprios, muitas vezes, tinham dificuldade para entender (MATHISEN, 2005, p. 105-118).

Uma vasta quantidade das obras literárias galo-romanas do V século apresenta um certo encorajamento, e até mesmo uma exortação, para que novas obras sejam escritas. Os encorajadores eram justamente aqueles que assumiam o papel de corregedores e de editores das obras. Eram responsáveis por elas da mesma forma que os autores. Apesar de haver um discurso quanto à preocupação com a recepção na nova composição literária, não havia qualquer necessidade de preocupação real quanto a isso, porque, uma vez que a obra havia sido de fato publicada, ela certamente seria grandiosamente elogiada (MATHISEN, 2005, p. 105-118).

Dentro das práticas literárias galo-romanas tardo-antigas, a escrita de epístolas foi uma tradição difundida e grandemente apreciada durante o século V EC. Isso se dava porque, devido às instabilidades bélicas do mundo romano, a maioria dos aristocratas evitava empreender viagens de visita. Através da epistolografia, as amizades poderiam ser mantidas, ao mesmo tempo em que alguns amigos chegaram a nunca ter se encontrado pessoalmente durante suas vidas. Essas cartas também serviam para fins políticos, quando se trocava informações a respeito de estratégias envolvendo reis “bárbaros” (MATHISEN, 2005, pp. 105-118).

A obra literária de Sidônio Apolinário contém cento e quarenta e sete epístolas e vinte e quatro poemas. Todas as epístolas, com exceção da *Epístola 4.2*, são suas, sendo a

última da autoria de Claudiano Mamerto. Elas estão distribuídas em nove livros, uma prática que se baseia em tradições antigas.

Dos poemas, entre os primeiros oito, estão contidos os três panegíricos, o de Antêmio, o de Majoriano e o de Ávito, que são o *Poema 2*, o *Poema 5*, e o *Poema 7*, respectivamente. Cada um está acompanhado de seu respectivo prefácio, o *Poema 1*, o *Poema 4* e o *Poema 6*. A esses primeiros poemas também se somam duas cartas de apresentação versificadas. A edição está organizada de forma que o panegírico mais antigo seja o último e o mais recente o primeiro, uma vez que o imperador que houvesse reinado por último mereceria mais honra.

A segunda parte dos poemas vai do *Poema 9* ao *Poema 24*. Eles são muito diferentes entre si, e são chamados de epigramas ou *nugae*. Têm por característica principal o fato de serem mais curtos do que os anteriores.

O *Poema 9* é uma poesia introdutória dirigida a um nobre chamado Félix. O *Poema 11* é um epitalâmio que contém uma introdução, o *Poema 10*, sendo que ambos homenageiam o casamento de Rurício e Ibéria. O *Poema 15* também é um epitalâmio, e foi escrito em homenagem à união matrimonial de Polêmio e Aranéola. Ele vem acompanhado do *Poema 14*, que se trata de uma carta em prosa a Polêmio com uma introdução. O *Poema 22* é a descrição do castelo, ou burgo, de Pôncio Leôncio, e o *Poema 23*, que vem na sequência dele, canta a cidade Narbona como forma de agradecimento pela hospitalidade a Sidônio oferecida pelos Consêncios. A coleção também está composta pelo *Poema 12*, que é dirigido ao senador Catulino, para quem Sidônio fala que sob o aquartelamento de tropas bárbaras burgúndias não há inspiração para escrever versos. O *Poema 13* é uma petição a Majoriano para que ele perdoe Lugduno e a livre de um imposto punitivo. Há um grupo de cinco composições semelhantes, que vai do *Poema 17* ao *Poema 21*. O *Poema 17* e o *Poema 20* são convites, e os outros três se ocupam dos banhos e do tanque de peixes da *villa* do autor. Ainda temos o *Poema 16*, que é um elogio ao bispo Fausto. Por fim, o *Poema 24* fecha a coleção com uma enumeração dos amigos a quem o autor deve visitar.

Nas últimas três décadas, surgiu um forte interesse a respeito de Sidônio. Este interesse veio acompanhado de uma revisão das intensões e conseguintes do autor a respeito de suas atividades político-sociais tardo-antigas. Devido a isso, temos uma vasta quantidade de publicações de trabalhos e de edições comentadas, tanto no campo da história quanto da filologia, que se dedicam à revisão de noções tradicionais de irrelevância do *corpus* documental sidoniano, bem como de revisão de conclusões hoje consideradas

pobres, que diziam que Sidônio era insincero ao escrever e que a literatura latina de sua época estava sofrendo um processo de decadência (VAN WAARDEN, 2009, p. 8).

Entretanto, mesmo que as últimas quatro décadas tenham protagonizados os estudos sidonianos contemporâneos, ao concluir este capítulo, não podemos deixar de mencionar a valiosa obra de Courtney Stevens (1933), *Sidonius Apollinaris and his Age* (1933), e nem mesmo a importante obra *Sidoine Apollinaire et l'esprit précieux en Gaule aux derniers jours de l'Empire* (1943), de André Loyen (1943).

3. A OBRA E OS INTERESSES POLÍTICOS DE SIDÔNIO APOLINÁRIO

3.1 SIDÔNIO APOLINÁRIO E OS GUERREIROS GERMÂNICOS DA GÁLIA

Nesta parte do trabalho, analisaremos as fronteiras político-culturais que envolveram Sidônio Apolinário e as elites guerreiras germânicas²⁵ da Gália de seu tempo. Atentar-nos-emos, especialmente, para os respectivos casos do rei Teodorico II, do rei Eurico, do rei Gundúoco e de alguns soldados burgúndios. Ressaltamos que nossa análise, aqui, não se desvincula daquela que diz respeito às fronteiras que separavam/aproximavam todas as elites que disputaram poder na Gália do século V EC.

Começemos, então, nossa análise do *Epistolário* sidoniano. A primeira carta que analisaremos diz respeito à *Epístola 1.2*, que vem a ser a segunda de toda a coletânea. Trata-se uma mensagem destinada a Agrícola, cunhado de Sidônio Apolinário, irmão da esposa do último, e desconhecido senão pela menção em nosso autor. A epístola configura-se como um discurso laudatório. O alvo dos elogios de Sidônio Apolinário é o rei Teodorico II, do Reino de Tolosa.

Diz o autor:

Muitas vezes tu perguntaste sobre Teodorico, o rei dos godos, cuja fama de civilidade é recomendada a todos os povos. Tu queres o significado de sua vida tanto quantitativa quanto qualitativamente em forma literária. De bom grado eu te concedo- isso, no volume que a página epistolar permite, e laudo em ti tão delicada e ingênuo curiosidade. Então, ele é um homem digno de conhecimento, ainda que pela intuição menos familiar: pois o arbítrio e a razão de Deus, juntamente com a natureza, acumularam-se para relegar à sua pessoa os dotes consumados da felicidade. Seu caráter é tal que nem a inveja o defraudou de seu estado de laudo (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.2.1*²⁶, tradução nossa).

Para Sidônio Apolinário, o bárbaro é sempre o *outro* com relação aos civilizados. O bárbaro sidoniano, contudo, não é, necessariamente, um estrangeiro. O fato de nosso autor ter recomendado a todos os povos a civilidade de Teodorico II, como podemos ver no discurso laudatório do qual a passagem acima faz parte, mostra-nos que Sidônio Apolinário poderia considerar civilizado quem quer que o oferecesse possibilidades de ascensão política, mesmo que se tratasse de um rei gótico, descendente de povos cuja

²⁵ Neste trabalho, trataremos por “germanos” os indivíduos nascidos na Germânia e por “germânicos” os indivíduos descendentes, culturalmente, de germanos, mas nascidos no Império Romano, como no caso dos guerreiros de origem estrangeira com os quais o nosso autor se relaciona.

²⁶ O primeiro número refere-se ao livro no qual a epístola encontra-se. O segundo, à epístola em si, isto é, à posição que ela ocupa na sequência epistolar do livro. O terceiro número não designa uma epístola diferente, mas um trecho diferente dentro da mesma epístola.

origem estava além das fronteiras setentrionais do Império Romano do Oriente, na região da qual a tradição literária tardo-antiga apropriou-se para considerar que fosse uma das terras por excelência dos bárbaros.

Nossas ideias encontram respaldo nas elucubrações de Norma Musco Mendes (1999, p. 307), que diz que havia uma retórica no Império Romano que, ligada à moral, representava os indivíduos como inseridos ou não na cultura latina de acordo com suas posições políticas perante o emissário do discurso. Assim, os godos não necessariamente precisariam ser considerados bárbaros por Sidônio Apolinário. Nenhum povo como o gótico seria assim representado se estivesse atuando em favor dos interesses de nosso autor. Interesses esses que, na lógica retórica de sua literatura, aparecem alegorizados como civilidade, *humanitas* e/ou *romanitas*.

No entanto, o rei Teodorico II estava separado de Sidônio Apolinário por fronteiras culturais que iam além do fato de ele ser godo. Mesmo que o monarca aqui representado tivesse nascido dentro das terras do Império Romano, ele era um cristão ariano, ou seja, um herege na concepção do cristão legal que o nosso autor era, e isso num tempo em que, conforme aponta Frighetto (2012, p. 150), a fé ariana²⁷ era utilizada pelos povos germânicos como elemento afirmativo de uma identidade político-cultural diferente da latina, o que se corresponde com o fato de que, ainda segundo Frighetto (2012, p. 31-320), a *humanitas* adquiria um novo elemento constitutivo na Antiguidade Tardia: o cristianismo ortodoxo. Diante disso, deduzimos que o nosso autor ignorou a descendência gótica de Teodorico II e a sua fé ariana quando recomendou a todos os povos a fama de sua civilidade. Ao fazer isso, nosso autor criou uma retórica representante de um Teodorico II que se identificava político-culturalmente com ele de forma plena, independentemente da fé herege ou da descendência estrangeira do rei gótico.

Talvez o discurso sidoniano da *Epístola 1.2* deva-se a que Epárquio Ávito, sogro de Sidônio Apolinário, aliou-se com Teodorico II para ascender como imperador romano-ocidental, movimento para o qual dispôs da ajuda do exército gótico de Tolosa (FREITAS, 2008, p. 63).

Ormonde Madock Dalton (1915), sem certeza, levanta a hipótese de que a *Epístola 1.2* foi escrita no ano de 454. Este fora o ano do assassinato de Aécio por Valentiniano III,

²⁷ O cristianismo ariano era, no século IV EC, o grande rival da fé na consubstancialidade entre o *Logos* e o Pai, que foi a fé que foi considerada ortodoxa pelo Concílio de Niceia, quando o arianismo foi definido como uma heresia (PAPA, p. 27-33). A não ortodoxia do arianismo, não obstante, não o impediu de receber um grande número de adeptos dentre os povos germânicos que entraram no Império Romano no final do século IV EC.

evento que pôs a organização político-militar itálica em grave crise. Podemos conjecturar que, no intuito de tirar proveito dessa crise itálica, Epárquio Ávito e Teodorico II elaboraram um plano para tomar o trono imperial romano-ocidental. É provável que o rei gótico acreditasse que, uma vez que Ávito estivesse legitimado na posição de Augusto, não seria, como não foi, difícil para o último homem citado facilitar a expansão do Reino Gótico de Tolosa pelas terras hispânicas. As terras gaulesas, por sua vez, seriam poupadas da cobiça da monarquia aquitano-gótica, o que beneficiaria a nobreza galo-romana parenta do futuro imperador Ávito, que teria suas terras poupadas de terem de ser divididas com soldados góticos por meio das legislações ligadas à *hospitalitas*. Para que esse plano, que beneficiava mutuamente galo-romanos e godos, desse certo, a posição augusta de Ávito teria de ser sustentada pelas milícias góticas. Sidônio Apolinário, então, pode ter escrito a *Epístola 1.2* para enaltecer a aliança política que levaria seu sogro ao trono romano-ocidental e que desviaria para a Hispânia a avidez gótica por terras.

Independentemente do discurso laudatório aqui observado ter sido ou não escrito já sob as pretensões arrivistas de Ávito e Teodorico II ao trono romano-ocidental, a *Epístola 1.2* mostra-nos uma associação entre a gente de Sidônio Apolinário e a realeza de Tolosa, o que nos faz ver que Ávito, enquanto líder das famílias nobres galo-romanas de sua época, não era submisso ao governo republicano, e soube fazer alianças com os Estados que melhor favoreceriam os seus interesses. Isso nos mostra que, não somente Sidônio Apolinário, mas, de uma forma geral, as famílias nobres que lideraram o cenário político galo-romano no período aqui tratado eram capazes de fazer alianças com quem quer que beneficiasse seus interesses, independentemente de elas estarem agindo contra as expectativas da República sediada na Itália.

Na sequência da epístola, Sidônio conta:

Quanto à sua forma: corpo bem-proporcionado, longuissimamente breve, mais alto e mais proeminente do que a média. O ápice de sua cabeça é redondo, na qual da plana frente vertem um pouco de crispações cesarianas. Gêmeos discos formam as sobancelhas espessas e arqueadas. Se, no entanto, as pálpebras se fecham, os cílios chegam até quase a metade das bochechas. As partes superiores das orelhas estão enterradas sob os cachos dourados acumulados, segundo a moda de sua gente. O nariz é graciosamente encurvado. Os lábios são finos, não dilatados pelos ângulos ampliados da boca. A série de dentes proeminentemente ordenada é imediatamente proporcional à cor da neve. Os pelos de dentro das narinas são cortados quotidianamente com sucesso. A barba brota da cavidade das têmporas, e o barbeiro é assíduo em extirpar de sua face com a navalha o rico crescimento que surge da parte inferior do rosto (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.2.2*, tradução nossa).

Pode ser necessário que afirmemos que as características físicas evocadas por Sidônio Apolinário para a composição do seu personagem do rei Teodorico II não constituem uma descrição objetiva. O que vemos é a demonstração de um ideal de beleza ao qual Sidônio Apolinário adequa tal personagem. Talvez o ideal de beleza aqui visto seja concordante com a concepção de beleza latina, pois Sidônio Apolinário afirma que vertem crispações cesarianas da testa de Teodorico II. O objetivo da descrição retórica do monarca gótico, desse modo, continuaria sendo enfatizar a proximidade dele para com a nobreza imperial.

Na *Epístola 1.2.3*, Sidônio Apolinário segue a mesma lógica dos discursos precedentes, fazendo apologia às características viris do rei:

O queixo, a garganta e o pescoço não são obesos, mas suculentos, a pele é láctea: quando inspecionada de perto, impregna o rubor juvenil. Por isso, eles muitas vezes coram, mas por modéstia e não por raiva. Os ombros são parelhos; os braços superiores, fortes; os antebraços, duros; as mãos, largas; a cintura, recuada; e o peito, excedente. A espinha oprime a extensa área do dorso, dividindo e ressaltando as costas. Ambos os lados dos músculos das costelas são proeminentes. Os flancos reinam cheios de vigor. São bem másculas as articulações dos joelhos, e as coxas, duras como chifres. A máxima honra na mínima rugosidade que já nasceu. Um tornozelo grande sustenta a perna e os pés são moderados para sustentar membros tão magnânimos (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.2.3*, tradução nossa).

A insistência de nosso autor da beleza física do rei gótico faz-nos suspeitar que seus elogios sejam uma metáfora metonímica que representa o poder bélico da monarquia gótica, ou seja, Sidônio Apolinário elogia a base de poder de sua própria família. A metáfora, aqui, é o personagem de Teodorico II, usado, na retórica sidoniana, em substituição às legiões góticas, quando o texto, na verdade, referir-se-ia a elas caso a linguagem empregada fosse denotativa; chamamos essa metáfora de metonímica porque ela toma a parte pelo todo, ou seja, fala do rei como forma de referir-se a toda a tropa de soldados sob o comando da realeza de Tolosa.

Os povos germânicos que estavam no Império Romano na época em questão eram governados por respectivas elites guerreiras que, conforme Dominique Barthélemy (2010, p. 31-32), valorizavam uma tradição ancestral que primava pela demonstração do sucesso bélico individual. Assim, em se tratando de tecer elogios a um guerreiro germânico, neste caso, o rei gótico de Tolosa, não haveria qualidade que esse guerreiro considerasse mais importante para ser observada nele do que suas características físicas. Isso pode ser evidenciado ao observarmos que, nos panegíricos sidonianos, escritos em honra de

imperadores romanos, mesmo que se esteja prestando homenagens na forma de discursos laudatórios a homens profissionalizados no comando militar, não há passagens com esse tipo de descrição física. Se estivermos corretos, o nosso autor, ainda que associe Teodorico II a um ideal de beleza latino, está valorizando uma tradição ancestral germânica ao elogiar a beleza física do rei.

Esse não é o único elemento cultural não latino evocado por Sidônio Apolinário em seu discurso laudatório, pois ele aponta que as orelhas de Teodorico II estão enterradas sob cachos dourados, conforme é costume fazer entre a gente do rei. Se considerarmos as ideias de Fredrik Barth (2000, p. 27-39) a respeito das fronteiras entre os grupos étnicos²⁸, poderemos dizer que Sidônio Apolinário mostra, em Teodorico II, aqueles elementos culturais góticos que não contradizem a latinidade/civilidade do rei. Os cachos dourados cobrindo a orelha do rei dos godos são, dessa forma, um elemento que, acreditamos, em outro contexto, poderia ser utilizado com fins de associação de um godo à *feritas*; mas, como podemos ver aqui, não constituíam parte essencial e indissociável da última: enquanto a *humanitas* era um conjunto de comportamentos que eram tidos pelos latinos como constituindo o ideal de um homem civilizado, a *feritas* era imaginada por esses mesmos latinos como o oposto da *humanitas*, ou seja, o conjunto de comportamentos antagônicos à civilidade, portanto, a alteridade da identidade que unia a elite romana.

Em seguida, Sidônio Apolinário apresenta a rotina diária do rei Teodorico II:

Se tu indagas a respeito das ações diuturnas que são expostas no foro, eu digo que ele se expede com uma mínima comitiva ao seu sacerdote. Ele venera com submissão: embora, em segredo, tu possas julgar que ele obedece a isso mais por costume consuetudinário do que por reverência racional. Ele se dedica a cuidados administrativos do reino pelo resto da manhã. Condes armados selam a circunscrição do assento, atendentes com turbas de pele não são admitidos nem afastados: apenas murmuram na porta da cortina, antes da barreira exterior. Neste momento, os enviados legais são introduzidos: ele ouve muito, fala pouco. Se são negócios rápidos, ele acelera-os; se são demorados, ele acalma-os. Na segunda hora? Ele levanta do trono: ou vai inspecionar o tesouro ou o estábulo (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.2.4*, tradução nossa).

²⁸ Como apresentamos na Introdução, para Barth, as fronteiras entre os grupos étnicos são demarcadas a partir de eleições de signos culturais específicos que, quando adotados por um dos grupos, não podem ser adotados, também, pelo outro. Os signos culturais que não fazem parte do conjunto desses demarcadores de fronteiras podem ser utilizados por ambos os grupos étnicos de cada lado da fronteira que os separa. Não usamos o conceito de etnicidade no presente trabalho, mas consideramos que os signos culturais góticos que Sidônio Apolinário usa para compor sua personagem de Teodorico II não fazem do rei gótico um bárbaro, ou seja, o rei representado retoricamente por nosso autor em sua *Epístola 1.2*, ainda que seja um godo, um germânico, é um latino/civilizado.

Vemos, acima, Sidônio Apolinário mostrar Teodorico II prestando o culto diário relativo à sua fé cristã ariana. Nosso autor põe em dúvida a real razão pela qual o rei faz isso, apontando para um costume consuetudinário em vez de uma convicção racional (*ratione reverentiam*). Em nossa análise, tal representação se deve a Sidônio Apolinário querer aplicar o eufemismo, a figura de linguagem que abranda a realidade, à heresia real, suavizando o fato de o rei ser adepto de uma identidade religiosa oposta ao cristianismo legal, esse que estava se tornando um dos principais elementos identificadores culturais da nobreza romano-ocidental tardo-antiga. Em outras palavras, o emissário do discurso não quer mostrar a religiosidade de seu representado como algo que o afasta da identidade político-cultural que une a nobreza civilizada/latinizada, porque é justamente junto dela que o Teodorico II sidoniano precisa aparecer. Acima dissemos que, no tempo da escrita da *Epístola 1.2*, os gauleses preparavam-se para um novo e audacioso movimento rebelde contra os itálicos, que era a tomada do trono romano-ocidental por Ávito, para o que precisavam da incondicional ajuda da monarquia gótica de Tolosa. Para o êxito desse plano arrivista, a religiosidade da monarquia gótica da Aquitânia não poderia atrapalhar os planos políticos galo-romanos, e é por isso que o culto herege real aparece de maneira eufemística no discurso sidoniano. Essas constatações consideram que, na retórica de nosso autor, a civilidade/latinidade confunde-se com a identidade político-cultural gaulesa do emissário do discurso.

A identidade religiosa do rei gótico, entretanto, era um fator histórico excessivamente incômodo para que fosse, simplesmente, ignorado: estamos diante de um elemento cultural por excelência definidor de alteridade, de forma que se o emissário do discurso não se referisse ao assunto em sua epístola, a leitura dela incomodaria os segmentos cristãos legais da elite religiosa do Império Romano do Ocidente. Talvez o nosso autor precisasse dizer algo que contentasse, concomitantemente, tanto aqueles que esperavam uma justificativa retórico-cultural convincente para a sua associação com um rei potencialmente inimigo da República Romana quanto aqueles que não admitiriam um nobre latino elogiando uma heresia. Sidônio Apolinário optou por justificar a heresia de maneira pragmática, na pessoa do rei, dizendo que ele não raciocinava sobre o que fazia, estando agindo apenas por consideração a um costume ancestral.

Na sequência da epístola, o nosso autor descreve a maneira sensata com que Teodorico II lida com suas questões estatais envolvendo burocratas e embaixadores, mantendo a distância adequada dos primeiros e controlando a ligeireza (*expeditur*) ou a vagareza (*tractabitur*) dos últimos conforme a exigência do assunto a ser tratado. Com isso,

talvez Sidônio Apolinário esteja pretendendo mostrar que, como um bom estadista, o rei gótico também prestaria valioso auxílio a Ávito no governo da República Romana, algo que é endossado pelo fato de que Teodorico II fica a tarde inteira inspecionando os estábulos ou o tesouro real.

Na sequência, o nosso autor escreve:

Se a caça é anunciada, ele procede com o arco inerente ao lado, considerando o grave juízo real: quando, entretanto, um bando de aves ou um animal é ferido ao vir se oferecer cruzando o seu caminho, ele põe a mão nas costas e reflete puerilmente, a corda de um escudeiro a pender: quando chega a uma conclusão pueril, faz um gesto, aceitando, efeminadamente, as armas amarradas. Quando são dadas a ele, às vezes ele prende uma em ambas as mãos e dobra as extremidades uma em relação a outra; outras vezes ele põe uma para baixo, contra o calcanhar levantado, e passa o dedo na folga da corda oscilante: depois ele ajusta as flechas, contrai e expele. Primeiramente, ele pergunta o que a flecha perseguirá: tu debes eleger o flagelado: qualquer que seja, ele fere. E se um erro alterar o alvo, da tua visão será a culpa pela rara falha, e não do destino obtido (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.2.5*, tradução nossa).

A título de curiosidade, o enredo narrativo sidoniano a respeito das atividades de caça de Teodorico II lembra as narrativas mitológicas sobre as habilidades caçadoras do deus Órion.

O nosso autor afirma que o rei é dono de um grave juízo, tornando-se, todavia, pueril quando uma possível presa cruza o seu caminho. Além disso, também vemos que o Teodorico II sidoniano sabe manusear as setas com destreza e é incapaz de errar um alvo, qualquer que seja. Essas representações são metáforas das capacidades do rei como governante: pois ele estaria sempre consciente da precisão de suas atitudes, sem que, com isso, deixasse de mover-se rapidamente em situações urgentes, e o fazendo de maneira eficiente. Não é por coincidência que Sidônio Apolinário narra que foi com precisão e rapidez que Teodorico II agiu quando avistou a possibilidade de por Epárquio Ávito no trono romano-ocidental vazio: o grave juízo régio não deixaria que o rei gótico atentasse contra a ordem romana, mas o mesmo monarca não hesitaria em conduzir um aliado seu ao trono romano-ocidental quando uma oportunidade aparecesse (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Carm. 7.500-520*).

Se em convívio, a mesa assemelha-se à de uma pessoa privada: não geme sob a massa estúpida de prata não polida imposta por ministros cedentes e suspirantes. O peso máximo está no verbo: qual com pouca ou nenhuma narração, ou muita. As tapeçarias e cortinas usadas nessas ocasiões são, às vezes, de seda púrpura, às vezes, de linho. A arte da comida não favorece o preço: viandas brilhantes, não pesadas. Pratos são raros de se obter com facilidade, e tu verás mais facilmente convidados sedentos do que recusando taças. O que mais? Tu verás a

elegância da Grécia, a abundância da Gália, a celebridade itálica, a pompa pública, a diligência privada, a disciplina régia. Porém, para que narrar o quão surpreendente é o luxo dos dias de festa, que nenhuma pessoa é tão desinformada a ponto de não saber?! Voltando para a escrita do meu texto: a sesta depois do meio dia nunca é ligeira, sempre intermitente. Na hora que o homem se inclina para o jogo de tabuleiro, coleta os dados rapidamente, inspeciona-os com solicitude, agita arguto, joga instantaneamente, compele-os jocoso, espera paciente. Em bons lances ele se cala, em maus, se ri, em neutros, se irrita, em cada, um filósofo. Ele despreza temer ou fazer revanches: desdenha quando a oportunidade aparece, transfere a oposição. Se o adversário evadir, ele tranquilamente evade. Tu vês o cálculo quando ele move suas peças. Sua única preocupação é a vitória (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.2.6-7*, tradução nossa).

Como pode ser observado, no começo da passagem dupla transcrita acima, o nosso autor descreve a composição da mesa de Teodorico II, dando detalhes a respeito dos possíveis cenários decorativos nos quais os banquetes do rei poderiam vir a ser organizados. Notável é uma descrição detalhada da humildade de tais refeições nos cinco primeiros períodos da passagem. Elas teriam pouca comida e pouca bebida, além de serem servidas pratos leves e de fazerem com que a mesa se assemelhasse à de uma pessoa comum, não à de um rei. Na sequência, porém, o emissário do discurso tece elogios à abundância gaulesa, à celebridade itálica e à elegância grega. Quando elogia a Gália, o nosso autor alude à nobreza galo-romana, formante de uma identidade político-cultural à qual ele pertence. Quando elogia a Itália, metaforiza não só a República Romana como o Império do Ocidente em sua totalidade. Quando faz referência à Grécia, refere-se ao Império Romano como um todo. É o rei gótico, no entanto, que no presente caso, detém essas características de elegância, abundância e celebridade. Acreditamos que essa descrição ambígua, que, em seu princípio, fala em refeições humildes para depois dizê-las fartas, elegantes e celebrantes, seja uma forma de demonstrar que alianças por parte da República Romana, dos galo-romanos e/ou de todo o Império Romano com o Reino de Tolosa são possíveis. Isso porque se o rei do Reino de Tolosa promove banquetes simples, ele não é um rei germânico ganancioso, com o qual seria perigoso estabelecer-se uma aliança política. O que parece paradoxal, na verdade não é, pois se se espera comportamentos itálicos, gregos e gauleses de um rei gótico para poder-se dizê-lo digno de alianças políticas com latinos, espera-se, também, humildade suficiente de uma realeza germânica para que seja possível ver-se nela um Estado rival digno de uma aliança política. Essa dedução atinge uma dimensão mais concreta quando se observa que o que era oferecido nos banquetes da corte de Tolosa era fruto dos tributos coletado em víveres pela realeza nas propriedades que ela possuía, isto é, se os banquetes eram humildes, então a realeza não era excessivamente gananciosa em

termos de territórios latifundiários, quando esse desinteresse facilitaria as condições de uma aliança política com tal monarquia.

Ao representar gauleses, itálicos e gregos em aliança com Teodorico II, o nosso autor pode estar fazendo apologia à aliança que seria estabelecida entre o rei gótico e os galo-romanos para pôr Ávito no trono romano-ocidental. Esse tipo de aliança beneficiaria, sobretudo, a gente de nosso autor, mas como já discorremos, sua retórica representa seus interesses familiares como se fossem os de todo o Império Romano.

No trecho documental transcrito acima, também observamos as habilidades lúdicas de Teodorico II serem apresentadas como filosóficas. Acreditamos que estejamos diante de uma nova metáfora cuja função é a aproximação do rei com cultura greco-latina, e isso porque os greco-latinos se autocompreendiam como mais propensos aos estudos filosóficos do que aqueles que não faziam parte dessa identidade político-cultural.

Na lógica da representação sidoniana, a filosofia caracteriza o rei como alguém que conduz o jogo com precisão, cálculo e justiça, e que, por isso mesmo, tem grande propensão à vitória. Como não poderia ser diferente, o jogo é a representação metafórica de um conflito. Podemos ter aqui, portanto, uma metáfora para o cenário político do contexto de então, a partir do que talvez Sidônio Apolinário esteja metaforizando as capacidades de atuação política do rei de Tolosa numa dimensão lúdica. O nosso autor está a demonstrar que, na vida real, Teodorico II seria capaz de perceber rapidamente quando uma situação o fosse favorável e quando ele poderia tirar proveito dela, e isso sem que orgulho do monarca deixasse que ele tivesse medo de perder ou que promovesse uma revanche ao ver-se derrotado.

Para além das observações acima, também vemos que Sidônio Apolinário dá várias demonstrações da destreza de Teodorico II no jogo, possivelmente com o objetivo de dizer que o rei gótico também é habilidoso nas atividades bélicas. Podemos acreditar nisso quando vemos nosso autor dizer que o monarca gótico pega os dados rapidamente e os inspeciona com cuidado (*sollicite*), sabendo esperar a vez de cada um jogar e os momentos certos para se irar, rir ou agir silenciosamente. Essas habilidades também concorreriam para a boa posição política da gente de Sidônio Apolinário, encabeçada por Epárquio Ávito, e sustentada no trono romano-ocidental por Teodorico II.

Não podemos deixar de observar que a *Epístola 1.2.6-7*, que aproxima tão enfaticamente Teodorico II da cultura galo-romana e da cultura greco-latina em sua totalidade, é uma das que melhor demonstram o quanto as identidades culturais eram amplamente negociáveis na literatura sidoniana, devendo-se a acordos políticos.

Na *Epístola 1.2.8*, Sidônio Apolinário diz:

Durante o jogo, é sequestrada e levada um pouco da severidade do rei, o que incita a liberdade e a boa comunicação. A dica do que sinto: ele teme ser temido. Ele nunca acredita que seus colegas não lhe deixaram ganhar, a comoção deles confirma que ele fez sua vitória. Se tu prestares atenção, frequentemente a mínima alegria que vem dessas ocasiões afortuna imensamente o mérito dos negócios. Petições por patrocínio, deixadas antes em naufrágio, vêm subitamente à porta. Eu mesmo fico contente quando sou batido por ele e tenho um favor a pedir: minha causa será salva (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.2.8*, tradução nossa).

Vemos que aqui Sidônio Apolinário diz que Teodorico II teme que seus companheiros o deixem ganhar no jogo porque, justamente, eles estariam temendo-o. É possível que Sidônio esteja fazendo uma apologia à aliança de sua gente com o rei gótico, isso porque sua afirmação do medo de ser temido por parte do monarca insinua que o mesmo não usaria seu poder para obter vantagens sobre aqueles que se reúnem ao seu redor.

Contudo, acreditamos que em toda a corte, quando o jogo envolve o pagamento de algo do perdedor ao ganhador, o rei precisa ganhar, pois se ele obter uma quantidade de vitórias semelhante à quantidade obtida pelos outros jogadores, poderá, aos poucos, dilapidar a sua riqueza, ao passo que, sobretudo em uma corte germânica, o empobrecimento de um rei tinha consequências desastrosas para o mesmo, uma vez que a sua posição seria contestada pelos clãs e pelos familiares que se reuniam em torno dele, dados a conflitos e a contestações políticas. Em contrapartida, somente se o rei fosse, na maioria das vezes, o vencedor, é que os perdedores poderiam contar com os favores advindos do seu enriquecimento.

Ademais, cremos que estamos diante de uma representação metafórica da relação existente entre a família de Sidônio Apolinário e a realeza gótica de Tolosa: o favor de Teodorico II às causas de seus perdedores no jogo representaria o auxílio do mesmo no que diz respeito a colocar Epárquio Ávito no trono romano-ocidental; ao mesmo tempo, o ato de deixar o rei ganhar representaria Epárquio Ávito fazendo concessões políticas relativas às tentativas expansionistas hispânicas do Reino de Tolosa.

Na *Epístola 1.2.9*, Sidônio representa a corte de Teodorico II conforme deveria ser uma corte real ideal:

Cerca das nove horas recrudescer a carga regencial. Voltam os pedintes, voltam os removedores, de todos os lados, fremem ambições litigiosas: o que dura o resto do dia, interrompido pela refeição real. Eles só se dispersam para atender seus vários patronos entre os cortesãos, e ficam agitados por todo o tempo da noite. Em momentos específicos, ainda que raros, a ceia é interrompida por

gracejos de mímica: é assim que nenhum conviva é ferido por uma língua amarga. Assim, lá, nenhum órgão hidráulico soa. Nenhuma vocalização fonética inferior com seus condutores entoando simultaneamente a vocalização de um concerto lírico, nenhum flautista, nenhum harpista, nenhum tocador de tambor, nenhuma menina canta: o rei só se importa com um esforço: o que não encanta menos a alma virtuosa do que o canto auditivo (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.2.9*, tradução nossa).

Nessa passagem, Sidônio mostra que peticionários pobres clamam veementemente por favores, não sendo vastamente atendidos graças ao trabalho dos removedores. Conjecturamos que o objetivo dessa representação seja mostrar uma corte que sabe administrar suas riquezas por ter um rei que não dilapida seus bens excessivamente em nome de lamentos de pedintes.

Sidônio Apolinário é enfático ao dizer que o jantar do rei gótico não é acompanhado por nenhum tipo de atividade musical, talvez no mesmo sentido de mostrar Teodorico II como um homem comedido. No final, nosso autor acrescenta que o rei prefere o único esforço que agrada tanto a alma quanto faria um canto auditivo. Não é claro para nós de que esforço se trata, somente vemos que se trata de mais um elogio ao rei gótico. Não nos parece que Sidônio, ao falar em encanto da alma virtuosa, esteja fazendo referência a um sermão religioso que seria lido durante o jantar do rei, pois o último era um herege na concepção de nosso autor. Não descartamos, contudo, a possibilidade de Sidônio elogiar a fé do monarca desconsiderando o fato dela uma heresia.

Sidônio conclui a *Epístola 1.2* da seguinte maneira:

Quando ele se retira, os vigias noturnos começam a custodiar o tesouro: regimentos armados junto à casa do rei vigiam, atentos, durante as primeiras horas de sono. Mas isso já está divagando além do meu assunto, pois te prometi não muito do reino, mas poucas informações do rei, não? Orgulho e estilo finalizam apropriadamente de forma simultânea: tu não deseavas conhecer o homem de uma forma mais ampla do que a de um estudo pessoal, e eu não objetivava escrever uma história, mas uma epístola. Adeus (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.2.10*, tradução nossa).

Na passagem acima, quando Sidônio diz que está divagando para além dos limites estabelecidos para o seu assunto, ele está utilizando-se de um lítotes, isto é, de uma figura retórica que consiste em afirmar algo por meio da negação do seu contrário e que, em Sidônio Apolinário, assume a forma de uma falsa modéstia: o nosso autor costuma dizer que quando escreveu demais, não agiu intencionalmente, objetivando que seus leitores imaginem que suas habilidades literárias são algo natural para ele, não necessitando de esforço para serem utilizadas. Tal figura de linguagem se repete com frequência nas epístolas sidonianas. Nesse presente caso, acreditamos que a utilização do lítotes tenha o

objetivo de fazer parecer que a pessoa de Teodorico II é tão esplendorosa que é impossível falar brevemente sobre ela, que nenhum autor conseguiria reduzir-se aos limites de um pequeno texto ao descrever o rei gótico de Tolosa. Em outras palavras, o lítotes vem para mostrar a amplitude da entidade descrita.

Como pode ser percebido, apostamos que todas as representações que Sidônio Apolinário faz a respeito da rotina e da pessoa de Teodorico II estão ligadas ao fato de ele querer enfatizar quão boa é a aliança política estabelecida entre esse rei e a gente de seu sogro. Levamos em consideração que o destinatário da *Epístola 1.2* é Agrícola ao analisar o discurso que tal carta emite, mas não nos esquecemos que a obra literária sidoniana aqui analisada seria lida por uma miríade de literatos que provavelmente beneficiar-se-iam, de alguma forma, da aliança entre Teodorico II e Epárquio Ávito.

A leitura da *Epístola 1.2* permite-nos refletir a respeito do que chamaríamos de caráter discursivo das identidades culturais que uniram as elites romanas. Conforme já falamos neste trabalho, Barth (2000, p. 32) mostra-nos o espaço fronteiro entre duas ou mais identidades culturais como um lugar no qual se enfatiza determinados elementos culturais com o objetivo de fazer deles signos identificadores de uma ou de outras identidades culturais presentes nessa fronteira. Observemos, não obstante, que de acordo com Frighetto (2012, p. 142), os godos já buscavam reproduzir elementos das culturas das elites romanas desde que chegaram na Gália, sem, contudo, deixarem de utilizar seus signos germânicos. Essas elucubrações permitem que nos debruçemos sobre o que temos em Teodorico II, que vem a ser o mesmo fenômeno que François Hartog (2004) chama de *homem-fronteira*, isto é, a pessoa que lida com o limite entre duas culturas, e que pode, em nosso entendimento, não somente utilizar meios de enfatizar as diferenças entre elas como também, o que parecer ser o presente caso, assumir elementos de ambas as culturas com as quais está em contato, afim de que possa beneficiar-se do pertencimento a mais de um grupo identitário. O nosso autor, dentro desse quadro, aproveitou-se do fato de Teodorico II ser esse homem-fronteira que é godo e latino ao mesmo tempo para criar um discurso retórico no qual a identidade gótica aparece como uma extensão da latina e não como uma alteridade da última.

Dando sequência às nossas análises, vejamos o que a *Epístola 3.4* de Sidônio Apolinário pode dizer-nos a respeito dos mecanismos de resistência do nosso autor à anexação de suas terras pelo Reino Gótico de Tolosa:

Gozolas, judeu em nação, cliente de tua excelência (*culminis*), cujo para mim também seria (*esset*) uma pessoa cordial, se eu não estivesse (*esset*) desprezando sua seita, carrega a minha carta, que eu escrevi grandiosamente ansioso. Pois os exércitos de uma gente circunferente terrificam-nos (*nobis terrificant*) quase do lado oposto dos limites protetores de nosso ópido. Assim estamos posicionados no meio de povos rivais como lacrimável presa, suspeitos dos burgúndios, próximos dos godos, não carecemos nem da ira dos impugnantes, nem da inveja dos defensores. Mas, aliás, depois falamos sobre isso. Entrementes, somos retos, se vós possuídes bem, é benévolo. Nem pois somos permitidos às aberturas no peito, se nós tecêssemos desse modo, estaríamos sujeitos a sanções penais devido a um crime oculto; desejamos bem em qualquer lugar, em idades não prósperas. Pois é certo, não é menos cativo, do que um refém é vitorioso, quem não preserva bons votos em tempos maus. Adeus (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 3.4*, tradução nossa).

A referência que, na passagem acima, Sidônio faz ao terror causado em seu ópido pela gente que o circunda deve-se ao fato de que ele quer que essa gente seja vista como estando separada das gentes de seu ópido por uma fronteira identitária. Ou seja, ele cita a ideia de terror (*terrificant*) para afirmar essa separação. O terror está tanto no fato por si só de que a gente circunferente está aterrorizando o ópido quanto no fato que tal gente é terrível por natureza. Em outras palavras, o terror dos godos, próximos de Augustenêmeto, dá-se por uma via de mão dupla: eles aterrorizam porque perturbam a paz dos moradores de Augustenêmeto, ou seja, porque estão no lugar errado, o que faz deles uma alteridade; por outro lado, a própria existência dos godos já é, na lógica do discurso epistolar, aterrorizante por natureza, isto é dizer, distante e não identificadora dos arverneses.

As muralhas do ópido, mostradas como o único obstáculo que ainda separa a gente circundante dos moradores de Augustenêmeto, também ocupam o papel retórico de mostrar que os habitantes do ópido não fazem parte da mesma identidade cultural da gente terrificante. Ademais, no discurso sidoniano, ele se apega a essas muralhas protetoras, fazendo delas fronteiras frágeis que ainda resistem: o nosso autor transforma fronteiras territoriais em fronteiras identitárias para criar um engenho literário no qual o seu ópido é posto como oprimido e necessitado de socorro. Isso é dizer que o emissário do discurso elabora cuidadosamente uma retórica coagente, implorando, indiretamente, para que essas fronteiras sejam alargadas, de modo que o terror gótico não destrua Augustenêmeto, que está posto no texto como lacrimável presa, ou seja, numa posição de vulnerabilidade, como se a barbárie terrificante estivesse prestes a destruir a civilização lacrimante.

A identidade aqui representada, ainda que político-cultural, é, também, apenas cultural, pois Sidônio Apolinário refere-se aos habitantes internos das muralhas do ópido, e não a uma nobreza latifundiária que controla uma determinada região: concebemos que

uma identidade local, que compreende os pobres, não seja política. Isso é o mesmo que dizer que a identidade cultural dos habitantes de Augustenêmeto era histórica, não tendo sua existência limitada às páginas da literatura sidoniana ou a um caráter meramente discursivo como as identidades político-culturais das elites latifundiárias contempladas pelo nosso estudo. Como podemos ver, entretanto, o emissário do discurso apropriou-se até mesmo de uma identidade cultural local para atingir seus objetivos políticos, dando, agora sim, um caráter retórico para o que identificava os moradores de Augustenêmeto.

Ademais, na *Epístola 3.4*, a retórica exerce a função de demonstrar a situação política na qual o ópido governado por Sidônio encontra-se: incerta, mergulhada na iminente possibilidade de um saque gótico e tendo de contar com a proteção dos burgúndios, que o lançam inveja e suspeita. Essa inveja e essa suspeita, uma repressão moral aos burgúndios, vem para demonstrar o quão indigna de confiança por parte de Sidônio Apolinário é a defesa que eles prestam a Augustenêmeto. O autor gostaria que esse povo germânico estivesse aliado a ele numa obstinação tão forte a ponto de não permitir que o saque do ópido por parte dos godos ocorresse. São, desse modo, os burgúndios que Sidônio Apolinário quer coagir com a escrita da *Epístola 3.4*. Por isso os ofende, chamando-os de invejosos e suspeitadores.

Não obstante, deduzimos que os burgúndios, por sua vez, só não anexaram, eles próprios, Augustenêmeto a seus domínios, justamente, por falta de potencialidade militar: a mesma potencialidade que eles não tinham para enfrentar os godos, o que fazia da proteção por eles prestada, incerta. Por sua vez, os godos, na realidade, aparecem como o fator incômodo, aterrorizante, não porque sejam germânicos, de origem estrangeira, mas porque estão prestes a empreender um saque.

O trato com os burgúndios também nos permite observar a insubmissão de nosso autor à República Romana, pois ele se aliou com outro Estado a fim de garantir a proteção da territorialidade por ele governada.

Adiante, os burgúndios continuam como protagonistas de nosso estudo. O destinatário do poema que analisamos a seguir chamou-se Catulino. Vemo-lo ser mencionado na *Epístola 1.11.3* de Sidônio Apolinário, sem que ele seja conhecido em outra fonte (ANDERSON, 1963, p. 212). A respeito do poema em si, que vem a ser o *Carmen 12* de Sidônio Apolinário, pesquisadores divergem quanto à datação e quanto à localidade na qual ele fora escrito.

Anderson (1963, p. 213) levanta a hipótese de que o grupo de burgúndios ao qual o nosso autor faz referência no poema trate-se de membros de um dos contingentes

militares que acompanhavam o imperador Majoriano, que estaria assentado em Arelate nesse período. Segundo tal pesquisador, Sidônio Apolinário teria a função de alimentar o grupo de burgúndios tratado no poema. De fato, o poema foi escrito num período em que Sidônio Apolinário ocupava cargos oficiais na corte de Majoriano, pois apesar das divergências, a maioria dos autores localiza a data de composição da obra em um ano indefinido entre 457 e 461.

Anderson (1963, p. 213) também levanta a hipótese de que o poema tenha sido escrito em Lugduno, na época da associação dos galo-romanos com os burgúndios em favor de Marcelino. De fato, na segunda estrofe do poema, Sidônio Apolinário refere-se aos burgúndios como patronos (*patronos*), fazendo-nos suspeitar que ele estava falando de uma experiência que tivera com os burgúndios quando esse povo germânico estava servindo como protetor militar dos lugdunenses, aliança que, por alguma razão política, causava-o o desgosto retórico que ele demonstra no poema. Se assim for, ainda que não tenha sido especificamente em Lugduno, o poema foi escrito em alguma localidade entre tal cidade, com a qual os burgúndios estiveram sempre em contato político desde que estiveram assentados no oriente gaulês, e a Sapáudia, o território, de fato, governado pelo burgúndios.

Não descartamos a hipótese, todavia, que os burgúndios sejam chamados de patronos pelo fato de serem confederados dos itálicos, sem que isso se deva a alguma aliança política mais específica entre eles e algum grupo galo-romano.

O poema inicia da seguinte forma:

Porque tu me pedes, supondo que eu consiga, compor um poema para Vênus?
 A amante dos cantos fesceninos
 Estando eu entre hordas cabeludas
 E suportando palavras germânicas,
 Louvando, frequentemente com a face irônica
 Os cantos do guloso burgúndio,
 Que infunde manteiga azeda em seus cabelos?
 Tu queres que eu te diga o que é que impede o poema? (SIDÔNIO
 APOLINÁRIO, *Carm.* 12.1-9, tradução nossa).

Na passagem acima, como podemos ver, Sidônio Apolinário afirma que não conseguirá escrever um poema em honra a Vênus porque a coexistência com “o burgúndio”, à qual ele está submetido, corta a sua inspiração. Ainda que, de fato, a presença burgúndia incomodasse a pessoa de nosso autor, parece-nos estranho que ele represente esse povo germânico de forma tão negativa estando em aliança política com a mesmo. Isso nos faz levantar a hipótese de que, ainda que não saibamos o que ou para quem, esse poema queira dizer algo a alguém que é rival político dos burgúndios e de cujo apoio, Sidônio

necessita, pois não nos parece lógico, conhecendo a literatura de nosso autor como a conhecemos, que ele se autorrepresente em sofrimento emocional por nenhuma razão política além daquela mesma que o faz querer distender a fronteira que demarca o fim da identidade político-cultural galo-romana e o começo da identidade político-cultural burgúndia.

Quanto ao poema em si, Sidônio evoca a divindade venusiana e associa-a com Fescência, uma cidade itálica, o que nos mostra que, ao dizer que ele gostaria de escrever um poema para tal deusa, ele está demonstrando sua vinculação com a cultura latina. Em seguida, quando fala que a presença burgúndia o impede de se dedicar ao poema em honra de Vênus, ele está demonstrando a amplitude da fronteira cultural que separa os burgúndios dos latinos. A ideia de que a composição do poema está sendo impedida pela presença dos burgúndios afirma que eles estão distantes, existencialmente, da deusa, o que pode ser interpretado como uma afirmação da distância identitária entre eles e o próprio Sidônio Apolinário. Para tornar ainda mais enfática a sua distância identitária para com os burgúndios, o nosso autor evoca determinados elementos culturais que reforçam o *ethos* germânicos dos soldados que ele está representando como seus convivas: longos cabelos hidratados com manteiga azeda e idioma germânico.

É claro que o nosso autor saberia ignorar esses elementos facilmente caso precisasse compor uma obra literária que aproximasse culturalmente os burgúndios dele. Mais do que isso, ele saberia demonstrar elementos culturais que aproximassem os burgúndios da cultura latina, que os mostrasse como civilizados. Talvez os cabelos dos burgúndios e a forma deles hidratá-los, bem como o idioma falado por eles, não os fizesse bárbaros, mesmo que o nosso autor não escondesse esses elementos culturais, dando-lhes uma aura positiva, em sua literatura. Aqui, contudo, Sidônio Apolinário fala que os burgúndios são gulosos, apontando, neles, comportamentos que os afastam da *humanitas* e aproxima-os da *feritas*, o que faz com que os elementos culturais destacados por nosso autor, de natureza idiomática e capilar, enfatizem a barbárie burgúndia.

Sidônio fala que aplaude os cantos burgúndios com a face irônica. Essa informação, por si só, é uma metonímia que mostra que o autor, por não se sentir familiarizado com a música burgúndia, não pertence àquela identidade político-cultural. Se considerarmos as informações que Mathisen (1993, p. 105-118) e van Waarden (2009, p. 21) dão-nos a respeito da utilização da literatura como elemento definidor da identidade político-cultural galo-romana, então Sidônio Apolinário, quando ironiza as canções burgúndias, manifesta, justamente, a sua convicção, talvez retórica, na superioridade latina.

O poema continua da seguinte forma:

Afastada para longe por plectros bárbaros
 Tália despreza o estilo de seis pés
 Quando vê que esses patronos medem sete.
 Felizes dos teus olhos e dos teus ouvidos
 Feliz do teu nariz, alguém também pode dizer
 Que não sentem fedor de alho e de cebola podre
 Desde de manhã cedo até às dez horas
 Que não é assaltado, como se o velho pai do teu pai
 Fosse o homem da tua ama
 Por uma tão grande multidão de tantos gigantes
 Que só a cozinha de Alcínoo consegue suportar (SIDÔNIO APOLINÁRIO,
Carm. 12.10-20, tradução nossa).

Podemos observar que, nessa segunda estrofe, o autor segue o mesmo modelo retórico da primeira. Dessa vez, Tália, a musa da comédia, desempenha o papel que Vênus desempenhara na estrofe anterior. Ela desiste de seu instrumento vocal de seis pés quando vê que os burgúndios medem sete pés de altura. Não fica claro o que faz Tália rejeitar o instrumento, se é uma vergonha que ela sente porque os burgúndios são tão maiores do que o seu instrumento, ou se é ela se sente agredida pela enormidade grosseira daqueles homens a tal ponto que desiste de praticar suas atividades vocais ligadas à comédia. O que fica claro é que a Tália sidoniana também, enquanto representação de uma divindade grega, representa a cultura clássica entre os burgúndios, personificada por Sidônio Apolinário. Ao passo que Tália se afasta dos burgúndios por questões de medidas de pés, o autor afasta-se deles por meio de uma fronteira político-identitária. Ele ilustra isso ao expressar inveja com relação a Catulino, que não sente fedor de alho e de cebola podre e que não sofre pela presença incômoda de uma excessiva quantidade de homens demasiadamente grandes. Sidônio faz do aspecto físico e do número de burgúndios que se reúnem na cozinha, elementos que atraem os soldados para o outro lado da fronteira identitária que o define enquanto galo-romano civilizado.

Tendo em vista todos os aspectos observados na documentação aqui trazida a respeito das atuações políticas dos povos germânicos na Gália de Sidônio Apolinário, podemos dizer, como uma conclusão englobante de todas as nossas constatações, que esses povos atuaram como se as terras romanas fossem uma extensão de suas territorialidades originais, que ficavam além das fronteiras setentrionais do Império. Em outras palavras, estamos afirmando que as tribos confederadas advindas da Germânia pensavam em adquirir riquezas no espaço estatal governado por Roma, e para isso, inseriram-se na ordem romana,

constituindo sistemas sólidos de lideranças, monarquias e reinos para bom sucesso de seus objetivos.

Sidônio Apolinário, por sua vez, atuava de forma a dialogar com todos os poderes políticos atuantes em volta dele com o objetivo de assegurar seu o próprio, baseado tanto nos cargos oficiais que poderia ocupar quanto em suas terras latifundiárias e nos clientes que as habitavam. A cultura latina serviu como estratagem de conspiração para o nosso autor, que a utilizou de modo a elaborar trabalhos literários cuja retórica enfatizava a superioridade da civilização, e isso mesmo que aceitasse os germânicos que contribuíam com os interesses do nosso autor.

Na sequência, veremos como o cenário político gaulês da época de Sidônio Apolinário contribuiu para a constituição de uma identidade político-cultural galo-romana que se utilizava, paradoxalmente, da cultura latina para afirmar suas principais premissas.

3.2 SIDÔNIO APOLINÁRIO E AS ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO DE PODER DOS NOBRES GALO-ROMANOS

Nesta parte de nosso trabalho, analisaremos as fronteiras histórico-sociais da Gália da época de Sidônio Apolinário a partir de observações das relações entre esse autor e outros membros da nobreza galo-romana. Isto é, analisaremos aspectos histórico-sociais fronteiriços da Gália sidoniana que envolveram aproximações e/ou afastamentos entre uns e outros membros da própria nobreza galo-romana. Lembremos que aqui, também, não há como desvincular essa análise daquela que diz respeito às fronteiras que separavam/aproximavam as elites itálica e germânica da galo-romana

Iniciaremos com a análise pela *Epístola 1.7* de Sidônio Apolinário, que vem a ser uma narrativa do julgamento do nobre galo-romano Arvando pelo Senado romano, e que é bastante eficiente no que diz respeito à possibilidade de mostrar-nos a natureza do espaço histórico-social fronteiriço que envolvia os galo-romanos na época em que foi escrita. Atentar-nos-emos em quem realmente são os indivíduos cujos interesses Sidônio Apolinário defende com seus engenhos retóricos, observando como ele utiliza a identidade galo-romana e a identidade latina para isso.

Segundo Jill Harries (1992, p. 310), além de em Sidônio Apolinário na epístola aqui tratada, Arvando também aparece, ainda que brevemente, em outras fontes tardo-antigas, desde que se considere que os nomes parecidos “*Arvandus*” que são citados nessas outras fontes referem-se à mesma pessoa. Trata-se do *Arabundus* da *Chronica* de

Cassiodoro e do *Servandus* da *História Romana* de Paulo, o Diácono. De acordo com Cassiodoro (*Chron.* 1287, apud HARRIES, 1992, p. 310), Arvando fora exilado por ordens do imperador Antêmio. Paulo, o Diácono (*História Romana*, 15.2, apud HARRIES, 1992, p. 310), fornece uma informação quase idêntica.

O primeiro trecho da epístola conta:

Angustia-me o caso de Arvando, eu não dissimulo a minha angústia. De fato, aqui, também, a glória aumenta os laudos do imperador, visto que ele permite amar abertamente condenados na capital. Eu fui um amigo para o homem, superiormente ao que a inconstância e a vulgaridade dos modos dele permitem. Isso é testemunhado pelo fato de que, há pouco, o relato dele desfavoreceu-me, e eu fui queimado, incauto, em flamas (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola* 1.7.1, tradução nossa).

Como podemos ver, Sidônio Apolinário inicia a epístola declarando a sua angústia (*angst*) diante da situação na qual Arvando encontra-se. A ênfase que o nosso autor dá nessa sua angústia, na mesma frase, dizendo que não a disfarça, mostra que essa declaração, se não perigosa, é, ao menos, digna de cuidado, pois afirmar que não dissimulará a angústia é, para o emissário do discurso, uma forma de demonstrar que ele não desconhece que está entrando em um assunto que pode, de algum modo, despertar olhares desconfiados para a pessoa dele, mas que, ainda assim, assumirá o risco que corre. Esse reconhecimento do desconforto que pode ser causado pela declaração política de seu sentimento de angústia pode ser, na lógica retórica, uma forma de pedido de desculpas político por defender Arvando, conforme nossa leitura.

A importância legada à literatura pela cultura latina fica evidente quando, na frase seguinte, Sidônio Apolinário abrande, com um elogio ao imperador, o fato de estar iniciando a escrita de uma epístola cujo objetivo é defender um inimigo da ordem imperial romana. O nosso autor engrandece Antêmio, o *princeps* romano-ocidental no tempo da escrita da epístola, por esse não se incomodar com que um condenado (*damnatos*) seja amado na capital (*capite*). Sidônio Apolinário não seria julgado como Arvando, mas devia uma explicação à nobreza romana por sua aliança²⁹ com o último: o nosso autor, com suas habilidades retóricas, criou um discurso epistolar no qual explica que foi cúmplice de crimes políticos por amor ao mentor desses crimes, e não por rebeldia à ordem romano-imperial, reverenciada quando ele afirma a necessidade de permissão do imperador para amar o condenado na capital.

²⁹ A sequência da *Epístola* 1.7 mostra-nos que Sidônio Apolinário era cúmplice dos crimes políticos de Arvando.

Nessa última frase analisada, também podemos observar a tentativa de nosso autor de passar naturalidade quando ele fala sobre o que ocorria na capital do Império. Conforme Harries (1992, p. 316) e Kindler (2005, p. 25), nesta época de sua vida, Sidônio Apolinário ocupava o cargo de prefeito de Roma (*praefectus urbanus*), ou seja, era um nobre galo-romano que havia conseguido ocupar um cargo oficial itálico. Mathisen (1993, p. 50-57) diz-nos que esse tipo de carreira política era a grande ambição dos membros da nobreza galo-romana desde o século III EC. Fora, portanto, devido a essa posição que Sidônio Apolinário se viu pressionado a engendrar uma epístola da natureza dessa que estamos tratando aqui, com um latim rebuscadíssimo e com uma retórica apuradíssima, que teria de ser capaz de justificar a seus leitores o fato de ele ter sido poupado pela justiça republicana. Tal justificativa, dentro das convenções culturais latinas, era possível, mesmo que já não houvesse mais dúvidas que Sidônio Apolinário estivera envolvido com Arvando nos crimes políticos praticados pelo último. Uma espécie de sentimento de culpa por esse envolvimento é mostrada no final da *Epístola 1.7.1*, quando Sidônio escreve que o depoimento de Arvando queimara-o em flamas. O nosso autor teve de saber escrever de modo que, ao mesmo tempo, não negasse a realidade já comprovada de sua cumplicidade com Arvando e nem deixasse de conseguir defender os seus interesses ligados à sua carreira política itálica, baseada no poder de nobres daquela península.

Na frase seguinte, Sidônio Apolinário afirma que o nível de amizade dele com Arvando ia além do que correspondia às possibilidades de se amar alguém com a personalidade do último, marcada por inconstância (*varietasque*) e por vulgaridade (*facilitas*). Parece-nos que, com essa afirmação, o nosso autor está, novamente, desculpando-se por sua amizade com Arvando, como se o reconhecimento do descabimento dessa amizade pudesse desvincular a pessoa dele das “más” resoluções políticas de Arvando.

Sidônio termina a primeira passagem da *Epístola 1.7* culpando as características imorais da personalidade de Arvando pelos prejuízos que sofrera devido ao testemunho do último. Ou seja, a culpa de Sidônio Apolinário foi descoberta quando Arvando foi julgado, porque o testemunho do réu, de algum modo, mostrou que o nosso autor, de alguma sorte, era cúmplice em suas conspirações políticas. A última frase da *Epístola 1.7.1* vem, desse modo, para mostrar a decepção de Sidônio Apolinário com Arvando por conta da vinda à tona de sua culpa política no processo de julgamento do réu. A imoralidade de Arvando é trazida para a luz pela afirmação de seu comportamento inconstante e vulgar, que o torna insubmisso à ordem imperial romana, à qual Sidônio Apolinário reverencia ao elogiar o

imperador e afirmar sua obediência a este citando a necessidade de permissão dele para que Arvando fosse amado. Como podemos observar aqui, a demonstração retórica sidoniana do reconhecimento da imoralidade de Arvando no momento em que seu testemunho prejudicou o nosso autor poderia servir como estratégia de defesa política.

Em toda a *Epístola 1.7.1*, vemos o autor, ao não conseguir renegar sua relação com Arvando nas conspirações que fizeram do último réu, insistir na imoralidade de seu *amicus* como forma de afirmar sua submissão aos interesses de Roma justamente por reconhecer tal imoralidade. É um discurso montado sobre a ideia de que, a despeito de haver uma inevitável relação político-identitária entre Sidônio Apolinário e Arvando, o primeiro não compartilha da insubmissão que o último demonstra para com o governo republicano.

A sequência diz:

Mas insistir nessa amizade era um dever que eu tinha para comigo mesmo. Por sua vez, em sua natureza, não havia o cuidado de perseverar; eu queixo-me dele sinceramente; não agressivamente; porque desprezando o conselho dos amigos fieis, ele foi, de todo, o joguete da fortuna. Em seguida, eu não estou tão surpreso que ele tenha caído finalmente tanto quanto que ele tenha se mantido tão demoradamente. Oh, quantas vezes ele ficava glorificando a si próprio por ter suportado adversidades. Enquanto nós, com um sentimento mais profundo por ele, lamentamos que sua temeridade devesse, algum dia, romper-se, considerando que um homem não é afortunado se ele é julgado ser assim somente frequentemente, não sempre! (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.2*, tradução nossa).

Se voltarmos nosso olhar para a primeira frase da *Epístola 1.7.2*, “mas insistir nessa amizade era um dever que eu tinha para comigo mesmo”, veremos com clareza o nível de complexidade da identidade político-cultural galo-romana tardo-antiga que o nosso autor demonstra retoricamente. Sidônio Apolinário, após ter demonstrado, na passagem anterior, a distância cultural entre o comportamento imoral de Arvando e o dele, agora é obrigado a afirmar que a *amicita* dele para com Arvando é uma obrigação. O nosso autor está mostrando a rigidez dos laços político-identitários que unem os galo-romanos, e isso porque ele demonstra que mesmo que ambos estejam em posições opostas com relação à obediência às leis republicanas, estão unidos por pertencerem, em termos de natalidade, à mesma territorialidade. Mas afirmamos que essa identidade cultural é uma construção retórica, porque não fora por amor a Arvando que Sidônio não renegara a amizade entre ambos, e sim porque já não haver mais como fazê-lo, uma vez que foi descoberta a cumplicidade criminosa entre os dois. Sidônio precisava, então, justificar sua atitude

subversiva de uma forma retórica que mostrasse que ele não tinha outra saída, pois seu amor por Arvando obrigara-o a tomar atitudes que ele não queria.

Na segunda frase, percebemos a construção de um enredo no qual Sidônio Apolinário aparece como vítima de uma situação da qual Arvando é o algoz. Nela, nosso autor demonstra que cometera atitudes que precisam ser justificadas de algum modo, ainda que ele não disserte claramente sobre o seu arrependimento ou peça desculpas pelo que fez. Na lógica literária diante da qual aqui nos deparamos, o autor é levado a uma situação inconveniente por amor a alguém que não merece esse sentimento: Arvando, cujo caráter carece de perseverança, o que o fez desprezar os conselhos de seus amigos e servir como joguete para que a deusa Fortuna provocasse a desgraça de todos que se reuniam ao redor dele.

Na *Epístola 1.7.2*, Sidônio Apolinário continua utilizando-se das possibilidades de representação da identidade político-cultural galo-romana para justificar sua associação com Arvando, ao passo que continua demonstrando o quanto a imoralidade do último afasta-o da submissão que se espera de um nobre galo-romano à ordem imperial. É preciso notar, contudo, o fato de que Sidônio Apolinário não chama Arvando de bárbaro. Um observador atento poderia suspeitar que isso se deve a que Sidônio Apolinário não poderia dizer que ama um bárbaro, ou que havia se associado aos interesses de um. E, de fato, o nosso autor não poderia dizer que Arvando é o *outro* em relação à cultura latina, do contrário, ele, o emissário do discurso, por estar em associação política com esse “outro”, seria visto como bárbaro, também. Nossas deduções confirmam-se pelo fato de que Sidônio Apolinário diz que Arvando se glorificava por suportar adversidades enquanto os amigos do último sabiam que ele era temerário. Isso mostra que o Arvando de Sidônio Apolinário era mais estúpido do que mau, pecando mais por falta de perseverança do que por convicção. Acreditamos que essa seja uma forma de dizer que falta clareza de consciência em Arvando, isto é, que seus erros se deviam à uma consciência insana e não à *feritas*.

A sequência diz:

Mas tu me imploras que eu conte a história da sua condenação. Eu te exporei a coisa brevemente, enquanto pago toda a reverência que é devida mesmo para um amigo quedado. Ele governou seu primeiro termo como prefeito com grande popularidade, seu segundo com a maior depredação. Além disso, ele foi oprimido pelo fardo do débito e, temendo seus credores, sentiu ciúmes daqueles nobres que eram seus prováveis sucessores. Ele ridicularizou todos os que conversaram com ele. Professou admiração nas suas sugestões e ignorou seus serviços; dos poucos que o abordaram, ele nutriu suspeita, dos muitos, desdém; até que, por fim, ele foi cercado por uma parede de antipatia geral, e foi carregado por guardas antes que ele fosse deposto de seu cargo. Ele foi arrastado e trazido em prisão

para Roma, exultando-se então por ter, lá, velejado safadamente a passagem da tempestuosa costa da Toscana, pensando que os elementos estavam, de algum modo, submissos a ele, reconhecendo a clareza de sua consciência (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.3*, tradução nossa).

Essa é a primeira vez, na epístola, que Sidônio Apolinário faz uma referência direta ao destinatário dela, Vincêncio, sobre quem não temos qualquer informação. A *Epístola 1.7.3*, contudo, mostra-nos que se tratava, provavelmente, de alguém que não teve uma participação ativa no processo de condenação de Arvando: alguém para quem fizesse sentido Sidônio Apolinário narrar o processo de condenação do começo ao fim. Lembremos, contudo, que a epístola era uma investida política mais do que uma informação a um *amicus*.

Como promete, o nosso autor conta brevemente a Vincêncio a história da condenação de Arvando, falando do processo do endividamento do último na ocasião de seu segundo mandato como prefeito do Pretório das Gálias. O nosso autor, ao início da passagem, justifica essa brevidade narrativa a partir do respeito que tinha por seu amigo condenado. No entanto, suspeitamos que se trate de uma estratégia retórica que o permitiu não dar detalhes a respeito de acontecimentos que pudessem dificultar ainda mais a situação das partes envolvidas no processo: Arvando e ele próprio.

Talvez a afirmação de Sidônio Apolinário a respeito de que Arvando foi oprimido pelo fardo de dívidas, temendo seus credores e, em consequência de sua situação de fracasso, invejando seus prováveis sucessores, seja uma frase montada de forma cuidadosa para que, ao mesmo tempo em que calunia Arvando por ele ser inimigo da ordem imperial, também o vitime ao afirmar sua infelicidade governamental. Podemos dizer isso a respeito da oração que mostra Arvando como um devedor porque ele tem, nesse caso, a culpa por ser um mal administrador financeiro, sendo, concomitantemente, infeliz e, justamente por isso, digno de piedade. Nossa constatação também é evidenciada quando Arvando aparece como aquele que inveja sucessores, o que é imoral, mas traz nas entrelinhas a ideia de que aquele que inveja é, também, um perseguido.

Quando Sidônio Apolinário fala da forma como Arvando agiu perante o conselho daqueles que o queriam ajudar, reagindo com suspeita, desdém ou admiração, ele está a demonstrar que Arvando estava sofrendo de insanidade de consciência. O autor reafirma isso ao ridicularizar o último homem citado dizendo que ele acreditou que houvera conseguido transpassar ileso a costa tempestuosa da Toscana porque acreditava que os elementos da natureza estivessem reconhecendo sua clareza de consciência. A frase

anterior, que traz fato de que Arvando houvera desprezado os conselhos de amigos fieis, revela que essa última frase é uma ironia, ou seja, Arvando está raciocinando de maneira insana. Um homem que sofria de falta de clareza de consciência, com certeza, seria, ou deveria ser, julgado com menos rigidez do que um ente cuja consciência estivesse sã.

A sequência diz:

Ele foi mantido sob guarda no Capitólio por seu amigo Flávio Asele, conde dos Tesouros Sagrados³⁰ (*comes sacrarum largitionum*), que respeitou o persistente aroma da dignidade de prefeito que tinha sido justamente arrancada dele. Enquanto isso, os delegados da província da Gália, Tonânncio Ferréolo, da ordem dos prefeitos, neto do cônsul Afrânio Siágrio através de sua filha, e Taumasto e Petrônio, homens possuídos de madura experiência, consumados de habilidade oratória e intitulados para a ordem entre os chefes gloriosos de nossa terra natal, seguiam em sua esteira, carregando as resoluções oficiais, apontados para acusá-lo ao lado da província (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.4*, tradução nossa).

Sidônio Apolinário começa a *Epístola 1.7.4* evocando a personagem de Flávio Asele, conde dos Tesouros Sagrados. Era um cargo oficial cujo ocupante, administrador dos Tesouros Sagrados do Império Romano do Ocidente, ficava em Roma. Como podemos ver, o nosso autor está exaltando o itálico por seus bons modos, observáveis pelo fato de que Asele não destragara Arvando ao não o negar a dignidade de prefeito do Pretório, o cargo do qual o último fora imediatamente deposto em decorrência de sua prisão política. Exaltar Flávio Asele ante Arvando é uma forma de demonstrar a inferioridade da Gália em relação à Itália e, conseqüentemente, o reconhecimento da submissão devida. Mas mostrar a sensatez de Flávio Asele com Arvando é também uma forma de impelir o primeiro a agir dessa forma com o último. Talvez o objetivo do nosso autor ao criar tal cena retórica seja o de impelir o imperador, ou os juízes da República, a serem benévolos para com Arvando, uma vez que, na literatura, são eles que estão metaforizados no personagem de Asele.

É ligeiramente significativa, no espaço da dimensão retórica sidoniana, a representação da chegada em Roma dos três nobres galo-romanos delegados para acusarem Arvando nessa cidade a mando do governo republicano. Sidônio exalta a nobreza dos três homens, glorificando Tonânncio Ferréolo por sua descendência e Petrônio e de Taumasto por suas habilidades oratórias e pelos cargos oficiais por eles ocupados. Esses são justamente os três elementos apontados por Mathisen (1993, p. 9-16) como sendo alguns dos principais definidores da nobreza na Gália do século V EC. Evocá-los ante itálicos é uma forma de demonstrar a união entre a nobreza do Império Romano. Apontar que esses

³⁰ Alto cargo oficial financeiro do Império Romano tardo-antigo.

três homens traziam suas resoluções oficiais e estavam prontos para acusar Arvando é uma forma de dizer que a Gália, enquanto região onde se concentram diversas províncias romanas, não merece, de nenhum modo, ser castigada por causa das atitudes do prefeito do Pretório, que será julgado de acordo com a Lei justamente por seus conterrâneos.

A sequência diz:

Entre as várias requisições que os provinciais os mandaram apreender, estava uma carta interceptada que o secretário de Arvando confirmou que fora seu mestre que ditara. Parecia ser uma mensagem endereçada para o rei dos godos, dissuadindo-o da paz com o imperador grego, demonstrando que os bretões estabelecidos ao Norte do Líger deveriam ser impugnados e confirmando que as gentes gaulesas deveriam ser divididas com os burgúndios, um acordo do tipo mais insano, inferindo a ira de um rei feroz e a vergonha de um pacífico. Os juristas interpretaram que a epístola era um ardente crime (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.5*, tradução nossa).

Na passagem acima não aparece nenhuma informação a respeito de qualquer participação militar ativa de Arvando com relação ao que ele pretendia que o rei gótico e que o rei burgúndio fizessem. Não sabemos quais as possibilidades de um homem como Arvando, que ocupava o cargo de prefeito do Pretório, desempenhando as funções de juiz de última instância, e estando desvinculado do imperador e sem atribuições militares, tinha de assumir um papel militar ativo nas atividades que ele pretendia que fossem levadas a cabo por Eurico e pelo rei Gundíoco. Todavia, os estudos de Marcus Baccega (2011, p. 109) a respeito do rei bretão Riotamo na obra do clérigo medieval galês Godofredo de Monmouth supõem que Riotamo teria feito uma aliança bélica com o imperador romano-oriental Leão I (457-474) a fim de destruir o Reino Gótico de Tolosa. Desconhecemos o porquê do imperador Leão I ter interesses específicos no Reino Gótico de Tolosa, mas acreditamos que, se ele não pretendia, com isso, iniciar um processo de reconquista de todo o Império Romano, pretendia neutralizar o perigo iminente de um Estado que se expandia territorialmente e que, futuramente, poderia vir a ameaçar, inclusive, o Império Romano do Oriente. Teria sido o imperador Leão I, então, que teria conspirado para pôr Antêmio no trono romano-ocidental, justamente para que o último homem citado favorecesse os interesses dele e de Riotamo na Gália.

Na obra de Godofredo de Monmouth consta que Riotamo se dirigiu para a Gália meridional com doze mil homens, travando batalhas contra os saxões no vale do Loire e ocupando Avárico. Nessa obra, consta que quando Riotamo marchava de Avárico em direção à Burgúndia, enquanto Arvando, chamado de Morvando por Godofredo de

Monmouth, assumira um papel ativo no exército de Eurico, comandando tropas juntamente com o rei gótico, o que o permitiu impor uma derrota definitiva em Riotamo.

Todos os grupos político-identitários que aparecem na carta que Arvando enviara a Eurico são compostos por elites guerreiras que objetivavam obter riquezas territoriais no Império Romano, sem, necessariamente, pensarem em abalar a ordem romana.

Ademais, Antêmio, o imperador de origem grega que se associara com os bretões, Arvando, o traidor galo-romano aliado dos godos de Tolosa, Eurico o rei gótico de Tolosa que se associara com um nobre latino, Gundíoco, o rei da Burgúndia, que hesitava em avançar em direção às terras gaulesas as quais ele não tinha o direito legal de controlar, Riotamo, o rei “celta” dos bretões, que nunca se submeteram ao governo romano, mas que hora aliavam-se com o imperador romano-ocidental, e Sidônio Apolinário, o prefeito urbano “traíçoeiro” que se justifica por meio de uma epístola, são todos aristocratas que perseguem interesses políticos em um contexto de crise histórico-social, mas nenhum, exatamente, tenta destruir ou preservar o Império Romano e, na verdade, nem considera ou teme que o mundo no qual vive possa estar desfazendo-se: seus objetivos e os objetivos das identidades político-culturais das quais participam são, ao que tudo indica, o poder e, sobretudo, territórios.

Essa análise permite-nos concluir que as transformações das fronteiras político-territoriais galo-italicas no século V EC foram um processo lento, gradual, e não necessariamente premeditado.

A sequência traz:

Esse trato não escapou de mim e de Auxânio, prestativíssimo homem, e nós pensamos que seria pérfido, bárbaro e ignavo negar nossas relações de *amicitia* com Arvando nesse tempo adverso. Assim, nós prontamente relatamos ao desafortunado homem, que não tinha medo de qualquer coisa do tipo, todas as maquinações que seus ansiosos e ardentes inimigos estavam, mais astuciosamente, planejando manter em segredo até o dia do julgamento, pois eles sabiam, claro, que seu adversário era incauto, que ele tinha repudiado os conselhos de seus amigos e era imprudentemente confiante em seus próprios poderes, e então eles esperavam envolvê-lo numa confissão através de alguma resposta precipitada. Nós contamos-lo, assim sendo, o que nós e seus amigos secretos pensamos ser o caminho seguro: nós sugerimos-lo que ele não deveria fazer nenhuma admissão sobre os assuntos que eram uma questão trivial, mesmo se seus inimigos viessem a sugerir que eram trivialíssimos; que aquele plano seria perigosíssimo para ele, que facilmente suscitariam nele um senso destrutivo de seguridade (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.6*, tradução nossa).

Nessa parte, Sidônio confessa sua associação com Arvando. Ele insiste que fora sua *amicitia* com Arvando que o impedira de posicionar-se contra o último, chegando a

dizer que seria bárbaro agir no sentido oposto. Quando fala isso, o nosso autor está dizendo que trair um amigo é mais bárbaro do que agir contra os interesses de Roma, justificando, de uma nova forma, suas resoluções.

Na segunda frase da passagem, podemos perceber que mesmo depois que Arvando rejeitou os conselhos de seus amigos, que o diziam para desistir de seu plano de aliar-se com os reis burgúndio e gótico, Sidônio Apolinário e Auxânio não o abandonaram, mas, ao contrário, continuaram agindo como seus cúmplices, alertando-o de que seus inimigos políticos estavam planejando uma armadilha contra ele, armadilha essa que deveria mantê-lo ignorante do que estava sendo investigado até o momento em que ele fosse preso. Atentemo-nos para que Sidônio Apolinário e Auxânio insistiram para que Arvando mantivesse seu crime em segredo, ou seja, não queriam que a Lei agisse contra ele, o que era o mesmo que estar atuando contra os interesses de Roma e de Antêmio. Desse modo, o personagem que Sidônio Apolinário constrói a partir de si mesmo associa-se a um criminoso por amor. Com isso, o nosso autor representa a si mesmo como um homem incapaz de abandonar um amigo, por mais perigosa que fosse a situação na qual esse estivesse envolvido. O discurso aqui trazido mostra que o seu emissário fora poupado do julgamento porque provara que agira traiçoeiramente por fidelidade a quem amava, ou seja, porque era moralizado e civilizado.

O Arvando de Sidônio Apolinário, por sua vez, era incauto, não tendo capacidade de raciocinar bem sobre o que estava fazendo. Analisando esse engenho retórico, constatamos que, embora algumas vezes o nosso autor associe, em suas obras, a insanidade de consciência à *feritas*³¹, o seu personagem de Arvando não agiu em plenitude imoral justamente por conta de sua falta de clareza racional. Esse discurso talvez tenha salvado a vida do Arvando histórico.

A sequência diz:

Quando ele entendeu a nossa proposta, ele prorrompeu, subitamente, em convício: “Saí daqui degenerados”, disse, “indignos de vossos pais prefeitos, com vosso pânico desnecessário; deixai para mim, que sou inteligente como ninguém, cuidar dessa parte dos negócios; para Arvando sua consciência é suficiente; dificilmente eu dignar-me-ia a permitir que advogados me defendessem abaixo de exortação”. Nós partimos tristes, mas não magoados, por aquela injúria que nos deixou em luto; pelo que um médico desesperar-se-ia quando um paciente irrecuperável tivesse um ataque de furor? (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.7*, tradução nossa).

³¹ Isso pode ser observado no *Carm.* 5.50-65

A palavra furor (*furor*) aqui aparece não no sentido de vincular Arvando à *feritas*, à barbárie, mas sim, à insanidade de consciência. Justamente por não estar em plena posse de suas capacidades de raciocínio, o Arvando sidoniano é incapaz de perceber o quanto é perigosa a situação na qual está. Acreditando-se o mais inteligente de todos os seres, rejeita os conselhos dos amigos que o amam, julgando-os degenerados e indignos de suas linhagens nobres. Como um paciente em crise de furor, que não aceita o tratamento que o médico deve aplicar-lhe para que se cure, ou como um réu que não quer ser defendido por advogados, Arvando expulsa Sidônio Apolinário e Auxânio do lugar onde eles foram para alertá-lo a respeito da periculosidade dos negócios sobre os quais Arvando estava debruçando-se. O personagem no qual Sidônio Apolinário autorrepresenta-se não se magoa com o Arvando da epístola exatamente pelo fato de que não é possível guardar rancor pelo comportamento de alguém conscientemente insano, mas somente entristecer-se pelo fato.

Assim, temos:

Enquanto isso, nosso amigo réu vivamente percorre a área capitolina em vestimentas festivas; agora ele regozija-se sob as várias saudações desonestas dadas a ele, agora ele escuta, prazerosamente, o estourar das bolhas da lisonja, agora ele mete-se em artigos de seda, joias e todos os ricos invólucros dos ourives e, como se ele pretendesse fazer uma compra, perscruta-os atentamente, arrebatados, depreciando-os e atirando-os de volta, e no meio de seus negócios faz frequentes críticas às leis, aos tempos, ao Senado, e ao imperador por não o vindicar antes da investigação de seu caso (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola* 1.7.8, tradução nossa).

Objetivando ressaltar um contraste, Sidônio, enfaticamente, descreve o comportamento racionalmente insano de Arvando quando o mesmo chega em Roma: a área capitolina simboliza a ordem harmônica do Cosmos manifestada na ordem imperial romana, enquanto as vestes espalhafatosas do réu, um disparate, que se agrava à medida que ele, sem considerar a situação na qual se encontra, veste-se de seda e enfeita-se com joias, além de regozijar-se por aclamações lisonjeiras. Como se não bastasse tal contrassenso, o Arvando sidoniano critica as leis, os tempos, o Senado e o imperador. Ou seja, critica elementos importantes da ordem imperial romana. Poderíamos ver nisso um conjunto de atos bárbaros, mas Sidônio não menciona tal termo, deixando que prevaleça a imagem de Arvando como sem clareza de raciocínio.

Uns poucos dias passaram, e então todo o Senado reuniu-se (assim mais tarde compreendi; pois parti no intervalo). Nosso homem fez seu caminho para a Cúria, tendo sido antes rapidamente barbeado e raspado, enquanto seus acusadores, em meio luto e significativamente escabelados, aguardavam a operação advinda de dez juízes e, a partir de sua intencional esqualidez,

arrebatavam o réu de sua devida misericórdia (*miserationem*), valendo-se da indignação despertada pela visão das sordidezes. Convocadas e admitidas: as duas partes, como sempre, assumiram suas posições. Antes da proposição, é oferecido para os prefeitos o privilégio de sentarem-se. Arvando, com sua infeliz impudência, precipita-se a tomar um lugar quase na sobreposição de seus juízes; de um lado, Ferréolo toma seu assento modesta e quietamente na parte mais baixa dos bancos com seus colegas estando do outro lado, mostrando que ele se lembrava que era um delegado tão bem quanto um senador, pelo que ele foi, posteriormente, elogiado e honrado (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.9*, tradução nossa).

Então, finalmente, chega o dia do julgamento de Arvando. O Senado reúne-se na Cúria. A segunda frase mostra que Arvando está barbeado e com os cabelos cortados, isto é, embelezado, enquanto os delegados gauleses que deveriam acusá-lo, os já citados Tonâncio Ferréolo, Petrônio e Taumasto, estão escabelados e de luto. O visual esculachado três últimos homens citados aparece aqui para mostrar que eles estavam com plena noção da situação triste na qual Arvando não conseguia ver-se submerso. O réu em questão não percebia o que estava prestes a ocorrê-lo, e preparou-se para o evento como se esse não fosse a ocasião na qual seria julgado o seu direito de continuar vivo. Essa ininteligência de Arvando com relação à sua própria situação vital mostra que Sidônio continua enfatizando a falta de razão dele, sendo que, nessa passagem, o objetivo é contrastá-la com a sanidade do raciocínio dos outros nobres galo-romanos presentes na ocasião. O nosso autor enfatiza esse objetivo ao dizer que a visão da esqualidez dos galo-romanos foi o fator responsável por ninguém ter olhado misericordiosamente para Arvando, vestido pomposamente: porque se Arvando estivesse raciocinando bem, também estaria esqualido, para que fosse digno de piedade.

Comportamentos dessa natureza reafirmam-se no momento em que as pessoas presentes na Cúria sentaram-se para o assistir do julgamento: os três galo-romanos que foram delegados para julgar Arvando assumiram posições modestas nas partes mais baixas dos bancos, enquanto o réu sentou-se quase acima deles. Isso quer dizer que os três nobres buscavam que o governo republicano se apiedasse da Gália em si, e por isso assumiam posturas humildes que demonstravam, concomitantemente, sua idoneidade política e sua clareza de consciência perante à situação. Em contrapartida, o fato de Arvando carecer desses dois últimos fatores é, concomitantemente, uma forma de desvinculá-lo dos gauleses em geral e de insistir na afirmação de sua insanidade de consciência.

Enquanto isso, os mais altos começaram a chegar; as partes subiram em seus lugares e os delegados exibiram suas causas. Depois do mandado provincial, a epístola mencionada acima foi proferida; então, ia sendo vagarosamente lida

quando Arvando, sem esperar ser questionado, proclamou que ele havia ditado. Os delegados responderam, muito maliciosamente, de fato, que concordavam que ele havia ditado. Mas quando aquele desvairado (*furens*), não percebendo o seu erro, repetiu a confissão duas ou três vezes, os acusadores ergueram uma roda na qual os juizes ingressaram, declarando que o réu era culpado de alta traição por confissão própria. Além disso, milhares de juris formais foram proferidos e sancionados (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.10*, tradução nossa).

O julgamento procedia normalmente quando Arvando, sem perceber que estava provocando uma situação que o custaria a vida, disse que fora ele quem ditara a carta. Esse enredo também se utiliza de uma identidade político-cultural galo-romana baseada em *amicitiae*, pois os delegados, ironicamente, falaram que concordavam que Arvando ditara a carta, e isso numa intenção de ignorar a confissão que mudaria os rumos do julgamento e condenaria o réu à morte. Eles queriam fazer tudo o que pudessem para que a pena que recairia sobre Arvando fosse a mais branda possível. Mas, como podemos ver, a insanidade de consciência do galo-romano julgado atrapalhou os planos dos outros, que tiveram que dar início ao processo jurídico de decisão de qual pena recairia sobre o réu cujos crimes, ele próprio confessara. Arvando foi, logicamente, condenado à morte.

Essa passagem deixa transparecer que, na realidade, os galo-romanos fizeram o possível para salvar Arvando, que, por algum motivo, não colaborou com eles. Talvez o réu houvesse, de fato, tomado resoluções políticas que, no contexto, tornaram a sua situação difícil, mas não queria humilhar-se nem em seu julgamento final. Sidônio Apolinário, desse modo, talvez tenha transformado o orgulho político de Arvando num despautério retórico justamente para salvá-lo, mas isso sem que descordasse, na realidade, das resoluções políticas de Arvando, e limitando seu arrependimento a uma dimensão textual.

Então, tarde demais, é relatado que ele se arrependeu e lamentou-se de seu falatório, compreendendo que um réu poderia ser culpado de alta traição mesmo que não houvesse almejado a púrpura. Dos privilégios relativos à dupla qualidade da prefeitura, que ele recebera por repetidas gestões quinquenais, foi deposto, não foi adicionado, mas restituído a uma família plebeia, e foi adjudicado ao cárcere público. Uma aflição amarguíssima, segundo narrou quem viu, foi que, porque ele marchou para a presença de seus juizes elegantemente vestido e enfeitado, enquanto seus acusadores estavam em vestimentas negras, a situação miserável para a qual ele foi conduzido um pouco mais tarde, não foi digna de misericórdia. Assim ele foi arrastado para a prisão depois de sua condenação, mas quem angustiar-se-ia grandemente pelo estado de alguém que foi visto sendo carregado para as pedreiras ou para a condenação prisional pontualmente vestido e perfumado? (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.11*, tradução nossa).

Na primeira frase do trecho acima, e após todos os engenhos retóricos que, na epístola, Sidônio Apolinário elaborou para mostrar que Arvando estava sem clareza de

consciência, ele cita o arrependimento do réu, como se, no último momento possível, o gaulês pleno de furor houvesse recuperado a sua plena capacidade de raciocínio. Temos uma abertura para que, adiante, no discurso epistolar, o nosso autor possa pedir pelo perdão da personagem histórica existente por trás do antagonista que cria em sua literatura. Logicamente, para enriquecer o cenário digno de misericórdia que o nosso autor elabora do momento da sentença de Arvando, foi preciso que ele contasse da deposição do réu com relação ao cargo de prefeito do Pretório, bem como da restituição dele à família plebeia da qual se originara.

A epístola é concluída da seguinte forma:

Mas ele, de fato, depois de um adiamento da sentença por quinze dias, foi sentenciado à morte e lançado na prisão na ilha da serpente de Epidauro, onde ele foi arrancado de sua elegância a um ponto que angustia mesmo seus inimigos; tendo sido vomitado da sociedade da mesma forma que a fortuna o expeliu como se em um ataque de doença, sua sentença agora se arrasta por um período de trinta dias, como fixado por um antigo *senatus consultum* do imperador Tibério, estando durante horas com o gancho, as Escadas e o nariz de um terrível carrasco. De nossa parte, disponibilizamo-nos e, ausentes ou presentes, fazemos votos, reiterando orações e súplicas, e implorando que a piedade augusta possa, mesmo a custo da confiscação de sua propriedade ou do exílio, perdoar esse semimorto e suspender o golpe da espada que agora o ameaça. Entretanto, agora, se espera pelo pior, se sofre, ele é mais infeliz do que ninguém se, após todas as ignomínias de humilhação, teme por algo mais do que pela vida. Adeus (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.12-13*, tradução nossa).

A leitura *Epístola 1.7* permite-nos refletir a respeito do papel da retórica nas defesas de todos os envolvidos no processo criminal de Arvando.

No que diz respeito ao nosso autor, principalmente quando ele demonstra que Antêmio não o pôde impedir de amar (*amari*) Arvando, na *Epístola 1.7.1*, ele representa o fato do imperador não poder atentar contra ele por ele ter sido cúmplice em um crime contra a República Romana. Ao fim e ao cabo, acreditamos que isso se devia ao fato de que a Gália, enquanto potência bélica na época, não poderia ser desafiada pela Itália a partir do envio para julgamento de um dos mais importantes membros da nobreza daquela região que era, concomitantemente, prefeito de Roma. Talvez levar Arvando a julgamento já fosse algo suficientemente desafiador para os galo-romanos, e Antêmio não estava em posição de ignorar os perigos que poderia trazê-lo a inimizade deles.

A *Epístola 1.7*, em sua totalidade, demonstra uma crise de poder político. Já não era mais possível, para um Estado com a força que a República Romana ainda tinha, ignorar as conspirações traidoras de Arvando com o rei dos burgúndios e com o rei dos godos. Os galo-romanos aceitaram que Arvando fosse julgado e condenado porque o último expusera-

se demais ao perigo ao desafiar a República da forma como fizera. A nobreza gaulesa, contudo, não deixaria seu temor chegar ao ponto de fazer com que ela permitisse que Sidônio Apolinário fosse levado a julgamento.

Na sequência do trabalho, trazemos a análise da *Epístola 2.1* do *Epistolário* de Sidônio Apolinário, endereçada a Edício e focada em acusações políticas contra Seronato. É válido que expliquemos quem foi o último homem, porque ele é o personagem principal do discurso da epístola aqui trazida.

Não apenas uma vez em seu *Epistolário*, Sidônio Apolinário nos traz essa personagem de Seronato. Conforme Walter Goffart (1980, p. 246), Sidônio Apolinário é a única fonte histórica que cita Seronato, ou, pelo menos, a única que cita o ente com esse nome. Sobre Seronato, Jill Harries (1992, p. 310) diz que se tratava de um vicário (*vicarius*)³² das Sete Províncias ou de um governador da Aquitânia Prima. Seja qual for o cargo que tenha ocupado, certamente Seronato foi um nobre de grande influência política na Gália de meados do século V EC. Apoiou a expansão do Reino Gótico de Tolosa no contexto, contra os interesses romano-italícos e contra os interesses de muitos nobres galo-romanos como Edício e como o próprio Sidônio Apolinário (HARRIES, 1992, p. 310; MATHISEN; SIVAN, 1999, p. 30).

Mathisen (1993, p. 77-86) aponta-nos as relações ambíguas que foram estabelecidas pelos nobres galo-romanos retentores de cargos oficiais no século V EC no que diz respeito à dubiedade de suas lealdades, disputadas por Roma e pelas monarquias germânicas. Dentro do âmbito de tal tema, Sidônio Apolinário é uma fonte de pesquisa preciosa, e Seronato, concomitantemente, um personagem bastante representativo dessa atmosfera de lealdades flutuantes.

Seronato, no *Epistolário* sidoniano, aparece em três epístolas diferentes: a *Epístola 2.1*; a *Epístola 5.13* e a *Epístola 7.7*. Não trataremos do personagem nas duas últimas epístolas em que aparece porque o tempo do qual disponibilizávamos não nos fora suficiente para que nos dedicássemos à análise dessas outras obras.

Sidônio Apolinário começa a epístola da seguinte forma:

Agora dois males arrasam concomitantemente a tua Arvéria. ‘Quais?’ tu perguntas. A presença de Seronato e a tua ausência. Seronato, eu digo, como o primeiro nome de cujo também fala, assim a fortuna ludicamente revela para mim uma presciência do futuro, como nossos antepassados para batalha (*praelia*)

³² Cargo oficial criado pelo imperador Diocleciano (284-305). Os vicários atuavam como auxiliares/ajudantes dos prefeitos dos Pretórios vinculados aos tetrarcas (FRIGHETTO, 2012, p. 99).

do que tudo é feio, disseram *bella*; e que parelha contrariedade, destino (*fata*), que não poupa, vociferaram *Parcas*. O próprio Catilina de nosso século retorna, recentemente para Aturri³³ (atual Aire, França), como a fortuna e o sangue dos miseráveis, que ele longe dali provou, misturará com o asse³⁴ saído daqui (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 2.1.1*, tradução nossa).

Na primeira frase de Sidônio Apolinário na passagem acima, ele diz “*Arverni tui*”, o que achamos que seria mais adequado traduzir para “tua Arvéria”, sendo que, contudo, *tui* é o pronome “tu” da Língua Portuguesa no caso genitivo, que na lógica latina dá a ideia de que algo se destina, e não que pertence, ao sujeito, o que significa, no presente caso, não que a Arvéria é de posse de Edício, mas que espera por ele. Temos aqui algo bastante significativo: a evocação da *amicitia* que havia entre Edício, cunhado de Sidônio Apolinário e destinatário da *Epístola 2.1*, e os outros nobres arverno-romanos. O pronome, aqui, portanto, vem para reivindicar a responsabilidade de Edício para com a região em questão, bem como para com os latifundiários que nela tinham terras e abrigavam clientes.

Mathisen (1993, p. 9-16) nos faz refletir a respeito da ideia de que a *amicitia*, tendenciosamente, era mais forte entre os membros de uma mesma gente. Sabemos que toda a Gália, após controle de Aécio sobre o Império Romano do Ocidente, viu-se controlada por um grupo de famílias nobres que realizavam casamentos cruzados (MINOR, 1976, p. 40-44). Nem por isso os arverneses deixavam de formar uma gente à parte, à qual Edício devesse uma lealdade familiar que justificasse a chamada de atenção por parte Sidônio Apolinário.

Entretanto, muitos nobres que viviam na Arvéria, como o próprio Sidônio Apolinário, não eram nativos da região, portanto, não se pode dizer que os arverneses formassem uma gente separada e inconfundível com as gentes de outras pessoas que viviam em outras regiões gaulesas. Essa gente não formava, por conseguinte, uma identidade étnica. Formava, sim, uma identidade política manifestada em função de um território específico que estava em perigo. Assim como houve, de acordo com Woolf (1998, p. 54-56), a promoção de uma identidade político-cultural com finalidades político-territoriais que envolvia os governantes imperiais romanos em torno da *humanitas*, e assim como houve, na Antiguidade Tardia, de acordo com Mathisen (1993, p. 9-16), a elaboração uma identidade político-cultural gaulesa com as mesmas finalidades, Sidônio Apolinário, no presente trecho, está manifestando uma identidade político-cultural em torno da Arvéria.

³³ Segundo William Blair Anderson (1963, p. 414), o substantivo plural utilizado por Sidônio, *Aturribus*, no caso dativo, pode não estar correto, mas refere-se à cidade de *Aturenses* (*Civitas Aturensium*).

³⁴ Moeda romana.

Identidades como essa, na Antiguidade Tardia, poderiam surgir em torno de qualquer região que estivesse política e territorialmente em perigo.

Assim, acreditamos que os grandes proprietários de terras de uma região que precisassem defendê-la sem a ajuda da República, estariam fadados a criar uma nova identidade político-cultural. A diferença é que essa nova identidade político-cultural, no caso da Arvéria, pôde ser retoricamente justificada a partir da existência de uma gente. Faz sentido uma pessoa ser associada à sua terra natal. Mas o que temos aqui é uma metonímia, porque o pronome possessivo *tui*, no caso da Arvéria de Edício, poderia ser usado para toda a Gália, uma vez que os nobres gauleses do período eram todos parentes, de certa forma. Somos levados a concluir que a identidade arvernesa não era apenas sanguínea, mas principalmente territorial. A lealdade de Edício para com a Arvéria e a existência de uma identidade em torno de uma gente se dariam mais por causa de ele ser proprietário de terras na região do que por ser parente dos arverneses, um Ávito.

A identidade em questão traz como alteridade a pessoa de Seronato, aquele cuja presença é um dos males que, na literatura sidoniana, arrasam a Arvéria. Seronato, por ser um mal presente, está do lado oposto da fronteira identitária que Sidônio Apolinário acaba de evocar para representar sua aflição política. Ele é o inimigo político de Sidônio Apolinário. Mas, no âmbito das representações, uma posição política rival não basta para fazer de alguém uma alteridade cultural. Que características Sidônio Apolinário mostra na pessoa de Seronato para fazer dela a alteridade da identidade que une os arverneses entre os quais está Edício?

Em primeiro lugar, o nome. O nome de Seronato não aparece em nenhuma outra fonte da época, e não sabemos se Sidônio Apolinário não o inventou. Michael Hanaghan (2019, p. 93) compara o caso do nome de Seronato com o caso do nome de Gnatho, um personagem que aparece na *Epístola 3.13* de Sidônio Apolinário. Ele se questiona se não se trata da mesma situação nos dois casos. Afirma que o nome de Gnatho refere-se a uma pessoa cujo nome verdadeiro não foi usado por Sidônio Apolinário, sendo Gnatho um nome que, assim que fosse lido por todos os nobres galo-romanos que fizessem parte do círculo literário do autor, seria imediatamente associado ao nome verdadeiro da pessoa tratada. Hanaghan (2019, p. 93) ainda afirma que Seronato pode ser um pseudônimo que significa, ao mesmo tempo e contraditoriamente, “nascido atrasado” e “subdesenvolvido”.

Seja como for, Sidônio Apolinário enxerga, no nome de Seronato, uma contradição. O autor elabora uma metáfora antitética com o objetivo de ilustrar essa

contradição³⁵. Ele aproxima, através de seus respectivos prefixos, a palavra *bella* (guerra) e a palavra *belleta* (beleza), ao mesmo tempo em que associa o conteúdo tridimensional representado pela palavra *bella* com fealdade (*foedius*). Para não repetir a palavra *bella* duas vezes na frase, ele a substitui pela palavra *praelia* (batalha) na primeira vez em que uma palavra com sentido bélico deveria ter sido citada na frase.

O caso é o mesmo para a associação entre a palavra *Parcas* (Piedade) com as divindades latinas que controlam os destinos (*fata*), também chamadas *parcas*.

A alteridade simbolizada por Seronato ainda se manifesta na parte mais famosa de todas as representações que Sidônio Apolinário faz de tal homem: aquela na qual o nosso autor chama o seu inimigo político de “o Catilina de nosso século”. Estamos diante de uma apropriação da representação salustiana, desta vez com o objetivo de definir outro homem, contemporâneo, também como um traidor. Jill Harries (1992, p. 316-317) não vê problemas em chamar Seronato exatamente assim: um traidor dos interesses políticos da nobreza galoromana.

Aturri, citada na sequência da frase, era a cidade aquitânica onde Seronato devia estar instalado para cumprir seu mandato no cargo oficial que ocupava. Era lá que ele desempenhava suas atividades políticas num sentido que ia contra os interesses arverneses. Por isso o nome da cidade não pôde ficar de fora da representação sidoniana de seu *outro*.

É porque Sidônio Apolinário diz que Seronato havia provado o sangue de miseráveis em outro lugar que podemos suspeitar que tal homem já tivesse um histórico de atividades políticas fora da Gália. Em nossa leitura, o sangue é novamente uma associação de Seronato com o Catilina de Salústio, e representa os habitantes da Arvéria, que serão afetados em seus interesses pelas resoluções políticas de Seronato. O asse que será tirado da Arvéria junto com o sangue e a fortuna das vítimas de Seronato, representa o empobrecimento da região em questão por culpa do último homem citado. É uma metáfora para representar os interesses de Sidônio Apolinário e dos aristocratas arverneses sendo afetados graças a Seronato.

Sidônio Apolinário continua:

³⁵ Sidônio escreve: “Seronati, inquam: de cuius ut primum etiam nomine loquar, sic mihi videtur quasi praescia futurorum luisse fortuna, sicuti ex adverso maiores nostri proelia, quibus nihil est foedius, bella dixerunt; quique etiam pari contrarietat fata, quia non parcerent, Parcas vocitavere”. Traduzimos da seguinte forma: “Seronato, eu digo, como o primeiro nome de cujo também fala, assim a fortuna ludicamente revela para mim uma presciência do futuro, como nossos antepassados para batalha (*praelia*) do que tudo é feito, disseram *bella*; e que parelha contrariedade, destino (*fata*), que não poupa, vociferaram *Parcas*” (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 2.1.1*).

Ficai sabendo, eu vou abrir pelo dia o há muito dissimulado furor no espírito: ele abertamente inveja, vulgarmente finge, servilmente se vangloria, indica³⁶ (*indicit*) como um senhor (*domno*), exige (*exigit*) como um tirano, adjudica (*addicit*) como um juiz, calunia como um bárbaro; todo o dia ele está armado pelo do medo, faminto pela da avariza, terrível pela cupidez, cruel pela vaidade, e não cessa de simultaneamente fazer ou punir roubos; publicamente e para o riso dos convocados, ele arrota combates entre cidadãos, letras entre bárbaros; epístolas, nem ao menos primeiro é suficientemente iniciado no alfabeto, com jactância ele as dita em público, com impudência emenda (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 2.1.2*, tradução nossa).

Na primeira oração do trecho acima, Sidônio anuncia que revelará o furor (*furoris*) dissimulado no espírito de Seronato. Tal furor é que aproxima Seronato das erínias³⁷, que retinham características psicológicas próximas da *feritas* e distantes da *humanitas*. Ou seja, tudo o que Sidônio Apolinário diz depois dos dois pontos prova a barbárie do comportamento de Seronato. Dizer que Seronato se comporta com furor, em nossa interpretação, seria o mesmo que dizer que ele está agindo contra os interesses da aristocracia do Império Romano. Mendes (1999, p. 307), como dissemos acima, aponta para essa tradição de associar-se retoricamente à imoralidade, ligada à *feritas* e à traição dos interesses imperiais romanos, o que era uma rivalidade política. Nesse caso, tal rivalidade diz respeito a uma querela em torno dos interesses políticos arverneses. Ou seja, a mesma retórica utilizada para associar os interesses romanos à moral e à *humanitas*, aqui está sendo adaptada, disfarçadamente, a outra zona de concentração de interesses políticos.

Sidônio Apolinário diz “abertamente inveja” (*aperte invidet*), “vulgarmente finge” (*abiecte fingit*) e “servilmente se vangloria” (*serviliter superbit*) para demonstrar comportamentos de Seronato que o associam mais ainda à *feritas*, ao mesmo tempo em que o revelam como desleal. Inveja, vulgaridade e autoglorificação são características que, ainda hoje, num julgamento moral, podemos imaginar, facilmente levariam o indivíduo que as apresentasse à deslealdade para com aqueles a quem esse mesmo indivíduo dirigisse os resultados comportamentais de seus sentimentos e de suas atitudes. Portanto, Seronato não só está sendo bárbaro como também está faltando com *amicitia*, o que o torna ainda mais incivilizado.

As quatro metáforas que seguem, na passagem, “indica como um senhor”, “exige como um tirano”, “adjudica como um juiz” e “calunia como um bárbaro”, associam

³⁶ “Indica”, um verbo da terceira pessoa do singular do presente, pode ser interpretado, em português, com um sentido diferente do que tem na Língua Latina. Pensamos que ele estaria melhor se traduzido como “ordena”. Mas preferimos comprometer o mínimo possível a paronomásia de Sidônio Apolinário, que associa os verbos *indicit*, *exigit* e *addicit*.

³⁷ Divindades ctonianas de vingança, que perseguem os assassinos e exigem o pagamento de uma dívida de sangue (CHRISTAKI, 2016, p. 258).

Seronato, nos três primeiros casos, ao despotismo, e no último, à barbárie. Como aponta François Hartog (1999, p. 93-102), Heródoto considerava que os governos tiranos e/ou monárquicos eram bárbaros, em oposição aos governos democráticos, civilizados e helenos. Sidônio Apolinário, leitor de Heródoto, está se apropriando das conclusões do autor clássico para associar Seronato à *feritas* através da acusação de autoritarismo.

Em uma análise sobre essa passagem, Bruno Miranda Zétola (2010, p. 43) diz que a palavra *bárbaro* não se refere a germânicos, mas somente a uma postura assumida por Seronato, tanto quanto a de um juiz, a de um tirano ou a de um senhor. De fato, Sidônio Apolinário fala de atitudes ruins de Seronato para com os arverneses, que, no discurso retórico de nosso autor, estão associados aos romanos civilizados. Trata-se, entretanto, de uma associação de Seronato aos inimigos políticos dos arverneses: os godos de Tolosa. Seronato está, sim, do outro lado de Sidônio Apolinário na fronteira identitária que separa godos e arverneses. Está em oposição a Sidônio Apolinário e a Edício, e a favor do rei Eurico. Novamente percebemos nele o *outro* com relação à *humanitas*, o não civilizado. Mas sim, o bárbaro de Sidônio Apolinário nunca teria sido, necessariamente, um germânico, mas qualquer um que assumisse um comportamento oposto aos pressupostos da cultura latina. Na prática, qualquer um que se opusesse aos interesses políticos de nosso autor. Assim sendo, Seronato poderia muito bem ser um bárbaro sem ser um germânico na retórica sidoniana.

Vemos que são características de bárbaro, também, a vaidade cruel, a cupidez terrível, o medo armado e a avareza faminta.

Sidônio Apolinário diz que Seronato “não cessa de simultaneamente fazer ou punir roubos”. Seronato, como não poderia ser diferente para alguém de sua posição, é um grande proprietário de terras. Como Mathisen (1993, p. 50-57) nos mostra, na Gália do século V EC, os latifundiários se aproveitavam de uma descentralização política e de dificuldades administrativas para expandirem suas terras sobre as de latifundiários menores. Não sabemos a que nível o poder militar de Seronato chegou devido ao cargo que ocupava, mas certamente tinha influência sobre as tropas romanas ainda estacionadas nas regiões gaulesas não conquistadas pelas monarquias germânicas, tendo, também, influência sobre os guerreiros góticos. Seronato certamente se valeu dessas influências para expandir grandiosamente suas terras, em prejuízo de seus vizinhos. Ao mesmo tempo, devido às atividades que exercia graças ao cargo oficial que ocupava, talvez ele tenha chegado a executar algum papel no julgamento e na punição de outros latifundiários que assumiram atitudes semelhantes à dele e foram denunciados.

A afirmação sidoniana de que Seronato assunta de atividades bélicas entre cidadãos e de letras entre bárbaros vem para ratificar a ideia de que Seronato age com os godos como deveria, ou como Sidônio Apolinário gostaria, que ele agisse com os arverneses. Para nós, falar de letras entre bárbaros e ditar epístolas em público sem conhecer direito o alfabeto são atitudes que compõem um discurso que afasta Seronato da identidade cultural galo-romana do século V EC no que diz respeito às habilidades literárias. Isso porque, como explana van Waarden (2009, p. 21), os galo-romanos do século V EC, contraditoriamente, utilizaram-se da literatura latina para criar uma identidade cultural em torno de si mesmos e em alteridade com os membros das elites germânicas que iam se tornando latifundiários gauleses na época. Esse movimento foi possível graças ao fato de que os nobres galo-romanos contemporâneos a Sidônio Apolinário intentaram explorar a literatura latina em suas máximas possibilidades retóricas. Tal tentativa resultou numa ramificação autêntica e original da literatura latina.

Diante disso, o Seronato de Sidônio Apolinário, nesse meio, é um alvo perfeito para as críticas literárias que certamente acompanharam uma tradição tão rígida quanto a que foi a da Gália do século V EC. Mas, de acordo com o texto sidoniano, Seronato (como um bárbaro) nem ao menos se preocupa com a sua incompetência no âmbito das letras, mas, ao contrário, dita e corrige epístolas em público.

A terceira parte da epístola diz:

Tudo que ele cobiça, como que dispõe, nem dá pagamento do preço nem espera assumir contrato; no conselho ordena ou se cala, na igreja conta piadas e em convívio prega, em seu quarto condena e no julgamento dorme. Diariamente enche as selvas de fugitivos, as *villas* de hóspedes, os alteres de reis e os cárceres de clérigos. Ele exulta os godos e ainda insulta os romanos, ilude (*inludens*) os prefeitos e ainda ajuda (*conludensque*) os contadores, calca as leis teodosianas e ainda propõe as teodoricanas, com velhas culpas, perquire novos tributos (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 2.1.3*, tradução nossa).

Nessa passagem, Sidônio Apolinário afirma que Seronato obtém o que cobiça sem pagar ou assumir contratos de pagamento. Ou seja, Seronato aumenta o tamanho de suas propriedades por meios ilícitos e bélicos, conforme já mostrado na passagem anterior. No conselho, o Seronato de Sidônio Apolinário se cala ou ordena (mas não aconselha). Na igreja ele conta piadas e em convívio prega. Em seu quarto condena, como presumimos que ele deveria fazer nos tribunais, onde dorme. As atitudes contraditórias de Seronato, demonstradas ao longo de toda a epístola, aqui se tornam mais evidentes. Elas alegorizam o tempo todo o fato de Seronato colaborar com os godos enquanto é um funcionário do

governo romano que deveria agir a favor dos interesses itálicos, que, fora da retórica, são os interesses arverneses.

O Seronato sidoniano enche as selvas de fugitivos e as *villas* de hóspedes. Esses fugitivos são latifundiários galo-romanos e seus clientes que se juntam a movimentos rebeldes da Gália tardo-antiga conhecidos pelo nome de Bagauda. Eles fogem porque estão descontentes com a situação na qual se encontram, a saber, tendo de entregar parte de suas propriedades rurais e/ou de suas riquezas para os hóspedes dos quais Seronato enche as *villas*. Os últimos são os soldados góticos que, uma vez estabelecidos nas terras romanas conquistadas, passam a usufruir de leis de origem latina que regulamentam a apropriação de latifúndios por guerreiros; essas leis encontram-se estabelecidas sobre as bases do sistema romano chamado *hospitalitas* (SCHWARCZ, 2011, p. 266). Tais leis constam no Código de Teodósio (*Codex Theodosianus*). Os godos assentados, em 418, no vale do Garona usufruíram dessas leis como se fossem soldados romanos, e isso por designação do governo republicano. Após, durante a expansão do Reino de Tolosa para além de seus limites iniciais, tanto por terras hispânicas quanto por terras gaulesas, tanto sob o rei Teodorico II quanto sob o rei Eurico, os soldados góticos continuaram a se apropriar de terras valendo-se dessas leis, motivo pelo qual elas foram compiladas no Código de Eurico (*Codex Euricianus*). O fato dessas leis também aparecerem na legislação burgúndia mostra que outras monarquias germânicas também usaram desse meio de apropriação de latifúndios (MATHISEN; SIVAN, 1999, p. 14; SCHWARCZ, 2011, p. 265). Na prática, os latifundiários romanos tinham de dividir suas terras com os guerreiros germânicos. Isso nos parece ser o que mais incomodou Sidônio Apolinário na expansão do Reino de Tolosa.

Contudo, Sidônio está inserido em uma realidade ainda mais complexa do que a de um latifundiário que teme avizinhar-se com guerreiros “bárbaros”. Isso porque sua identidade político-cultural é também algo que transcende para uma dimensão espiritual: ser clérigo, para Sidônio Apolinário, estava associado a ser um cidadão romano depois de sua consagração como bispo cristão legal.

Como vimos, os bispos cristãos legais da Gália do século V EC, os mesmos nobres leigos da primeira metade desse século, encontraram na religião uma forma de perpetuar seu poder político-territorial ante os reinos germânicos em expansão. Como bispos, eles retinham terras como se fossem patronos leigos. A multidão de fiéis que ficava junto das sés era como se fosse a multidão dos antigos clientes desses mesmos patronos leigos (VAN WAARDEN, 2009, p. 23-25). Por isso a associação da cidadania romana com a Igreja.

Sabemos que as fortes lutas que ocorreram no Oriente, no século IV EC, envolvendo cristãos hereges arianos e cristãos ortodoxos, não trouxeram grandiosas e violentas dissidências e acusações político-religiosas para os membros das elites da Gália tardo-antiga (MATHISEN, 1993, p. 89-104). Contudo, durante do reinado do rei gótico Eurico, cristão ariano como a maioria dos reis e guerreiros germânicos de sua época, essa situação de religiosidade pacífica do espaço gaulês não se verificou, pois tal rei atacava o poder quase monárquico que os bispos cristãos legais adquiriam para contornar o empobrecimento dos grandes nobres por causa das perdas territoriais causadas a eles em consequência da aplicação das leis da *hospitalitas*. Por temer a perda de sua sé para o rei de Tolosa, é que Sidônio Apolinário acusa Seronato de encher as prisões de clérigos e os altares de reis. Contribuir com a investidas político-territoriais de Eurico, nesse sentido, nada mais é do que exultar os godos e insultar os romanos.

Na sequência da passagem, Sidônio Apolinário diz que Seronato ilude os prefeitos e ajuda os contadores. Os prefeitos eram os administradores das cidades gaulesas que ainda estavam sob o governo romano. O rei Eurico transformá-las-ia em suas propriedades quando conseguisse conquistá-las (MATHISEN; SIVAN, 1999, p. 14-15). Os contadores eram os administradores da riqueza da monarquia gótica. Eles administrariam as cidades como se fossem as *villas* das propriedades rurais da monarquia de Tolosa. Seronato, como funcionário da República, finge que não se opõe aos interesses dos prefeitos quando, na verdade, conspira para que eles deixem seus cargos oficiais para sempre.

O fato de Sidônio Apolinário ter escrito que Seronato calca as leis teodosianas e propõe as teodoricanas no lugar delas, suscita uma série de discussões historiográficas a respeito da possibilidade do rei Teodorico II ter mandado que compilassem um código das leis góticas que vigoravam no período de seu reinado, como fizeram o rei Eurico e o rei Alarico II. Abordagens positivistas dizem que isso ocorreu (HANAGHAN, 2019, p. 93). Walter Goffart (1980, p. 274) diz que se deve prestar atenção para o fato de que, na passagem em questão, Sidônio Apolinário demonstra a inferioridade das leis de Teodorico II com relação às do imperador Teodósio I (379-395), e por isso é mais provável que as leis de Teodorico II não tenham sido escritas. Para nós, as leis góticas vigentes sob o reinado do rei Teodorico II terem ou não sido compiladas em um código, não altera o fato de que, com essa paronomásia³⁸, Sidônio Apolinário representa a ascensão dos germânicos e a

³⁸ Ormonde Maddock Dalton (1915, p. CXXX, apud GOFFART, 1980, p. 247) presta atenção nessa figura retórica, que, na passagem, associa duas palavras com a mesma quantidade de sílabas e iniciadas pelo mesmo prefixo: “*teo*”.

queda dos itálicos, que estava acontecendo no momento em que a epístola estava sendo escrita, em 470.

Quando Sidônio Apolinário, usando uma nova antítese, diz que Seronato está, com velhas culpas, perquirindo novos tributos, ele talvez esteja fazendo uma alegoria a novas formas de tributos possivelmente criadas pelos godos. Não acreditamos que, ao fim dos cálculos, os godos cobrassem maior valor em tributos do que os romanos outrora haviam feito. Todavia, Minor (1976, p. 6) diz que a Gália, ao longo do século IV EC, prosperou em termos de complexidade de cultura material. Isso foi possível graças às dificuldades encontradas pelo governo romano em cobrar tributos dos nobres e de seus clientes, uma consequência da crise militar romana tardo-antiga. Entretanto, exércitos que obedeciam a um monarca cuja sede de autoridade era uma cidade da região, e não uma que ficava numa península distante, poderiam, com facilidade, reverter o quadro de vitória galo-romano em fugir de tributações. Obviamente que Sidônio Apolinário, enquanto patrono e clérigo galo-romano, incomodar-se-ia com isso, uma vez que os bispos atuavam como verdadeiros monarcas em suas sés, e não gostariam que uma autoridade fosse sobreposta à deles, como era o que Eurico pretendia fazer.

A última passagem da *Epístola 2.1* traz:

Portanto explica depressa (*citus*) a tua demora e incide no que quer que esteja retendo-te. A liberdade dos cidadãos extremamente palpitantes te expecta. Seja qual for a esperança, seja qual for o desespero, faça-te presente no meio, o prelado te agradece. Se a República não tem nenhuma força, nenhum pilar, se, como os rumores dizem, o príncipe Antêmio está sem nenhum recurso, a nobreza decidiu autorizar-te a demitir ou a sua pátria ou os seus cabelos. Adeus (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 2.1.4*, tradução nossa).

Nesta passagem, Sidônio Apolinário deixa Seronato de lado e começa a conversar diretamente com Edício. É a última parte da epístola, mas poderíamos dizer que todas as outras eram uma introdução a essa, que intentavam demonstrar ao destinatário o quão prejudicial estava sendo a atuação de Seronato na Aquitânia.

Sidônio Apolinário pede explicações pela demora de Edício em socorrer a Arvéria com sua ajuda militar. Edício era magnata³⁹, e provavelmente se valeu da autoridade dessa posição para atuar belicamente por contra própria e sem o consentimento do governo romano, uma vez que na Antiguidade Tardia, conforme nos mostra Brent

³⁹ Os magnatas eram os herdeiros do poder militar romano no âmbito gaulês do final do século V, e tinham suas potencialidades bélicas baseadas na liderança dos bandos armados nos quais se transformou o que restou do exército romano da região gaulesa (BACHRACH, 1972, p. 15).

Donald Shaw (1999, p. 134-135), as lideranças dos exércitos eram muito mais autônomas e regionalizadas do que haviam sido em épocas anteriores, e isso por conta da dificuldade de comunicação entre periferia e centro que acontecia na época aqui estudada. Por conta disso houveram tantas aclamações de Augustos na Antiguidade Tardia. Os magnatas, por sua vez, eram Augustos de alcance regional que não eram aclamados. O quadro político e militar da Gália do período nos mostra que isso era uma possibilidade.

Quando Sidônio Apolinário, no papel de prelado, oferece a Edício seus agradecimentos pela ajuda que ele implora, está usando de sua autoridade para chamar um líder militar. Ao final da carta, escancara isso ao dizer que Edício deve atuar sozinho, uma vez que o príncipe Antêmio não tem condições sequer de ajudar. Essa passagem mostra que Sidônio Apolinário não era submisso aos interesses de Roma ou da Itália, e tampouco era submisso aos interesses do imperador. Ele não esperaria por uma República falida; por um Estado que não tinha mais condições de se manter ou de se auto-administrar; um Estado que não tinha mais condições de proteger suas fronteiras e seus territórios, e tampouco a ordem interna. Sidônio Apolinário queria que os arverneses se protegessem dos godos por conta própria, e acreditava que isso fosse possível. Não estava enganado. Edício tinha a mesma capacidade de Eurico de liderar exércitos e tomar territórios. Wolfgang Liebeschuetz (1993, p. 266) afirma que, provavelmente, aos primórdios do século V, vinte e cinco por cento do exército estatal romano era composto por tropas estrangeiras. Essa porcentagem veio a aumentar nas décadas posteriores do século V. Isso nos faz refletir que o exército de Edício, provavelmente, era composto de guerreiros “bárbaros”.

Apenas faltou sorte e tática político-militar a Sidônio Apolinário e seu cunhado, porque cinco anos depois da *Epístola 2.1* ter sido escrita, a Arvêrnia foi dada a Eurico e aos godos em um tratado que envolveu o então imperador romano-ocidental, Júlio Nepos.

Ao final da última passagem, Sidônio Apolinário diz que Edício é responsável por evitar que a nobreza tenha de decidir entre sua pátria ou seus cabelos. Abandonar os cabelos significa seguir pelo caminho que vasta maioria dos nobres empobrecidos pelas leis da *hospitalitas* seguiram: tornar-se monge em Lerina e, depois, esperar por um cargo episcopal em uma sé gaulesa. Abandonar a pátria significa ir viver em uma propriedade rural fora da Arvêrnia, não desfalcada por hospitalidades a guerreiros bárbaros. Era a encruzilhada que se apresentaria diante dos nobres arverneses caso se tornassem súditos do rei Eurico.

Ao longo desse capítulo, vemos que Sidônio Apolinário não só, mas significativamente, através de engenhos literários, foi um personagem de grande atuação política em sua época. Seus discursos mostram-nos que, no que diz respeito às

representações identitárias que empreendia, não o importava onde nasceu o indivíduo que estava sendo representado, esse apareceria como bárbaro ou não de acordo com sua posição política relativa o nosso autor. Outra observação que fazemos é a de que Sidônio Apolinário, sempre que se vê necessitado, lança mão, grandiosamente, do discurso de submissão a Roma. Entretanto, observamos que, não raras vezes, ele demonstra exatamente o contrário, conforme sua necessidade político-literária. Ademais, todos os nobres latinos e guerreiros germânicos e celtas que aparecem nas análises que fizemos nesse capítulo atuavam politicamente com o objetivo de proteger seus interesses. Aprofundar o que, no contexto, aos nossos olhos, era uma crise histórico-social, fora, para eles, uma mera consequência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o *corpus* documental de Sidônio Apolinário, observamos que seus discursos atuam na lógica de uma literatura que simboliza uma identidade cultural afirmada a partir da ênfase em elementos demonstradores de civilidade/latinidade. Num sentido mais preciso, percebemos que nosso autor confirma uma de nossas ideias iniciais do trabalho, a saber, aquela que dizia que os galo-romanos de sua época afirmavam uma identidade político-cultural em torno de si próprios, que os diferenciava dos germânicos estabelecidos na Gália, ainda que esses últimos também pudessem ser latifundiários.

Observemos que, na Gália de Sidônio Apolinário, a nobreza não estava vivendo um período político tenso somente no que diz respeito à presença germânica na região, pois também havia tensão nas relações galo-itálicas. Nesse sentido, é paradoxal, numa análise superficial, que os nobres galo-romanos se aferrassem à cultura latina para fins de afirmação de uma identidade cultural que era, para todos os efeitos, gaulesa, e não itálica. Mas se refletirmos brevemente, podemos conjecturar que, num primeiro momento, os galo-romanos não necessitavam de uma identidade cultural rival à itálica, pois não intencionavam a promoção de uma rebelação contra o poder itálico. A situação que provocou o antagonismo galo-itálico surgiu posteriormente, porque a República abandonou militarmente a Gália. Os imperadores usurpadores gauleses dos séculos III, IV e V EC até poderiam pretender tomar para si o trono romano-ocidental, como fizera Ávito, mas eles são o resultado do que inicialmente era a necessidade que os galo-romanos tinham de protegerem seus territórios das invasões estrangeiras. Em outras palavras, estamos dizendo que uma conjuntura de rivalidade, inicialmente, existiu entre gauleses e germânicos apenas, e isso mostra-nos que não havia, de princípio, porque elementos da cultura latina não poderem ser usados como identificadores dos galo-romanos, pois que estavam num âmbito de querela galo-germânica.

Mas os conflitos entre galo-romanos e itálicos, ainda que, inicialmente, não fossem visados pelos galo-romanos, acabaram acontecendo, e isso não somente por causa da negligência militar republicana que recaiu sobre a Gália, mas também porque, como demonstramos acima, os itálicos preocupavam-se mais em derrotar os imperadores usurpadores do que os invasores estrangeiros da Gália. Esse quadro permitiu que, uma vez que a literatura latina da Gália tardo-antiga havia assumido aspectos peculiares, ela fosse usada como elemento diferenciador dos galo-romanos em relação aos itálicos.

Sidônio Apolinário escrevia suas epístolas, obviamente, intencionando publicá-las, mas acreditamos que, antes disso, elas tinham, sim, a função de fornecer mensagens informativas aos seus destinatários. Se pensarmos a respeito do fato de que o nosso autor escreve, na maior parte das vezes, em função de alguma conspiração política, não podemos pressupor que ele divulgasse seus escritos antes de ter certeza de que conseguira efetivar o que planejava, caso contrário, seus inimigos leriam suas epístolas e conheceriam seus planos, prevenindo-se antes de serem derrotados. Em contrapartida, não havia qualquer preocupação por parte de Sidônio Apolinário de que seus escritos ambíguos fossem lidos. Ele não se importou, como pudemos ver, com o fato de ter elogiado o rei Teodorico II na *Epístola 1.2* e o criticado na *Epístola 2.1.3*, escrita quando tal rei já estava morto. Isso nos mostra que se a personalidade literária de Sidônio Apolinário estava ocupada em demonstrar retoricamente um ponto de vista, o autor em si não reservava preocupações sobre a possibilidade de que fosse percebido, por seus leitores posteriores, que seus discursos estavam repletos de incoerências superficiais porque, na verdade, mudavam de acordo com os seus interesses e com as suas alianças políticas.

Constatações como as apontadas acima, levam-nos a crer que a retórica epistolar sidoniana é uma escrita codificada. Não acreditamos que Agrícola, por exemplo, o destinatário da *Epístola 1.2*, de fato considerou que Teodorico II tinha um corpo tão belo quanto o que Sidônio descrevera, ou que, de fato, acreditou que o rei fosse tão habilidoso na arte da caça. Imaginamos que Agrícola tenha compreendido, imediatamente, a apologia que Sidônio Apolinário estava fazendo a uma aliança que, se fosse estabelecida entre os Ávitos e a corte de Tolosa, levaria Epárquio Ávito ao trono romano-ocidental. Do mesmo modo, não achamos que Edício, o destinatário da *Epístola 2.1*, de fato acreditou que Seronato roncasse na missa ou que quisesse beber o sangue dos arverneses. Para nós, Edício limitou-se a compreender que deveria atuar depressa contra as investidas políticas de Seronato, que apoiava a expansão do Reino Gótico de Tolosa. Em suma, ao contrário do que imaginamos que deva acontecer com um político dos dias atuais, um aristocrata galo-romano como Sidônio Apolinário não se envergonharia de, passados os eventos tratados em seus discursos, publicar epístolas que expusessem a todos as suas conspirações arrivistas.

No que tange às redefinições político-territoriais ocorridas na Gália de Sidônio Apolinário, esse trabalho permitiu que constatássemos que tal fator esteve no cerne das preocupações de nosso autor. Mais do que isso, Sidônio Apolinário fez-nos confirmar nossa hipótese inicial de que as identidades culturais estabelecidas no Império Romano, na maior

parte das vezes, tiveram as funções últimas de assegurar alianças político-territoriais. A *humanitas*, por exemplo, ou a *amicitia* que os membros da nobreza romano-imperial tinham uns para com os outros, existiam, sobretudo, em função de interesses político-territoriais. Esses laços identitários seriam desfeitos assim que fosse necessário, e outros seriam refeitos no lugar deles. As epístolas sidoninanas que mostramos deixam isso óbvio. Sim, a cultura latina nunca foi renegada por Sidônio Apolinário. De fato, sempre que ele quis caluniar alguém, apontou comportamentos que associavam esse alguém à barbárie, mas desassociou completamente essa civilidade à Itália, ao passo que não demonstrou que um germânico tivesse qualquer essência bárbara.

Para Sidônio Apolinário, a civilidade latina, a *humanitas*, era como um elogio que ele destinaria a quem quer que atuasse em favor de seus interesses. Sua literatura e sua retórica, nesse sentido, eram estratégias políticas. Não havia qualquer vinculação dos elogios que ele fazia à civilidade de alguém como o rei Teodorico II, por exemplo, com algum comportamento que pudesse ser, de fato, constatado. Para o nosso autor, eram os seus interesses político-territoriais que o norteavam no que diz respeito a quem seria elogiado com sua escrita. Ainda que não possamos dizer que os nobres romanos descreditavam na superioridade da cultura latina com relação a outras, nada sabemos em relação ao que Sidônio Apolinário pensava de fato sobre isso. Até mesmo quando, no *Carmen 12*, ele busca hipérboles para demonstrar o quando repudia os burgúndios com quem convivia, a única constatação que podemos ter é a de que, naquele contexto, havia algum interesse político por trás da representação.

Quando observamos a dimensão religiosa das representações sidonianas, percebemos que as diferentes identidades que estavam presentes em tal esfera também eram maleáveis em função de interesses políticos, pois foi possível que o nosso autor apontasse homens cristãos legais, como Seronato, agindo de forma errônea no momento do culto religioso, e isso no mesmo sentido em que ele pôde apontar que a heresia da fé ariana do rei Teodorico II não era algo culpável, uma vez que se devia ao fato de que o rei não estava raciocinando a respeito de seus cultos hereges, praticados mais por uma questão de tradição.

Em suma, o que este trabalho permite-nos constatar é que, para Sidônio Apolinário, literatura, identidades culturais e fé podiam ser utilizadas como estratégias políticas. Não estamos afirmando que esses três fatores não tinham qualquer outra razão de ser, para a nobreza romano-imperial, além da de servir a interesses político-territoriais, mas sim que o autor de nossa fonte soube utilizar tais elementos culturais com esse fim conforme suas lutas de representações.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

ORÓSIO. **Histórias**. Introdução, Tradução e notas de Eustáquio Sánchez Salor. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

QUINTILIANO. **Insituições oratórias**. Tradução, ilustração e notas de Jeronymo Soares Barboza. Coimbra: na imprensa da Universidade, 1836.

SAN AGUSTÍN. La Ciudad de Dios. In: **Obras completas de San Agustín, t. IX**. Tradução de G. E. Osaba. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1952.

SEXTUS AURELIUS VICTOR. **Liber de Caesaribus, praecedunt Origo gentis Romanae et Liber de viris illustribus urbis Romae, subsequitur Epitome de Caesaribus**. Lipsae: Tevbneri, 1966.

SIDÔNIO APOLINAR. **Poemas**. Tradução, introdução e notas de Agustín López Kindler. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

SIDONIUS APOLLINARIS. **Letters**. Tradução de Ormonde Maddock Dalton, 1915. Disponível em <http://www.tertullian.org/fathers/#sidonius_apollinaris>. Acesso em 17/06/2019.

SIDONIUS. **Poems and Letters**. Tradução, introdução e notas de William Blair Anderson. 3 ed. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE JÚNIOR, M. Argumentação retórica na literatura epistolar da Antiguidade. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, 2015, p. 166-187.

ALFÖLDY, G. **A História Social de Roma**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

ANDERSON, P. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. 2ª edição. Edição: Porto Afrontamento, 1982.

ANDERSON, W. B. Introduction. In: SIDONIUS. **Poems and Letters**. Tradução, introdução e notas de William Blair Anderson. 3 ed. Cambridge: Harvard University Press, 1963, p. IX-LXXIV.

ANTIQUERA, M. O reinado de Galieno de acordo com Aurélio Vítor: comentário e tradução. **Revista Classica**, v. 29, n. 2, 2016, p. 207-217.

BACCEGA, M. **Logos do sacramento, retórica do Santo Gral**. A sacramentalidade medieval do mundo e do homem na *Demanda do Santo Gral* de Heidelberg (século XIII). 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BACHRACH, B. S. **Merovingian Military Organization 481-751**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1972.

BARTHÉLEMY, D. **A Cavalaria: da Germânia antiga à França do século XII**. Tradução de Néri Barros de Almeida e Carolina Gual da Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 25-68.

BLONDUS, F. **Historiae Ab Inclinacione Romanorum Imperii**. Basileia: Officina Probeniana, 1531.

BROWN, P. R. L. **The World of Late Antiquity. AD 150-750**. Ed. 12 London: Thames & Hudson, 2006.

BURY, J. B. **History of the Later Roman Empire, from the death of Theodosius I to the death of Justinian**. 2 ed. New York: Dover, 1958.

CAMARGO, G. A. Sobre o conceito de verdade em Nietzsche. **Revista Trágica: estudos sobre Nietzsche**, v. 1, n. 2, 2008, p. 93-112.

CAMERON, Averil. **Christianity and the Rhetoric of Empire**. The Development of Christian Discourse. Berkeley: University of California Press, 1991.

_____. **The Later Roman Empire A.D. 284-430**. London: Fontana, 1993a.

_____. **The Mediterranean World in Late Antiquity A. D. 395-600**. London: Routledge, 1993b.

CARRIÉ, J.-M.; ROUSSELLE, Aline. **L'Empire Romain en mutation: des Sévères à Constatin 192-337**. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, 1991, p. 173-191.

CHRISTAKI, A. A politização do monstro. **Ágora**, v. XIX, n. 2, 2016, p. 257-264.

DALTON, O. M. Introduction. In: SIDONIUS APOLLINARIS. **Letters**. Tradução de Ormonde Maddock Dalton. 1915, p. XI-CLV. Disponível em: <http://www.tertullian.org/fathers/#sidonius_apollinaris>. Acesso em 27/06/2019.

DANTAS, F. A. **Construções discursivas e usos do passado**. Autoridade e poder régio na Gália romana do século V: o caso da *Vida de São Germano de Auxerre*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos.

EGEA, M. E. G. Piratas o estadistas: la política exterior del Reino Vândalo durante el reinado de Genserico. **POLIS. Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica**, v. 9, 1997, p. 107-129.

FIGUINHA, M. F. Monges sob o manto de generais: aristocracia imperial galo-romana e monasticismo nas obras de Sidônio Apolinário. **Revista Classica**, v. 28, n. 2, 2016, p. 47-64.

FREITAS, E. C. Entre a *Gallia* e a *Francia*. **Bathair**, v. 8, n. 1, 2008, p. 50-78.

FRIGHETTO, R. **Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (séculos II-VIII)**. Curitiba: Juruá, 2012.

GAZZOTTI, D. M. A legitimação de Constantino III a partir do conflito contra vândalos, alanos e suevos na Diocésis Hispaniarum: os testemunhos de Orósio e Idácio. **Roda da Fortuna**, v. 2, n. 2, 2013 p. 266-281.

GEARY, P. Barbarians and Ethnicity. In: BOWERSOCK, G. W; BROWN, P. R. L.; GRABAR, O. (Orgs.). **Interpreting Late Antiquity: Essays on the Postclassical World**. Cambridge: Harvard University Press, 1999, p. 107-127.

GIBBON, E. **Declínio e queda do Império Romano**. Tradução e notas suplementares de José Paulo Paes – Edição abreviada. São Paulo: Companhia das Letras; Círculo do Livro, 1989.

GOFFART, W. **Barbarians and Romans, A.D. 418-584: The Techniques of Accommodation**. Princeton: Princeton University Press, 1980. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=_oooA4QiDY8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 05/04/2019.

GOLDBERG, E. J. **The Fall of de Roman Emprie Revisted**: Sidonius Apollinaris and His Crisis of Identity. Charlottesville: Corcoran Department of History at the University of Virginia, 1995. 37 v. Disponível em: <<http://www.freerepublic.com/focus/news/833941/posts>>. Acesso em: 17/06/2019.

GUARINELLO, N. L. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano. Um ensaio. **Mare Nostrum**, v. 1, 2010, p. 114-127.

_____. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 27/06/2019.

HANAGHAN, M. P. **Reading Sidonius' Epistles**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

HARRIES, J. D. Sidonius Apollinaris, Rome and the barbarians: a climate of treason? In: DRINKWATER, J.; ELTON, H. (Orgs.). **Fifth-century Gaul: a crisis of identity?** Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 298-308.

HARTOG, F. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **Memória de Ulisses**: narrativas sobre a fronteiras na Grécia antiga. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2004

HUSKINSON, J. Looking for culture, identity and power. In: HUSKINSON, J. (ed.). **Experience Rome**. Culture, identity and Power in the Roman Empire. New York: Routledge, 2000, p. 03-27.

JONES, A. H. M. **The Later Roman Empire 284-602**. A Social, Economic and Administrative Survey. Norman: University of Oklahoma Press, 1964.

KELLY, C. **The end of empire**: Attila the Hun and the fall of Rome. New York: W. W. Norton e Company, Inc., 2009.

KINDLER, A. L. Introducción General. In: SIDÔNIO APOLINAR. **Poemas**. Tradução, introdução e notas de Agustín López Kindler. Madrid: Editorial Gredos, 2005, 7-71.

KOVALIOV, S. I. **Historia de Roma**. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1959.

KULIKOWSKI, M. **Guerras Góticas de Roma**. Tradução de Glauco Micsik Roberti. São Paulo: Madras, 2008.

LARES, V. Os celtas e César: cultura *oppida* e a Guerra das Gálias. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais do XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. Londrina: 2005.

LIEBESCHUETZ, W. The end of the Roman army in the western empire. In: RICH, J.; SHIPLEY G. (Orgs.). **War and society in the Roman world**. London; New York: Routledge, 1993.

LOT, F. **The End of the Ancient World and the Beginnings of the Middle Ages**. New York: Harper & Row, 1961.

LOYEN, A. **Sidoine Apollinaire et l'esprit précieux en Gaule aux derniers jours de l'Empire**. Paris: Les Belles Lettres, 1943.

McMANUS, B. **Roman Nomenclature**. In: VRoma: A Virtual Community for Teaching and Learning Classics. Bergen: University of Bergen, 2007. Disponível em <http://www.vroma.org/~bmcmanus/roman_names.html>. Acesso em: 06/08/2019.

MacMULLEN, R. **Enemies of the Roman Order**. Treason, unrest and alienation in the Empire. Cambridge: Harvard University Press, 1966.

MAIER, F. G. **Agustin und das antike Rom**. Stuttgart: Kohlhammer, 1955.

MAQUIAVEL, N. **História de Florença**. Tradução, apresentação e notas de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 1994.

MARROU, H. **Décadence romaine ou antiquité tardive?** Paris: Le Seuil, 1977.

MATHISEN, R. W. **Roman aristocrats in barbarian Gaul: strategies for survival in an age of transition**. Austin: University of Texas Press: 1993.

_____; SIVAN, H. Forging a new identity: the Kingdom of Toulouse and the frontiers of Visigothic Aquitania (418-507). In: FERREIRO, A. (Org.). **The Visigoths: Studies in Culture and Society**. Leiden; Boston; Köln: Brill, 1999, p. 1-62.

MENDES, N. M. Romanização: cultura imperial. **Phônix**, v. 5, 1999, p. 307-324.

_____; BUSTAMENTE, R. M. C.; DAVIDSON, J. A Experiência Imperialista Romana: Teorias e Práticas. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 10, 2005, p. 17-41

MERRILLS, A. H.; MILES. R. **The Vandals**. Main; Oxford; Chichester: Blackwell Publishing, 2010.

MINOR, C. P. **The Gallic Aristocracy and the Roman Imperial government in the Fifth Century A.D.** 1976. Tese (Mestrado em Artes) - Graduate Faculty, Texas Tech University, Lubbock.

MOMIGLIANO, A. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2014.

MONTESQUIEU, C. **Grandeza e decadência dos romanos**. São Paulo: Paumape, 1995.

NIETZSCHE, F. **Fragments posthumes. Automne 1885 – automne 1887.** Oeuvres philosophiques complètes, XII. Paris: Galimard, 1885/1887.

PAPA, H. A. **Cristianismo ortodoxo versus cristianismo heterodoxo: uma análise político-religiosa da contenda entre Basílio de Cesareia e Eunômio de Cizico (séc. IV D.C.).** Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Franca, 2009.

PIRENNE, H. **Mohammed and Charlemagne.** New York: Dover Publications, 2001.

ROSTOVITZ, M. **The Social and Economic History of the Roman Empire.** Oxford: Clarendon Press, 1926.

SARTIN, G. H. S. S. O surgimento do conceito de “Antiguidade Tardia” e a encruzilhada da historiografia atual. **Brathair**, v. 9, n. 2, 2009, p. 15-40.

SCHWARCZ, A. Visigothic Settlement, *Hospitalitas*, and Army Payment Reconsidered. In: MATHISEN, R. W.; SHANZER, D. (Orgs.). **Romans, Barbarians and the Transformation of the Roman World: Cultural Interaction and the Creation of Identity in Late Antiquity.** London; New York: Ashgate Publishing Company, 2011, p. 265-270.

SHAW, B. D. War and Violence. In: BOWERSOCK, G. W.; BROWN, P. R. L.; GRABAR, O. (Orgs.). **Interpreting Late Antiquity: Essays on the Postclassical World.** Cambridge: Harvard University Press, 1999, p. 128-167.

SILVA, G. V.; SOARES, C. O “fim” do mundo antigo em debate: da “crise” do século III à Antiguidade Tardia e além. **Nearco**, Ano VI, n. I, 2013, p.138-162.

SILVA, S. C. **O Império Romano do sofista grego Filóstrato nas viagens da Vida de Apolônio de Tiana (século III d.C.).** 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Franca.

STE. CROIX, G. E. M. **The Class Struggle in the Ancient Greek World: From the Archaic Age to the Arab Conquests.** Ithaca; New York: Cornell University Press, 1981.

STEVENS, C. E. **Sidonius Apollinaris and His Age.** 2ª edição. Santa Barbara: Praeger, 1979.

TEIXEIRA, C. A.; BRANDÃO, J. L.; RODRIGUES, N. S. Introdução: In: **História Augusta.** Volume I. Tradução do latim, introdução, notas e índice de Cláudia A. Teixeira, José Luís Brandão e Nuno Simões Rodrigues. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

VAN DAM, R. **Leadership and Community in Late Antique Gaul.** Berkeley: University of California Press, 1992.

VAN WAARDEN, J. A. Writing to survive: A commentary on Sidonius Apollinaris, Letters Book 7. **The episcopal letters 1-11**, v. 1, 2009, p. 6-58.

VILANOVA, W.; VENTURINNI, R. L. B. *A amicitia* na obra de Marco Túlio Cícero. In: Jornada de Estudos Antigos e Medievais, 6., 2007, Maringá. **Anais da VI Jornada de Estudos Antigos e Medievais**. Maringá: 2007.

VOGT, J. **La decadencia de Roma: metamorfosis de la cultura antigua (200-500)**. Madrid: Guadarrama, 1928.

WARD-PERKINS, B. **A Queda de Roma e o Fim da Civilização**. Tradução de Inês Castro. Lisboa: Alêtheia Editores, 2005.

_____. **The Fall of Rome and The End of Civilization**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

WOOD, I. **The Merovingian Kingdoms, 450-751**. London; New York: Longman, 1994.

WOOLF, G. **Becoming Roman: The origin of provincial Civilization in Gaul**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ZAPPULO, M. **Historie di quatro principal citta del mondo, Gerusalemme, Roma, Napoli, e Venetia**. Vicenza: Giorgio Greco, 1603.

ZÉTOLA, B. M. **Política externa e relações diplomáticas na Antigüidade Tardia**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

APÊNDICE A - CATÁLOGO DAS CARTAS DE SIDÔNIO APOLINÁRIO

Carta (nº)	Livro	Remetente	Destinatário	Ano	Tema, resumo e possibilidades de estudo
Carta I	Livro I	Sidônio Apolinário	<p>Constâncio: sacerdote. De uma família nobre de Lugduno. Reputado por sua eloquência, por sua perspicácia e por seu amor em relação às letras. O oitavo livro, coletado a pedido de Petrônio, deveria ser emitido sob seus auspícios. Constâncio escreveu pouco ele mesmo, sendo seu trabalho principal a hagiografia intitulada <i>Vida de São germano de Auxerre</i>, composta a pedido de Paciência. Sua reputação como poeta levou também Paciência a pedir-lhe uma inscrição métrica para sua igreja em Ludguno. Constâncio era um nobre, e sua influência</p>	477	<p>É uma carta de apresentação do <i>Epistolário</i>. Ele compara sua obra com obras de grandes nomes da epistolografia, nas quais ela certamente é baseada. Usa a modéstia usual tradicional dos literatos clássicos ao afirmar que sua obra era muito inferior às de seus antecessores.</p>

			<p>foi ampla no espaço sócio-político arvernês. Quando a capital da Arvêrnia foi desolada pelo cerco gótico de Tolosa, Sidônio chamou por ele, e sua chegada teve o efeito mais salutar sobre a população desesperada, que foi por ele consolada e reorganizada em suas atividades diárias. Ele deve ter morrido em uma idade avançada por volta de 488⁴⁰.</p>		
Carta II*	Livro I	Sidônio Apolinário	<p>Agrícola: Cunhado de Sidônio. Filho do imperador Ávito. Irmão de Edício e de Papiânia. Desconhecido exceto pela menção em Sidônio.</p>	454 (?)	<p>É um discurso laudatório que fala de Teodorico II, rei dos godos de Tolosa. -Trata-se de uma epístola riquíssima para nós, com preciosas informações a respeito das relações político-identitárias entre godos e galo-romanos.</p>
Carta III	Livro I	Sidônio Apolinário	<p>Filimácio: amigo. De</p>	467	<p>Sidônio Apolinário dá</p>

⁴⁰ A maior parte das informações aqui presentes estão disponibilizadas na edição online SIDONIUS APOLLINARIS, **Letters**. Tradução, introdução e notas de Ormonde Maddock Dalton. Oxford: Clarendon Press, 1915.

			Lugduno. Sogro de Erífilo. Pai de Filimácia. Membro do conselho do prefeito. Um homem de gostos poéticos.		conselhos de carreira ao remetente e os exemplifica a partir de Gaudêncio, o destinatário da <i>Epístola 1.4</i> .
Carta IV	Livro I	Sidônio Apolinário	Gaudêncio: amigo. Da ordem tribuniciana ⁴¹ . Tornou-se vicário das Sete Províncias.	467	Sidônio fala ao destinatário que por mais que Sidônio tente ser como ele politicamente, jamais conseguirá, pois as capacidades políticas de Gaudêncio são insuperáveis.
Carta V*	Livro I	Sidônio Apolinário	Herênio: amigo. De Lugduno. Um homem literariamente desenvolvido, interessado em questões geográficas e históricas. Poeta.	467	Sidônio viajara para Roma e, na carta, narra a viagem para o amigo. -Fala de rios, riachos e mares do norte da Itália, associando-os a antigas fronteiras étnicas, a rebeliões e a Asdrúbal ⁴² . -Sidônio foi ao casamento de Ricímero, um príncipe suevogótico, com a filha do imperador Majoriano. O enfatiza que o casamento serviria para a segurança do Estado.

⁴¹ Ordem relativa aos poderes tribunos.

⁴² General cartaginês do clã dos Barcas que atravessou os Alpes para enfrentar Roma na época da Guerras Púnicas.

Carta VI*	Livro I	Sidônio Apolinário	Eutrópio: amigo ao longo da vida. Membro de uma família nobre distinta por suas honras oficiais. Foi prefeito da Gália.	467	Sidônio critica seu amigo por sua decisão de viver no campo e não seguir uma carreira política. -Fala dos bárbaros para dizer que somente eles eram estrangeiros em Roma.
Carta VII*	Livro I	Sidônio Apolinário	Vincêncio: amigo.	468	Sidônio fala mal do comportamento de Arvando, que traíra o governo imperial. -Arvando teria incitado o rei gótico Eurico e o rei burgúndio Gundíoco a tomarem para si e dividirem as terras da Gália, e isso devido a conflitos políticos envolvendo romano-orientais, romano-ocidentais e bretãos. A carta fornece-nos vasta possibilidade de estudos.
Carta VIII*	Livro I	Sidônio Apolinário	Candidiano: amigo. Nativo de Cesena (ainda hoje com este nome, Itália) que mora em Ravena.	468	Sidônio fala das cousas boas de Cesena, comparando-as com as ruínas de Ravena, e isso com o fim de censurar o destinatário por viver na última cidade citada. -Estamos diante de uma alegoria crítica aos problemas da República Romana

Carta IX	Livro I	Sidônio Apolinário	Herênio: o mesmo da <i>Epístola 1.5.</i>	468	Sidônio fala de suas próprias ideias sobre Genádio Avieno e Cecina Basílio, bem como sobre a ascensão de si próprio como senador devido à declamação de um panegírico.
Carta X	Livro I	Sidônio Apolinário	Campaniano: amigo.	468	Sidônio fala sobre o envio de uma mensagem sobre a solução do problema da falta de cereais nos teatros romanos, do que Campaniano seria o culpado caso não resolvesse.
Carta XI*	Livro I	Sidônio Apolinário	Mônio: amigo.	461	Sidônio fala de uma sátira que havia circulado na corte de Majoriano sobre o casamento de sua filha. -A epístola nos permitirá compreender a lógica das calúnias e seu papel político, pois Sidônio foi denunciado como autor da sátira.
Carta I*	Livro II	Sidônio Apolinário	Edício: patrício e magnata. Filho do imperador Ávito. Irmão de Papianila e cunhado de Sidônio. Edício continuou a política de seu pai de negociar	470	A carta é escrita para censurar Seronato e falar mal do comportamento e do governo desse. -Sidônio compara Seronato com características negativas dos bárbaros.

			<p>com os reis germânicos no que diz respeito a seus interesses políticos, e sua diplomacia confirmou os burgúndios em seu suporte aos galo-romanos contra Eurico. Também foi um defensor da língua latina contra a invasão do germanismo. Durante a miséria que seguiu a invasão de Eurico, Edício rivalizou Paciência na generosidade com que ele aliviou a fome dos arverneses. Alguns consideram que ele é o Isício que sucedeu Mamerto como bispo de Viena Alógobro. Também é possível que ele seja Décio, quem Jornandes descreve como deixando sua terra com desgosto, após sua entrega aos godos.</p>		<p>-Sidônio fala que Seronato colocou os godos no solo romano e das atividades literárias de Seronato entre os godos. -O objetivo principal da epístola é incitar Edício a expulsar Seronato da Arvéria.</p>
Carta II*	Livro II	Sidônio Apolinário.	Domício: amigo. Talvez	461-7	Sidônio descreve longamente um

			nascido em Lugduno. Lecionava gramática na escola de Améria.		lago e casas de banho que há na propriedade rural dele, <i>Avitacum</i> . -Sidônio faz tal descrição para convidar Domício para ir até lá. O objetivo é lembrá-lo de obrigações de <i>amicitia</i> .
Carta III	Livro II	Sidônio Apolinário.	Félix Magno: colega de Sidônio. De Narbona, filho de Magno e irmão de Probo. Sidônio dedicou poemas a ele.	472	Sidônio parabeniza o amigo pelo importante cargo que recebeu e depois fala de todas as dificuldades que ele encontrará.
Carta IV*	Livro II	Sidônio Apolinário	Sagitário: amigo.	461-7	Sidônio tenta convencê-lo a casar-se com a filha de Optânio, fazendo apologia à linhagem de tal homem. -Mostra as redes estabelecidas pelos casamentos entre aristocratas galo-romanos.
Carta V	Livro II	Sidônio Apolinário	Petrônio: eminente jurisconsulto de Arelate e amante das letras. Associado com Tonânio Ferréolo na deposição de Arvando. Persuadido por Sidônio a publicar o oitavo livro de suas cartas.	461-7	Ele não fala abertamente o assunto, mas faz recomendações conspiratórias para Petrônio.
Carta VI*	Livro II	Sidônio Apolinário	Pegásio: amigo.	461-7	Sidônio fala para Pegásio que eles

					deveriam aceitar Menstruano no círculo de <i>amicitia</i> dos bons. -Afirmção de relações de <i>amicita</i> entre a nobreza galo-romana.
Carta VII	Livro II	Sidônio Apolinário	Explício: um jurisconsulto envolvido em uma disputa importante para Sidônio.	461-7	Sidônio reverencia a imparcialidade de Explício e o admoesta a agir com ela no julgamento de Alécio e Paulo.
Carta VIII	Livro II	Sidônio Apolinário	Desiderato: amigo: talvez um ancestral de São Desiderato, bispo de Augustenêmet o depois de São Ávito. Seu julgamento poético foi altamente valorizado na Arvéria.	461-7	Sidônio conta da morte de Filimácia, da tristeza do pai e do marido dela, e dos procedimentos fúnebres.
Carta IX	Livro II	Sidônio Apolinário	Donídio: amigo. <i>Vir spectabilis</i> . Vivendo em sua propriedade ancestral de <i>Eborolacum</i> , no vale do Sioule, parte do que ele perdeu durante os distúrbios de 474.	461-7	É a narração de uma visita que Sidônio fez para Tonânção Ferréolo e para Apolinário. O primeiro governou a Gália por diversas vezes e era parente da esposa de Sidônio Apolinário. O segundo era primo por parte de pai de nosso autor.
Carta X	Livro II	Sidônio Apolinário	Hespério: amigo, homem de letras e íntimo de Leão, um nativo de	470	Sidônio descreve uma igreja e fala de um casamento, dando conselhos para ao noivo.

			Narbona que atuou como ministro na corte de Eurico.		
Carta XI	Livro II	Sidônio Apolinário	Rústico: amigo que viveu em Burdígala.	461-7	Fala da dificuldade que eles tinham para trocar cartas por causa da distância de suas residências.
Carta XII	Livro II	Sidônio Apolinário	Agrícola: o mesmo destinatário da <i>Epístola 1.2.</i>	461-7	Sidônio diz que não poderá ir conhecer o novo barco do cunhado porque a filha Severiana está muito doente
Carta XIII	Livro II	Sidônio Apolinário	Serrano: não há informações sobre o destinatário.	461-7	Critica a atitude de Petrônio Máximo, que havia trocado a boa vida que tinha pelos perigos de tornar-se imperador romano.
Carta I*	Livro III	Sidônio Apolinário	Ávito: Parente (primo?) de Sidônio. Possuía influência entre os godos de Tolosa, o que parece ter usado com algum efeito em nome do pedido de Sidônio em, aproximadamente, 474, quando Ávito menciona sua propriedade de <i>Cotium</i> , na atual Chaix.	472	Fala de anexações à propriedade de Ávito. -Critica a cobiça dos godos sobre as terras que Ávito receberia. -Fala mal da expansão das fronteiras do Reino Gótico de Tolosa.
Carta II*	Livro III	Sidônio Apolinário	Constâncio: o mesmo	474	Fala do socorro prestado pelo destinatário à

			destinatário da <i>Epístola 1.1.</i>		população de Augustenêmeto, arrasada pelo cerco gótico em 474. -A expansão do Reino Gótico de Tolosa e o significado que isso assume na visão de mundo de Sidônio. -Representações da cidade devastada por culpa dos godos.
Carta III*	Livro III	Sidônio Apolinário	Edício: o mesmo destinatário da <i>Epístola 2.1.</i>	474	Elogio dos feitos vitais de Edício e de sua atuação bélica ante os godos de Tolosa no cerco a Augustenêmeto. -Ele fala que Edício, com seus estudos, fez os seus colegas de aula abandonarem a sua língua original, céltica, e tornarem-se romanos, sem jamais terem outra “recaída”. -Ele narra a atuação bélica do destinatário ao levar o seu exército a Augustenêmeto, sitiada pelos godos. -Narra uma matança de soldados góticos infligida por Edício por ocasião do cerco a Augustenêmeto

					-Pede a Edício para vir lutar novamente contra os godos.
Carta IV*	Livro III	Sidônio Apolinário	Félix Magno: o mesmo destinatário da <i>Epístola 2.3.</i>	473	Fala do sofrimento dos habitantes de Augustenêmeto por causa da presença dos godos e da defesa inconfiável que os burgúndios prestam a tal ópido. -Sidônio fala que despreza os judeus. -Os burgúndios estão defendendo Augustenêmeto, mesmo assim Sidônio fala que eles são invejosos. -Sidônio reclama da presença gótica ante as paredes do ópido.
Carta V*	Livro III	Sidônio Apolinário	Hipácio: amigo. Uma pessoa com influência na vizinhança de Ébreuil.	473	Sidônio fala sobre o desejo de Donídio de retomar uma propriedade perdida e pede a ajuda do destinatário para isso. -Sidônio fala que Donídio queria adquirir uma propriedade que fora “abandonada” pelo bárbaro e que agora está em posse de famílias nobres.
Carta VI	Livro III	Sidônio Apolinário	Eutrópio: o mesmo destinatário da <i>Epístola 1.6.</i>	470	Sidônio elogia o destinatário e fala de sua habilidade para ocupar o

					cargo oficial de prefeito.
Carta VII*	Livro III	Sidônio Apolinário	Félix Magno: o mesmo destinatário da <i>Epístola 2.3</i> .	474	Fala que o questor Liciniano tem condições de ocupar o cargo que recebeu. -Diz que os embaixadores bárbaros vendem segredos de seus chefes e trabalham mais por si do que pela causa de seus chefes. -Fala sobre o ataque planejado pelos bárbaros.
Carta VIII	Livro III	Sidônio Apolinário.	Euquério: amigo. <i>Vir illustris</i> . Um homem que não ocupou nenhum cargo importante no Império.	Não há indicação de data na publicação que utilizamos.	Fala sobre o Estado Romano e sobre homens ilustres de sua época que deveriam ser reconhecidos por sua atuação, como os de antes.
Carta IX*	Livro III	Sidônio Apolinário	Riotamo: comandante dos bretões comprometido a juntar-se ao Império para resistir ao avanço dos godos. Ele enfrentou Eurico antes que o apoio romano pudesse alcançá-lo e foi derrotado por esse rei na atual Bourgade-Déols, no Indre. Refugiou-se na corte burgúndia.	472	Sidônio pede ajuda ao destinatário para um homem cujos escravos estão sendo seduzidos pelos bretões. -Um homem, cujo nome não aparece no texto epistolar, queixa-se de que os bretões estão seduzindo os seus escravos.

Carta X	Livro III	Sidônio Apolinário	Tetrádio: amigo. Jurisconsulto de Arelate.	461-467	Sidônio elogia as ideias de um amigo chamado Teodoras.
Carta XI*	Livro III	Sidônio Apolinário	Simplicio: talvez irmão de Apolinário.	Não há indicação de data na publicação que utilizamos	Sidônio faz observações a respeito da conduta pessoal do destinatário. -Fala de como deve ser um homem que vive entre povos diferentes.
Carta XII	Livro III	Sidônio Apolinário	Secundo: sobrinho de Sidônio ou neto de um de seus tios.	467	Fala sobre a destruição de um cemitério por vilões, sobre a reconstrução do mesmo e sobre os versos que deveriam ser reescritos nas tumbas.
Carta XIII	Livro III	Sidônio Apolinário	Apolinário: filho de Sidônio.	469	Sidônio fala muito mal de um homem desconhecido, dando as piores características físicas e psicológicas para ele, sem, contudo, citar o nome desse homem.
Carta XIV	Livro III	Sidônio Apolinário	Plácido: amigo. Nativo de Grenoble. Com saberes literários que o fizeram apreciar os escritos de Sidônio.	477	Sidônio critica as pessoas que não entendem bem da literatura latina e não sabem apreciá-la.
Carta I	Livro IV	Sidônio Apolinário	Probo: amigo dos tempos de escola. Marido de Eulália. Primo de Sidônio. Irmão	461-467	A carta começa falando da relação de Sidônio com seu primo e das habilidades literárias de

			mais velho de Felix Magno. Filho de Magno. Um homem de saberes literários e preciosas habilidades.		ambos. Fala de tradições literárias clássicas, e que elas deveriam ser levadas aos bárbaros para que seus costumes fossem abrandados.
Carta II	Livro IV	Claudiano Mamerto: Sacerdote. Irmão de São Mamerto. Bispo de Viena Alógobro. Aprendeu filosofia e é autor de um tratado bem conhecido intitulado <i>De Natura Animae</i> , escrito em três livros. Amigo de Salviano de Marselha, que lhe; dedicou seu trabalho no <i>Eclesiastes</i> .	Sidônio Apolinário	472	Claudiano Mamerto escreve a Sidônio uma carta cheia de rancores porque Sidônio não lhe envia mais cartas, só trocando correspondências com estranhos.
Carta III	Livro IV	Sidônio Apolinário	Claudiano Mamerto	472	Sidônio pede desculpas a Claudiano Mamerto e cita grandes nomes da cultura greco-romana enquanto se defende das críticas.
Carta IV	Livro IV	Sidônio Apolinário	Simplício e Apolinário: Apolinário era primo (?) de Sidônio, irmão de Taumasto e parente de Simplício. Posto em	472	Fala sobre um homem que quer envolver-se na política, mas não cita o nome.

			perigo por informantes da corte de Quilperico II (458-480), cujos planos foram frustrados por Sidônio. Simplício é o mesmo destinatário da <i>Epístola 3.11.</i>		
Carta V	Livro IV	Sidônio Apolinário	Félix Magno: o mesmo destinatário da <i>Epístola 2.3.</i>	474	Sidônio fala que não perguntará nada a Felix Magno porque as notícias políticas são desagradáveis.
Carta VI*	Livro IV	Sidônio Apolinário	Apolinário: o mesmo destinatário da <i>Epístola 4.6.</i>	472	Sidônio fala superficialmente sobre problemas religiosos e políticos e a cautela que se deve ter ao tentar resolvê-los. -Sidônio diz que os problemas políticos e religiosos estariam ligados a uma má gestão.
Carta VII	Livro IV	Sidônio Apolinário	Simplício: o mesmo destinatário da <i>Epístola 3.11.</i>	Não há indicação de data na publicação que utilizamos.	Fala sobre um homem que quer envolver-se na política, mas não cita o nome.
Carta VIII*	Livro IV	Sidônio Apolinário	Evódio: peticionário da corte de Eurico, cuja rainha, Ragnagilda, ele presenteou com um copo de prata.	467	Evódio foi à corte de Tolosa e levou um presente para a rainha Ragnagilda: um copo de prata gravado com um poema de Sidônio. -Evódio demonstra o

					desejo de se ir à corte de Eurico. -Pode-se pretar atenção no poder político dos godos e da rainha Ragnagilda através do presente dado a ela.
Carta IX	Livro IV	Sidônio Apolinário	Indústrio: amigo.	472	Sidônio escreve sobre as qualidades de um monge.
Carta X	Livro IV	Sidônio Apolinário	Félix Magno: o mesmo destinatário da <i>Epístola 2.3.</i>	477	Sidônio escreve para um amigo falando do nível de seu estilo literário, e cita que teve dificuldade de enviar cartas porque estava no exílio.
Carta XI	Livro IV	Sidônio Apolinário	Petreio: amigo. Sobrinho de Claudiano Mamerto.	473	Sidônio escreve sobre as habilidades artísticas de um amigo.
Carta XII	Livro IV	Sidônio Apolinário	Simplício e Apolinário: os mesmos destinatários da <i>Epístola 3.11.</i>	472	Sidônio escreve sobre uma mensagem falha e um mal entendido.
Carta XIII	Livro IV	Sidônio Apolinário	Vétio: Amigo. Um nobre.	477	Sidônio escreve sobre Germânico e sobre possibilidades de redenção do último no que diz respeito à sua vida pecaminosa.
Carta XIV	Livro IV	Sidônio Apolinário	Polêmio: amigo. Descendente de Tácito. Prefeito da Gália. De gostos filosóficos.	477	É uma recomendação para o destinatário não negligenciar sua velha amizade com Sidônio agora que está ocupando altos cargos.

Carta XV	Livro IV	Sidônio Apolinário	Eláfio: amigo. Residente na atual Rodez, onde construiu um batistério e, depois, talvez, um bispado.	472	Sidônio dá conselhos a seu amigo sobre o juramento eclesiástico dele.
Carta XVI	Livro IV	Sidônio Apolinário	Rurício: amigo. Membro de uma família patrícia ligada com a <i>gens</i> Anícia. Casou-se, antes de 470, com Ibéria, filha do arvernês Omácio. Sidônio escreveu um epitalâmio para Rurício e Ibéria. Depois de alguns anos, Rurício renunciou às preocupações mundanas por uma vida de piedade. Em 484, tornou-se bispo de Augustórico (atual Limoges, França). Autor de dois livros de cartas.	Sem indicação de data.	Sidônio disserta sobre o estilo de escrita de Rurício, analisando-o.
Carta XVII*	Livro IV	Sidônio Apolinário	Argobasto: amigo. Conde. Governador de Augusta dos Tréveros. Descendente de outro Argobasto, que se tornou conde através de	477	Sidônio fala para Argobasto não deixar o latim morrer nas regiões fronteiriças por ele governadas, e que ele deveria solicitar comentários das escrituras aos bispos de lá, e não

			<p>Valentiniano I (364-375), tendo sido famoso no reinado de Teodósio. Louvado como um bom cristão por Santo Auspício, bispo de Tulo Leucoro. Possivelmente o mesmo homem que se tornou bispo de Autrico (atual Chartres, França) em 473 ou 474.</p>		<p>a Sidônio, inferior em tudo. -Argobasto é descendente dos francos, e Sidônio escreve-lhe dizendo que mesmo ele esteja vivendo entre os bárbaros, sua eloquência é tão boa quanto a dos antigos generais romanos. Sidônio também diz que embora a língua romana entre em decadência na fronteira do Danúbio e da Bélgica, enquanto Argobasto viver, o latim lá viverá. -Argobasto é instruído a continuar seus estudos. -Argobasto é descendente dos francos, mas mesmo assim Sidônio considera-o como tendo a missão de manter a latinidade nas fronteiras.</p>
Carta XVIII*	Livro IV	Sidônio Apolinário	Lucôncio: amigo.	470	<p>Sidônio está descontente com Lucôncio e o envia versos solicitados, mas censura-o na carta. - Fala sobre uma viagem de negociações feita por Lucôncio para perto de Lugduno, talvez a causa do descontentamento. Teria envolvido</p>

					nisso um tal de irmão Volusiano.
Carta XIX	Livro IV	Sidônio Apolinário	Florentino: amigo.	Sem indicação de data.	Carta de poucas linhas na qual Sidônio diz que não se silencia, pois escreve tal carta.
Carta XX	Livro IV	Sidônio Apolinário	Domnício: amigo.	470	É uma série de elogios ao príncipe franco Sigismero. -Sidônio elogia o corpo do príncipe franco Sigismero e a decoração do corcel dele. Fala também do seu cortejo e descreve suas roupas e sua aparência.
Carta XXI	Livro IV	Sidônio Apolinário	Aper: amigo. Um éduo que possuía influência na Arvéria.	472	Sidônio tece elogios para a Arvéria, tentando obter, para a região, favores advindos Aper.
Carta XXII	Livro IV	Sidônio Apolinário	Leão: ministro de Eurico. Um nativo de Narbona e descendente do orador Frontão. Ele também teve uma alta reputação como poeta, filósofo, orador e jurista. Apesar do fato de que Leão fora cristão legal, Eurico empossou como ministro e, devido à influência obtida por	477	Sidônio compara as habilidades literárias de Leão com as de escritores tradicionais e dá conselhos literários a ele. -Sidônio cita a profissão de Leão, fazendo considerações elogiosas a respeito da pessoa de Eurico.

			Leão graças a tal cargo, o homem facilitou muito a vida de seus correligionários ante Eurico. A intercessão e o poder do ministro devem ter contribuído para a libertação de Sidônio por Eurico.		
Carta XXIII	Livro IV	Sidônio Apolinário	Próculo: amigo. De origem lígure. Poeta e homem de letras.	472	Sidônio convence Próculo a perdoar seu filho por ele abandonar os estudos.
Carta XXIV	Livro IV	Sidônio Apolinário	Turno: amigo. Filho de Túrpio, um amigo de Sidônio que era pertencente à escala tribuciana.	461-7	Sidônio explica a Turno os benefícios que ele teria ao pagar a dívida de seu pai moribundo.
Carta XXV	Livro IV	Sidônio Apolinário	Domnulo: amigo que viveu em Arelate. Serviu como questor. Foi poeta e filósofo, tendo interesse em teologia. Foi um homem da Igreja. Um dos quatro poetas que Majoriano esteve em contato durante sua estadia na Gália. Provavelmente ainda vivia em 483 ou 484.	470	Trata-se da eleição do novo bispo. Fala do evento e dos critérios de escolha.

Carta I	Livro V	Sidônio Apolinário	Petrônio: o mesmo destinatário da <i>Epístola 2.5.</i>	478	Sidônio fala da habilidade literária do destinatário e trama com ele contra a herança de um vizinho.
Carta II	Livro V	Sidônio Apolinário	Ninfídio: amigo. Avô de Polêmio.	472	Sidônio fala de um trabalho de Tonâncio Ferréolo sobre as Musas, que Ninfídio pegou para analisar e nunca mais devolveu.
Carta III*	Livro V	Sidônio Apolinário	Apolinário: o mesmo destinatário da <i>Epístola 4.6.</i>	472	Sidônio critica o destinatário por não lhe dar informações sobre fortunas alheias em tempos de guerra, lembrando-lhe da lealdade devida à amizade entre ambos. -A guerra tem a ver com a corte de Quilperico.
Carta IV	Livro V	Sidônio Apolinário	Simplício: o mesmo destinatário da <i>Epístola 3.11.</i>	Sem indicação de data.	Sidônio dirige críticas amargas a Simplício porque o último não respondeu a uma carta que Sidônio o enviara.
Carta V*	Livro V	Sidônio Apolinário	Siágrio: bisneto de um homem também chamado Siágrio, que fora um influente homem da Gália nos primórdios do século V EC. Homem de letras. Viveu por um longo	Sem indicação de data.	Sidônio fala para Siágrio não deixar a língua latina desaparecer de seus hábitos enquanto ele se relaciona com os burgúndios. -Sidônio fala para Siágrio manter o equilíbrio entre as línguas latina e burgúndia.

			período na corte burgúndia e por outro longo período em sua propriedade de <i>Taionacum</i> , perto de Augustoduno.		
Carta VI*	Livro V	Sidônio Apolinário	Apolinário: filho de Sidônio.	474-5	Sidônio questiona o destinatário sobre ele estar sofrendo com bandoleiros bárbaros ou na corte de Quilperico. -Mostra representações de Quilperico e suas intenções políticas sobre a conquista de Vásio dos Vocôncios (atual Vaison, França). -Comenta negociações políticas envolvendo Apolinário e Quilperico.
Carta VII*	Livro V	Sidônio Apolinário	Taumasto: amigo. Irmão de Apolinário. Associado com Tonânncio Ferréolo na deposição de Arvando.	474-5	Sidônio critica vilões que têm uma influência política muito grande e estão tramando algo contra o seu grupo político. -Sidônio provavelmente está falando dos povos germânicos que estão controlando a Itália. -Sidônio fala que tais políticos mantêm Lugduno

					sob o poder dos germânicos.
Carta VIII*	Livro V	Sidônio Apolinário	Secundino: poeta de Ludguno. Associado com Constâncio e Sidônio nos escritos de inscrições métricas para a igreja erguida por Paciência. Escreveu uma sátira expondo a crueldade implacável de Gundebaldo, um dos tetrarcas da Burgúndia, para com seus irmãos e as respectivas famílias deles.	477	Sidônio fala a Secundino que eles não estão querendo o retorno de uma época constantiniana dourada, porque vivem uma idade de diamantes. -Sidônio fala que os versos de Secundino são igualmente cheios de vida, sendo a celebração de um casamento ou da queda de bestas antes da ascensão de reis.
Carta IX*	Livro V	Sidônio Apolinário	Aquilino: colega de escola e amigo. Neto de Rústico, um amigo do avô de Sidônio, Apolinário. O pai de Aquilino era vicário de uma província gaulesa e atuava sob o comando do pai de Sidônio, então prefeito do Pretório.	477	Sidônio enaltece as relações de amizade hereditárias que existem entre as famílias dele e de Rústico. -Sidônio fala sobre relações que existiram entre o avô dele e o destinatário e, com isso, tece discursos sobre as relações galo-romanas e itálicas.
Carta X	Livro V	Sidônio Apolinário	Sapaudo: amigo. Retor de Viena Alógobro. Por seus estudos, ele recebeu o conselho de Claudiano	Sem indicação de data.	Sidônio elogia a carreira política, militar e artística de Pragmácio.

			Mamerto e buscou inspirar-se nos antigos escritos romanos.		
Carta XI	Livro V	Sidônio Apolinário	Potentino: amigo. Considerado por Sidônio como um modelo para o seu jovem filho, Apolinário.	467	Sidônio elogia a atuação do destinatário em diversas atividades.
Carta XII	Livro V	Sidônio Apolinário	Calmínio: amigo. Filho do senador Euquério. Compelido por Eurico a lutar contra a Arvéria, sua terra natal.	474	Sidônio fala que Calmínio, apesar de obrigado por Eurico a lutar contra sua terra natal, a Arvéria, pode usar sua influência para forjar um tratado com os godos. -Sidônio fala que suas cartas ficaram raras por conta de uma conquista estrangeira.
Carta XIII*	Livro V	Sidônio Apolinário	Paníquio: amigo. <i>Vir illustris</i> . Vivia em Avárico.	469	Sidônio fala mal do governo do Seronato sobre a Aquitânia Prima. -Podemos usar a epístola para compreender as relações políticas galo-romanas ligadas a associações problemáticas entre galo-romanos e germânicos.
Carta XIV	Livro V	Sidônio Apolinário	Aper: o mesmo destinatário da <i>Epístola 4.21</i> .	472-3	Sidônio lembra Aper de seus compromissos religiosos.

Carta XV	Livro V	Sidônio Apolinário	Rurício: o mesmo destinatário da <i>Epístola 4.16.</i>	Sem indicação de data.	Sidônio faz recomendações sobre o trabalho de um colega dele ao mestre comum de ambos.
Carta XVI	Livro V	Sidônio Apolinário	Papianila: esposa de Sidônio. Filha de Ávito e irmã de Edício.	474	Sidônio informa a Papianlia sobre a honra familiar obtida devido a Edício ter sido honrado com o título de patrício.
Carta XVII	Livro V	Sidônio Apolinário	Erígio: amigo de Lugduno. Genro de Filimácio.	464-7	Sidônio narra um evento festivo no qual houve um jogo de bola.
Carta XVIII	Livro V	Sidônio Apolinário	Átalo: Em sua juventude, ele foi enviado como refém para o rei franco Quilderico (456-482), cuja corte localizava-se nas proximidades de Augusta do Tréveros. Átalo escapou de Quilderico de quem ele escapou de uma maneira aventureira.	Sem indicação de data.	Sidônio congratula Átalo pelas melhoras que ele conseguirá empreender no governo de Augustoduno.
Carta XIX	Livro V	Sidônio Apolinário	Prudêncio: amigo.	472	Um homem chamado Pastor não compareceu à cerimônia de eleição do côsul municipal de Arelate, mas nem por isso deixou de ser eleito.
Carta XX	Livro V	Sidônio Apolinário	Pastor: amigo.	461-7	Pastor não compareceu à cerimônia de eleição do Consul

					Municipal de Arelate, mas mesmo assim ele foi eleito
Carta XXI	Livro V	Sidônio Apolinário	Sacerdote e Justino: amigos de Sidônio. Irmãos entre si.	Sem indicação de data.	Sidônio inventaria os bens do tio dos destinatários, Vitório, a partir do que eles ficam com as propriedades e Sidônio com os poemas.
Carta I	Livro VI	Sidônio Apolinário	Lupo: santo. Nascido em Tulo Leucoro. Foi bispo de Augustobona dos Tricasses. Em 451 ele persuadiu Átila a poupar a cidade. Depois de separar-se de sua esposa Pimeniola, irmã de São Hilário, residiu em Lerina, primeiro como um monge sob Horácio, depois como abade. Foi convocado para a sé de Augustobona dos Tricasses em 425 ou 427. Opôs-se ao pelagianismo. Na eleição de Sidônio para Augustenêmeto, Lupo escreveu-lhe uma carta ainda existente de	472	Sidônio faz diversos elogios à conduta religiosa de Lupo e diz que a dele não é digna de ser reconhecida.

			congratulação, em termos que parecem implicar uma intimidade anterior, apesar da disparidade de idade entre ambos.		
Carta II	Livro VI	Sidônio Apolinário	Pragmácio: bispo. Provavelmente não era o mesmo Pragmácio de Clermont.	472	Eutrópia, uma matrona galoromana viúva, está envolvida em um processo movido contra ela pelo presbítero Agripino.
Carta III	Livro VI	Sidônio Apolinário	Leôncio: bispo de Arelate e amigo do Papa Hilário, que confirmou os privilégios de sua sé como a principal da Gália. Amigo de Fausto, de Felix e de Rurício. Arrajou termos de paz com Eurico em companhia com Basílio, Greco e Fausto.	472	Sidônio aconselha o destinatário sobre como ele deve conduzir uma rixa com outra pessoa.
Carta IV*	Livro VI	Sidônio Apolinário	Lupo: o mesmo destinatário da <i>Epístola 6.1.</i>	472	Sidônio diz que já que a nação que violava os tratados se conteve, ele manterá sua comunicação com Lupo. -Os germânicos dificultam a comunicação entre Sidônio e Lupo.
Carta V	Livro VI	Sidônio Apolinário	Teoflasto: bispo de Geneva (atual	472	Sidônio suplica que Teoflasto

			Genebra, Suíça)?		abrigue o seu amigo Donido.
Carta VI	Livro VI	Sidônio Apolinário	Eutrópio: bispo de Aráusio dos Segundos (atual Orange, França).	472	Sidônio lamenta-se pelo tempo que fica sem ver Eutrópio e teme que a amizade diminua por causa disso.
Carta VII	Livro VI	Sidônio Apolinário	Fonteio: bispo de Vásio dos Vocôncios a partir de 450 EC. Sidônio elogia o seu caráter charmoso. Parece que Fonteio exerceu grande influência sobre os príncipes burgúndios, o que lhe permitiu ser de grande utilidade para os galo-romanos de suas sés.	472	Sidônio tece alguns elogios a Fonteio e implora pela paciência do outro nas novas habilidades desenvolvidas.
Carta VIII	Livro VI	Sidônio Apolinário	Greco: bispo de Marselha. Encarregado por Júlio Nepos para negociar com Eurico juntamente com Leôncio de Arelate, Basílio de Águas Sextias e Fausto de Riez.	472	Sidônio fala em enobrecer um mercador apresentando-lhe costumes de nobreza.
Carta IX	Livro VI	Sidônio Apolinário	Lupo: o mesmo destinatário da <i>Epístola 6.1.</i>	472	Sidônio pede para Lupo perdoar um homem, visto que tal se arrependeu de sua atitude e

					retornou para sua esposa.
Carta X*	Livro VI	Sidônio Apolinário	Censório: bispo de Autissiodoro (atual Auxerre, França).	473	Sidônio aconselha Censório a aceitar um determinado homem como seu cliente. - A pessoa a quem Sidônio se refere na carta está fugindo com sua família do “furacão” gótico.
Carta XI	Livro VI	Sidônio Apolinário	Eleutério: bispo.	472	Sidônio recomenda um judeu a Eleutério, e isso para que tal fiel, cuja seita era desprezível, fosse convertido ao cristianismo niceno.
Carta XII*	Livro VI	Sidônio Apolinário	Paciência: santo. Arcebispo de Lugduno antes de 470. Um homem de grande riqueza, que foi empregada na construção e na restauração de igrejas, bem como no socorro das necessidades em tempos de misérias nacionais.	474	Sidônio congratula Paciência pela generosidade dele, que distribuiu grãos aos necessitados em tempos de crise. -Sidônio fala que Paciência nunca deixou que o rei se cansasse de louvar o seu café da manhã, e a rainha, o seu jejum. -Segundo Sidônio, quando os godos devastaram a Gália, Paciência distribuiu trigo em abundância para aqueles que tiveram suas colheitas devastadas. -Sidônio fala que os feitos de Paciência

					eclipsaram as lendas da Grécia.
Carta I*	Livro VII	Sidônio Apolinário	São Mamerto: Bispo de Viena Alógobro.	474	Sidônio fala que os godos estão expandindo seu território e que ele precisa das orações vienenses para salvar a Arvéria. -Os godos de Tolosa estão se expandindo pelo território romano e Sidônio quer proteger a Arvéria: a porta de entrada para a expansão deles para o Sudeste da Gália.
Carta II	Livro VII	Sidônio Apolinário	Greco: o mesmo destinatário da <i>Epístola 6.8.</i>	472	Sidônio esclarece a Greco sobre um determinado homem de personalidade traiçoeira que está sendo abrigado na cidade de Marselha.
Carta III	Livro VII	Sidônio Apolinário	Megécio: bispo, possivelmente da atual Belley.	472	Sidônio fala a Megécio que irá lhe enviar uma carta, e pede piedade no que diz respeito à análise que Megécio aplicará sobre sua escrita.
Carta IV*	Livro VII	Sidônio Apolinário	Fonteio: o mesmo destinatário da <i>Epístola 6.7.</i>	472	Sidônio elogia o caráter de Fonteio para dizer que não consegue admirar um determinado povo cujas características o desagradam. -Sidônio confessa ao destinatário que sente admiração

					por homens de caráter austero, mas não pode gostar de um povo específico por conta de seu caráter insubmisso e sua resistência em realizar alianças.
Carta V	Livro VII	Sidônio Apolinário	Agroécio: Bispo de Agedinco (atual Sens, França).	472	Sidônio persuade Agroécio a ir até a Aquitânia decidir quem será o novo bispo de Avárico.
Carta VI*	Livro VII	Sidônio Apolinário	Basílio: Bispo de Águas Sextias. Um dos quatro bispos que foram nomeados para tratar com Eurico a cessão da Arvéria.	472-3	<p>Sidônio fala dos desmandos do rei Eurico na expansão do Reino de Tolosa e convoca Basílio para negociar com tal rei.</p> <p>-Sidônio congratula Basílio por ele ter ferido espiritualmente Modares, o Godo e, também, o rei Eurico.</p> <p>-Sidônio ofende a fé e o governo de Eurico e fala que tem muito mais medo de desobedecer a Deus do que a ele.</p> <p>-Sidônio lamenta-se porque Eurico matou vários bispos de várias sés.</p> <p>-Sidônio pede para Basílio e outros três bispos irem negociar com Eurico a manutenção da fé cristã legal em</p>

					algumas importantes sés.
Carta VII*	Livro VII	Sidônio Apolinário	Greco: o mesmo destinatário da <i>Epístola 6.8.</i>	474-5	Sidônio fala a Greco sobre o sofrimento dos arverneses em guerras, e quer que ele solucione os atuais problemas da região. -Sidônio quer que Greco vá negociar os termos da paz com os godos.
Carta VIII	Livro VII	Sidônio Apolinário	Eufrônio: Bispo de Augustoduno.	472	Sidônio quer que Eufrônio escolha o novo bispo de Arvárico, e indica Simplício.
Carta IX	Livro VII	Sidônio Apolinário	Perpétuo: Bispo de Cesaroduno (atual Tours, França). Logo após a ser nomeado bispo, Perpétuo convocou um conselho em Cesaroduno para regular a disciplina eclesiástica e remediar abusos; quatro anos depois convocou outro para a atual Vannes.	474	Sidônio realiza um imenso discurso para dizer que é Simplício quem deve assumir o cargo de bispo de Avárico.
Carta X ou XI*	Livro VII	Sidônio Apolinário	Greco: o mesmo destinatário da <i>Epístola 6.8.</i>	474	Sidônio lamenta o tempo que ele e Greco têm de passar sem se ver por causa das guerras. -Sidônio fala que está enclausurado dentre paredes ruínas e com a

					guerra nos portões. -Sidônio quer que a paz torne as estradas seguras novamente, para ele poder encontrar-se mais frequentemente com Greco.
Carta XI ou X*	Livro VII	Sidônio Apolinário	Auspício: Bispo de Tulo Leucoro. Adquiriu uma alta reputação.	473	Sidônio diz sofrer pela dificuldade de ver Auspício mais vezes e pede favores para alguém chamado Pedro. -Sidônio diz que não consegue visitar Auspício mais vezes por causa da ameaça de formidáveis vizinhos, a saber, os godos de Tolosa.
Carta XII	Livro VII	Sidônio Apolinário	Tonânncio Ferréolo: neto do cônsul Afrânio Siágrio e, através de sua mãe, Papianila, relacionado com os Ávitos. Foi um importante nobre galo-romano, filho de um prefeito das Gálias e, ele mesmo, três vezes prefeito. Patrício. Ferréolo foi dotado de poderes diplomáticos que lhe permitiram	479	Sidônio elogia a ancestralidade de Tonânncio Ferréolo e a boa atuação de tal homem quando ele governou as Gálias.

			<p>salvar a cidade de Arelate quando essa foi assediada pelo rei gótico Torismundo. Junto de Ávito, ele foi instrumental na organização da cooperação dos godos com os romanos, o que resultou na derrota de Átila por Aécio nos Campos Cataláunicos. Sidônio exaltou suas qualidades como administrador forte e justo. Foi o principal acusador de Arvando.</p>		
Carta XIII	Livro VII	Sidônio Apolinário	Sulpício: amigo.	470	Sidônio tece diversos elogios para Himério, o filho de Sulpício.
Carta XIV*	Livro VII	Sidônio Apolinário	Filágrio: reputado como homem de erudição.	470	<p>Sidônio fala que os humanos não são superiores às outras espécies animais senão por seus próprios esforços.</p> <p>-Filágrio evita a companhia dos bárbaros por conta de seu amor pela sabedoria, evitando até a companhia dos bárbaros letrados.</p>
Carta XV	Livro VII	Sidônio Apolinário	Salônio: amigo. Viveu em Viena Alógobro.	470	Sidônio diz que Salônio e o irmão dele não podem ficar sempre no

			Alguns têm considerado-o como sendo o filho de São Euquério, que foi bispo quando Sidônio era muito jovem, mas essa visão não é universalmente aceita (DALTON, 1915).		campo e não dar importância para a Igreja.
Carta XVI	Livro VII	Sidônio Aplinário	Cariobaudó: um abade.	477	Sidônio promete enviar boas mercadorias a Cariobaudó como recompensa pelo sofrimento de seus jejuns.
Carta XVII	Livro VII	Sidônio Apolinário	Volusiano: amigo. A pedido de Sidônio, ajudou com aconselhamentos a apoiar Auxiano. Sucessor de Abraão no mosteiro que o último controlava.	477	Sidônio fala da morte do peregrino Abraão e aconselha Volusiano a assumir o comando do mosteiro do falecido.
Carta XVIII	Livro VII	Sidônio Apolinário	Constâncio: o mesmo destinatário da <i>Epístola 1.1</i> .	479	Sidônio diz que o trabalho dele deve terminar com Constâncio, como começou, e explica como ele deve avaliá-lo.
Carta I	Livro VIII	Sidônio Apolinário	Petrônio: o mesmo destinatário da <i>Epístola 2.5</i> .	480	Sidônio diz que não se preocupa com as críticas que vier a receber por conta do trabalho enviado a Petrônio, pois até mesmo

					Demóstenes e Cícero foram criticados.
Carta II*	Livro VIII	Sidônio Apolinário	João: amigo. Gramático, lecionando na Aquitânia sob o governo gótico.	478	<p>Sidônio congratula João e a si próprio por eles terem salvado a literatura em uma época de crises.</p> <p>-Sidônio diz que eles salvaram a literatura em um tempo de constantes guerras contra o poder romano.</p> <p>-Sidônio diz que a literatura deve ser preservada em meio a uma gente invencível, mas estrangeira.</p> <p>-Sidônio diz que, no futuro, somente a cultura definirá a nobreza.</p>
Carta III*	Livro VIII	Sidônio Apolinário	Leão: o mesmo destinatário da <i>Epístola 4.22</i> .	478	<p>Sidônio fala sobre as condições de sua prisão na Fortaleza Lívia e cita duas godas velhas que vigiavam a janela e cujo comportamento repugnava-o</p> <p>-Ao falar sobre o que Leão deveria estudar, Sidônio cita lugares por onde passou Apolônio de Tiana.</p> <p>-Sidônio compara Leão com Apolônio de Tiana e aponta incoerências no comportamento de</p>

					ambos: Apolônio de Tiana assumia alguns comportamentos adequados, mas outros não, e era pagão; Leão, por sua vez, era católico, mas trabalhava para Eurico.
Carta IV	Livro VIII	Sidônio Apolinário	Consêncio: amigo. Possuía uma grande reputação como poeta, escrevendo tanto em grego quanto em latim. Nos primórdios de sua vida, entrou no serviço imperial e foi confiado a Constantinopla por Valentiniano III com missões. Foi prefeito do Palácio quando Ávito era imperador.	478	Sidônio fala sobre os benefícios da mudança de postura literária, quando ele e Consêncio devem escrever somente sobre assuntos sérios.
Carta V	Livro VIII	Sidônio Apolinário	Fortunal: amigo. Vivia na Hispânia, em Tarraco (atual Tarragona, Espanha), de onde testemunhou, entre 478 e 480, a maior expansão gótica sobre a Ibéria até então.	480	Sidônio tece elogios a Fortunal e diz que se os escritos dele conquistarem notoriedade, Fortunal não será esquecido.

Carta VI*	Livro VIII	Sidônio Apolinário	Namácio: amigo. Almirante de Eurico na costa ocidental da Gália, no oceano Atlântico. Possuía uma vila em Mediolano dos Santões (atual Saintes, França).	480	Sidônio fala de um homem chamado Nicécio e de honras relativas à guerra e à literatura, e acaba dando conselhos bélicos a Namácio. -Sidônio explica a Namácio quais estratégias de guerra ele deve adotar para vencer os saxões que estão no mar.
Carta VII	Livro VIII	Sidônio Apolinário	Audaques: amigo. Prefeito de Roma em 474, quando Júlio Nepos era imperador romano-ocidental.	474	Sidônio congratula Audaces pelo cargo de prefeito de Roma, menosprezando os adversários sem ascendência nobre.
Carta VIII	Livro VIII	Sidônio Apolinário	Siágrio: o mesmo destinatário da <i>Epístola 5.5</i> .	474	Sidônio critica Siágrio por ele dar preferência à vida no campo do que à carreira política.
Carta IX	Livro VIII	Sidônio Apolinário	Lamprídio: amigo. Poeta e orador de Burdígala. Desenvolveu amizade com Eurico e paradoxalmente, ajudou Sidônio a recuperar sua liberdade. Foi assassinado por seus escravos domésticos.	478	Sidônio diz a Lamprídio que não poderá escrever-lhe versos de qualidade porque está no exílio. -Sidônio tece elogios para o rei Eurico no poema que escreve para Lamprídio, e cita diversos povos para dizer que eles estão em posição de vulnerabilidade com relação ao poder do rei de Tolosa.

Carta X	Livro VIII	Sidônio Apolinário	Rurício: o mesmo destinatário da <i>Epístola 4.16.</i>	479	Sidônio corrige o trabalho de Rurício e elogia algumas de suas habilidades literárias.
Carta XI	Livro VIII	Sidônio Apolinário	Lupo: amigo. Retor. Residente em Vesuna (atual Perigueux, França) ou Agino (atual Agen, França). Um homem de gosto literário e uma predileção pela ciência.	480	Sidônio fala sobre quem foi Lamprídio e a consulta astrológica que o levou a ser assassinado.
Carta XII	Livro VIII	Sidônio Apolinário	Trigétio: amigo.	461-7	Sidônio exige que Trigétio vá visitá-lo e faz algumas críticas por ele já não o ter feito antes. -Sidônio fala que a preguiça de Trigétio é contrária à sua natureza e compara-o com as fronteiras danubianas ante um cerco massageta.
Carta XIII	Livro VIII	Sidônio Apolinário	Nunéquio: Bispo de Condevinco.	472-4	Sidônio elogia as virtudes de Nunéquio e fala-lhe que eles devem aceitar um judeu convertido na religião cristã legal.
Carta XIV	Livro VIII	Sidônio Apolinário	Princípio: Bispo de Augusta dos Suessiões. Irmão mais velho de São Remi.	472-4	Sidônio elogia, citando vários exemplos, a devoção religiosa de Princípio.

Carta XV	Livro VIII	Sidônio Apolinário	Próspero: Bispo de Aureliano (atual Orleães, França). Somente conhecido por sua carta e por sua menção por Bede. Convocou Sidônio, no tempo de seu exílio, para escrever uma história do ataque de Átila a Aureliano.	478 (?)	Sidônio cita o fato de que Próspero o convidou para escrever a história do ataque de Átila a Aureliano.
Carta XVI	Livro VIII	Sidônio Apolinário	Constâncio: o mesmo destinatário da <i>Epístola 1.1</i> .	478	Sidônio fala a Constâncio sobre a função deste em um trabalho feito para Petrônio, que pode ou não ser aprovado.
Carta I	Livro IX	Sidônio Apolinário	Firmino: Amigo de Sidônio. Um nativo de Arelate. Incitou Sidônio a publicar o nono livro do <i>Epistolário</i> . Enódio de Pavia elogia seu estilo de aprendizagem e literatura. Ele era de um caráter generoso e ajudou Santo Cesário em um momento de dificuldade.	480	Sidônio fala sobre as vantagens e desvantagens de seguir o conselho do amigo, que lhe solicitou que escrevesse mais um livro de cartas para que, como Plínio, Sidônio tenha escrito nove livros.
Carta II	Livro IX	Sidônio Apolinário	Eufrônio: o mesmo destinatário da <i>Epístola 7.8</i> .	472	Sidônio fala para o bispo que não lhe enviará os trabalhos que ele

					solicita, uma vez que sua capacidade é muito inferior a de outros com os quais o bispo estaria acostumado.
Carta III*	Livro IX	Sidônio Apolinário	Fausto: nascido na Grã-Bretanha. Foi abade de Lerina durante vinte e sete anos, onde estabeleceu uma escola. Posteriormente foi bispo de Alébece dos Reios Apolinários. Preservou os hábitos ascéticos da vida monástica. Foi um dos quatro bispos nomeados para tratar com Eurico. Publicou uma carta famosa, discorrendo sobre a materialidade da alma. Escreveu contra os arianos, tendo exilado por Eurico para o distrito de Augustórico. Foi libertado em 484, e morreu em uma idade avançada, em	477	As estradas estão inseguras pelo movimento dos soldados germânicos e por conta das disputas territoriais. -As dificuldades relativas às trocas de mensagens e fazem com que os correspondentes tenham de parar de corresponderem-se.

			490. Seus escritos, que dão evidência de um pelagianismo modificado, foram considerados heréticos após sua morte, mas não foram condenados durante sua vida.		
Carta IV*	Livro IX	Sidônio Apolinário	Greco: o mesmo destinatário da <i>Epístola 6.8</i> .	473	Sidônio consola-se ao dizer para o bispo que o sofrimento da Terra levará à glória espiritual. -Há uma conspiração para que não descubram que eles se trocam cartas por vontade e não por obrigação.
Carta V*	Livro IX	Sidônio Apolinário	Juliano: bispo. Talvez de alguma sé da Gália Narbonense.	477	Manifestação do desejo de que secem os conflitos entre dois povos federados, para que as cartas possam voltar a circular livremente. -Não é a distância física, mas o fato de viverem sob diferentes leis, o que separa o remetente do destinatário. -Deseja e roga para que os príncipes germânicos se acertem em suas querelas e as

					cartas possam voltar a circular livremente.
Carta VI	Livro IX	Sidônio Apolinário.	Ambrósio: Um bispo.	472	Sidônio vangloria-se porque um determinado amigo largou a escrava da qual era amante e casou-se com uma virgem.
Carta VII	Livro IX	Sidônio Apolinário	Remígio: Bispo de Durocortoro. Eleito jovem para o cargo por conta de sua popularidade no local.	472-474	Sidônio ameaça Remígio com um assalto de ladrões caso Remígio não obedeça aos apelos literários de Sidônio.
Carta VIII*	Livro IX	Sidônio Apolinário	Princípio: o mesmo destinatário da <i>Epístola 8.14.</i>	Não há indicação de data	Sidônio troca mensagens com Princípio, falando sobre seu atual estado de vida. -Ele diz que quer que Princípio reze para que ele morra e se livre do fardo de viver na Terra, após reclamar que eles não podem mais se ver.
Carta IX*	Livro IX	Sidônio Apolinário	Fausto: o mesmo destinatário da <i>Epístola 9.3.</i>	475	Sidônio apreende dois trabalhos de Fausto e os lê de maneira arbitrária, e depois critica uma tendência filosófica pagã. -Sidônio diz que irá contar a Fausto sobre um segredo que envolvia a leitura de duas obras do primeiro, que um homem chamado Riocheto estava transportando de

					volta para os bretões. -Riocheto ficou em Augustenêmeto esperando que as gentes agitadas se acalmassem, e com elas, o redemoinho de guerras que havia se abatido sobre quem estava em Augustenêmeto.
Carta X	Livro IX	Sidônio Apolinário	Aprúnculo: Bispo de Andemontuno (atual Langres, França). Suspeito de intrigar os francos com o rei burgúndio Gundebaldo, ele tomou refúgio em Augustenêmeto com Sidônio, quem ele lá sucedeu.	475 (?)	Sidônio fala de um homem chamado Celéstio e do que ele causou a Sidônio e a Aprúnculo. Celéstio deveria fazer algo para ser perdoado.
Carta XI	Livro IX	Sidônio Apolinário	Lupo: o mesmo destinatário da <i>Epístola 6.1.</i>	478 (?)	Sidônio responde a uma reprovação literária que lhe fora enviada por Lupo, desculpando-se. -Sidônio diz que uma pessoa que evita dizer o nome não poderia imputar o excesso de barbarismos de sua escrita porque tal já havia sido corrigida por Lupo.
Carta XII	Livro IX	Sidônio Apolinário	Orésio: amigo. Vivia na Hispânia.	484	Sidônio diz a Orésio que lhe enviará o poema que ele pediu, mas

					que não se dedica mais a essas atividades literárias.
Carta XIII	Livro IX	Sidônio Apolinário	Tonânncio: filho de Tonânncio Ferréolo.	481	Sidônio fala sobre as habilidades literárias emergentes de Tonânncio e escreve-lhe um poema em honra delas,
Carta XIV	Livro IX	Sidônio Apolinário	Burgúndio: um jovem homem de uma família nobre de Augustenêmeto. Devotado à retórica e à poesia.	Sem indicação de data.	Sidônio escreve poesias a Burgúndio e depois o encoraja a declamar publicamente suas composições literárias.
Carta XV	Livro IX	Sidônio Apolinário	Gelásio: amigo.	481	Sidônio diz que enviará a Gelásio a poesia que ele pediu, embora suas habilidades poéticas não sejam boas.
Carta XVI	Livro IX	Sidônio Apolinário	Firmino: um nativo de Arelate. Incitou Sidônio a publicar o nono livro de cartas. Enódio de Ticino (atual Pavia, França) elogiou seu conhecimento e estilo literário. Ele foi de um caráter generoso, e assistiu São Cesário em um tempo de dificuldade.	484	Sidônio explica o objetivo literário de seu <i>Epistolário</i> e porque trocou o verso pela prosa.